

Histórias de trabalho
da
Receita Federal do Brasil

9º concurso - 2018

Prosas e poesias

Marina Artes Gráficas e Editora Ltda



Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Economia

Paulo Guedes

Secretário Especial da Receita Federal do Brasil

Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

Subsecretário-Geral da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

João Paulo Ramos Fachada Martins da Silva

Subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento da

Subsecretaria-Geral da Receita Federal do Brasil

Frederico Igor Leite Faber

Coordenador-Geral de Atendimento

José Humberto Valentino Vieira

Chefe da Divisão de Memória Institucional

Fabiane Paloschi Guirra

Comissão Julgadora do 9º Concurso Histórias de Trabalho da RFB

Márcio da Silva Ezequiel - DRF/Pelotas - Presidente da Comissão

Ana Catarina de Lucena - SRRF/04RF

Abigail Aparecida dos Santos - Sufis/Cofis

Carlos Roberto Block - Suara/Coef

Rudimar Radatz - DRF/Santo Angelo



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

*Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil*

9º Concurso - 2018

Prosas e Poesias



Receita Federal

Coordenação-Geral de Atendimento
Divisão de Memória Institucional

Copyright 2019 - by *Receita Federal*

Estão resguardados todos os direitos desta publicação, que poderá ser reproduzida por qualquer meio, desde que citado o nome do autor.

Capa e Diagramação

Marcia Palma de Azevedo

Imagem da capa

Assessoria de Comunicação Social - Ascom/RFB

Revisão Ortográfica

Nicole Medeiros Leal

Impressão e acabamento

Marina Artes Gráficas e Editora Ltda

Tiragem

1000 exemplares

Ministério da Economia / Receita Federal do Brasil / Coordenação-Geral de Atendimento /
Divisão de Memória Institucional - Brasília: RFB, 2018

Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil - 9º Concurso, 2018.

264p.; 22cm. Coletânea de Histórias.

1. Memória Institucional. 2. Receita Federal do Brasil



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Sumário

Apresentação	VII
Prefácio	IX
Prosas Premiadas	
Ah, se o fiscal deixasse... ..	13
Onde cê tava?	29
Missão possível: A Super Receita.....	35
Prosas Classificada	
A curiosidade de um «japonês da Federal»	45
A RFB e os alambiques	48
A sorte e o destino	53
Abadessianos	62
Aeroporto «vivo»: retratando a história mundial	65
Atividades fazendárias e outras afins	72
Camisas de seda	80
Cuidado, o confisco nem sempre é da Receita	91
Desafios da Agência da Receita Federal no maior Município do mundo	93
Diálogo no atendimento	101
Esqueceram de mim (parte II)	104
Eu juro	108
Evolução: entre o ontem e o hoje	112
Geração espontânea.....	119
Histórias de Aduana - o assalto interrompido	123
Imposto de renda não é brincadeira	131
Meus 40 anos	135
Minha história de trabalho da Receita Federal do Brasil	138



VI

O ato administrativo perfeito	140
O menino cresceu	143
O rapto da Dirpf	145
O tempo não para	149
Operação Astrasail	152
Os bastidores das operações especiais da Coger	165
Pioneirismo no modelo de regionalização	
A história da Equipe de Isenção de IPI da 8ª RF	169
Príncipes da nação, algas e garimpo	181
Segunda-feira, quem tu és?	191
Poesias Premiadas	
A Receita Federal e o Cidadão	197
Meio século de administração tributária	207
Cinquenta anos de conquistas	215
Menção Honrosa	
Pra lá dos cinquenta!	221
Poesias Classificadas	
A aprovação	229
Cinquentenário da Receita Federal	232
Devaneio profissional	236
E, por falar em 50 anos!	238
Hino da Receita Federal	242
Me chamo Augusta? ou Escadarmário Gaúcha? Vocês decidam	245
No silêncio da imagem	252
Receita Federal do Brasil - 50 anos de excelência! (e de existência, também.).....	255
Receita para ser feliz	258
Vida de atendente	261



Apresentação

*“O modo de ser do passado é o de seu surgimento no presente.”
Pierre Nora, Les lieux de mémoire.*

A Receita Federal completou em 2018 seu cinquentenário. Criada em 20 de novembro de 1968, conta com uma história de meio século de existência. Cada servidor, em seus postos de trabalho, ainda em atuação ou mesmo os que já deixaram suas atribuições, fez parte dessa jornada. O conjunto dessas memórias individuais compõem um caleidoscópio de olhares sobre o passado que, conforme a citação epigrafada, ganham surgimento no presente.

*Partindo da reflexão amparada no texto em epígrafe, apresentamos mais uma edição do livro *Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil*. Tratam-se dos textos selecionados na 9ª edição do prêmio.*

Instituído em 2010, tal concurso tem por objetivo coletar, selecionar e premiar registros de experiências de trabalho apresentados por servidores da Instituição, ativos ou inativos.

O presente volume abrangeu duas categorias: depoimentos verídicos em prosa e em poesia. Foram inscritos 57 trabalhos, advindos de várias localidades do país, retratando, assim, as diversas Regiões Fiscais.

A comissão julgadora selecionou três trabalhos vencedores em cada uma das duas categorias. Esta coletânea ainda reúne as demais histórias classificadas, sendo 30 em prosa e 14 poesias. São narrados aspectos marcantes ou pitorescos, atuais ou passados, do dia-a-dia dos servidores da Receita Federal.

Somadas às oito edições anteriores, já são 420 histórias que compartilham momentos vivenciados na fiscalização, no atendimento ao contribuinte, na aduana, e em outras áreas da Instituição. São histórias de trabalho sem deixarem de ser histórias de vida.



VIII

Com os trabalhos inscritos, mesmo aqueles que não foram selecionados para compor esta nona coletânea, legamos à posteridade as experiências dos autores, as quais passarão a integrar o acervo da Memória Institucional da Receita Federal do Brasil. Parabenizamos e agradecemos a todos os que participaram do concurso.

Agradecemos a toda equipe da Divisão de Memória Institucional, sob a competente chefia de Fabiane Paloschi Guirra, com destaque para os colegas Márcio Ezequiel, diretamente envolvido na organização deste volume, e Márcia Palma de Azevedo, responsável pela diagramação e projeto gráfico.

Desejamos a todos uma boa leitura!

José Humberto Valentino Vieira
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Coordenador-Geral de Atendimento



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Prefácio

No ano em que a Receita Federal comemora seus cinquenta anos, os servidores adicionam suas narrativas de trabalho às linhas dessa história. São diversos relatos de aduana, fiscalização, atendimento, tecnologia e outras áreas que integram a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Os textos, ora publicados nesta 9ª edição, assim como todo o material inscrito, passam a fazer parte do acervo de Memória Institucional da Receita Federal. Futuramente, tais testemunhos, seja em prosa ou verso, serão fonte de pesquisa e informação para historiadores e estudiosos que se dedicarem às temáticas da Administração Tributária e Aduaneira do Brasil.

Projetos como esse têm sido desenvolvidos pela Divisão de Memória Institucional da RFB, sob a Coordenação-Geral de Atendimento, potencializando a integração e o autoconhecimento da estrutura funcional do fisco federal.

O concurso “Histórias de Trabalho da Receita Federal” tem demonstrado com grande riqueza de detalhes as situações e os desafios enfrentados pelo seu corpo funcional no dia a dia de trabalho. Compreender uma estrutura com tão vasta composição de atividades a partir da visão dos que diretamente realizam suas atribuições e tarefas pelas diversas unidades capilarizadas por todo o território nacional permite valer-se de uma importante ferramenta de administração para o cumprimento de Missão Institucional da Receita Federal.

Boa leitura.

Frederico Igor Leite Faber
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento
da Subsecretaria-Geral da Receita Federal do Brasil



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

Prosas Premiadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

Prosas Premiadas

Primeiro Lugar

Ah, se o fiscal deixasse...

Alex Santos de Paiva

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - ALF/Ponta Porã-MS

Tomou posse como AFRFB em junho de 2011, sendo lotado na Saana. Desde então, assumiu chefias e atuou em várias comissões. Atualmente é chefe substituto da SAVIG e chefe da EAD/1. Participou de atividades de vigilância e repressão, destruição de mercadorias e muitas outras. Sempre teve contato próximo com o setor de bagagens, seja como plantonista ou no auxílio aos colegas em casos mais complexos que surgem. Adora estudar a legislação, discutir as modificações, fazer resumos e guias práticos, como forma de facilitar a rotina dinâmica típica da fronteira.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

Ah, se o fiscal deixasse...

Esta passagem ocorreu no ano de dois mil e pouco, lá pras bandas de Ponta Porã (MS), cidade vizinha da paraguaia Pedro Juan Caballero.

Quem conhece aquela região sabe que por lá não há ponte, estreitamento ou local de passagem obrigatória, muito menos qualquer tipo de gargalo ou marco visível que delimite a linha de fronteira “brasiguiaia”. É o que se chama de fronteira seca (ou aberta), e quem conhece aquela região sabe também que nesses locais a atividade aduaneira é muito mais trabalhosa e desafiadora, por isso, na maioria das vezes, os primeiros a serem fiscalizados são aqueles viajantes que comparecem, por iniciativa própria, à Aduana brasileira.

Nossa história tem como personagem uma auditora recém-nomeada e que, na época, ainda não tivera a oportunidade de trabalhar num plantão de bagagem, mas que, por extrema necessidade do serviço e falta de pessoal, fora escalada para assumir a chefia da equipe num final de semana. Passemos a chamar nossa personagem de “Novata”.

A legislação vigente à época determinava que todo e qualquer cidadão brasileiro que viesse do exterior deveria comparecer à Aduana brasileira a fim de preencher a Declaração de Bagagem Acompanhada (DBA) e apresentar seus bens, ainda que estivessem dentro da cota de isenção. Essa obrigatoriedade dava uma característica especial à fronteira de Ponta Porã: os viajantes formavam uma enorme fila na frente da Aduana.

Mas não era uma “fila”, era uma “fiiiila”, daquelas que dobravam esquinas e assumiam formas geométricas diversas e que, por vezes,



desfazia-se quando a chuva dava as caras. Quando isso acontecia, gritos de “guarda meu lugar aê!” eram comuns enquanto os viajantes buscavam algum tipo de abrigo. Quando a chuva passava, todos voltavam ao seu lugar e tudo se ajeitava novamente. Aquela “filona” já integrava o cenário da cidade e os turistas já se preparavam para enfrentá-la antes mesmo de cruzarem a fronteira para entupir-se de sacolas e fazer dos braços cabides resistentes e à prova de vários minutos de espera.

Dizem que nos finais de semana sempre aparecia alguém que entrava na fila simplesmente por entrar, como uma espécie de passatempo local, um costume diferente ou sei lá o quê. Não sei se é verdade. Deve ser. Deixa pra lá.

Felizmente a legislação evoluiu bastante, já que, atualmente, não há mais obrigatoriedade de comparecimento de todos os viajantes que vêm do exterior à Aduana, mas somente aqueles que trazem consigo bens acima da cota de isenção ou bens cuja declaração seja obrigatória.

Deixando a tecnicidade de lado, pode-se resumir: os tempos mudaram, para melhor, é claro.

Pois bem, com o dólar relativamente baixo, o movimento de viajantes que se dirigiam à Receita Federal naquela época era, digamos, absurdo, às vezes atingindo a casa dos milhares.

Aos sábados, já pela manhã, a fila se formava, primeiro curta e reta, depois em forma de “L”, depois em forma de caracol, depois em “S”, enfim... a “filona” indicava que o dia seria (in)tenso, como sempre. O importante é que ela estava sempre lá, firme e forte, marcando a geografia local. Um amigo me disse que as imagens de satélite da Terra naquele tempo mostram o rio Nilo, a Muralha da China e a fila de Ponta Porã. Não sei se é verdade. Deve ser. Deixa pra lá.

Se lá fora os viajantes se acumulavam e tentavam manter a fila organizada e justa, dentro do prédio estavam os funcionários da Receita, na



maioria das vezes em apenas dois ou três, para atender àquela multidão que se formava lá fora e que também já dava início ao conhecido ritual de toda fila: entrar no final / procurar o início da fila / suspirar / olhar as horas / trocar o apoio das pernas / bufar / reclamar da demora / olhar pra cima / suspirar... (é certo que, às vezes, não dava tempo de completar um ciclo completo do ritual e a fila já acabava).

A equipe de servidores era sempre chefiada por um auditor-fiscal, que tinha, dentre outras, a heroica responsabilidade de fiscalizar e valorar as mercadorias, emitir o Darf do imposto de importação, carimbar e assinar as DBAs dos milhares de viajantes que por ali passariam para serem atendidos com a cordialidade e presteza merecidas. Além disso, o auditor deveria ser exímio conhecedor da legislação, a fim de dirimir toda e qualquer dúvida ou contornar as situações que surgissem.

Os outros colegas da equipe, não menos heroicamente, desdobravam-se na tentativa de agilizar o atendimento, separar quem tinha ou não direito à cota de isenção, acalmar os mais exaltados, identificar os espertinhos que tentavam enganar a fiscalização, etc. E assim o dia passava, a fila diminuía, a fila aumentava, depois diminuía e aumentava de novo, o sol se escondia, a chuva vinha, a chuva ia, a neblina vinha, ficava e não ia mais. Não sei se é verdade. Deve ser. Deixa pra lá.

Uma observação técnica: a rotatividade de pessoal nas unidades de fronteira é alta, de tal sorte que os servidores dificilmente permanecem nesses locais por muitos anos. Isso faz com que sempre haja uma turma de servidores recém-nomeados desempenhando todo tipo de atividade que a fronteira exige, seja fiscalizando aeronaves e veículos, seja abrindo sacolas, contando brinquedinhos, lavrando autos de infração ou atendendo viajantes. Nessa fase, o conhecimento técnico ainda não é o ponto forte, mas a disposição e a força de vontade impressionam. Esse era o perfil da Novata.



Escalada às vésperas do fim de semana, lá estava ela no sábado de manhã, disposta a dar o máximo de si naquela inédita e desafiadora atividade. Chegou cedo e percebeu, um pouco apreensiva, que não haveria ninguém para lhe ensinar o trabalho, repassar dicas antes do plantão.

Às 7h30 o vigilante abriu as portas da repartição e os viajantes começaram a entrar, trazendo consigo dezenas de sacolas, dessas que rasgam facilmente, deixando cair frangos de borracha, bonecas vesgas, cuecas listradas, radinhos de pilha, celulares xing ling e até aqueles teclados com bichinhos de fazenda que disparam a musiquinha infinita “ia, ia, ô”.

Muito esperta, Novata passou a observar a forma com que os outros dois colegas atendiam os viajantes, que já se amontoavam ao redor do balcão de atendimento e espalhavam tudo que seria verificado. Percebeu, também, que a maioria dos viajantes desejava que o carimbo de liberação fosse colocado no formulário de DBA, para que pudessem seguir viagem. Aquele carimbo significava a regularidade das compras em caso de fiscalização nas estradas e, ao saírem da fila, muitos viajantes exibiam sua DBA carimbada como um verdadeiro troféu.

O pedido mais comum era “carimba aí, rapidinho, vai...”. A resposta mais usada era “não pode, o fiscal não deixa”. Novata percebeu que essa resposta começava a se repetir com frequência nos atendimentos e notou que isso era suficiente para encerrar qualquer discussão. Após tantas vezes, compreendeu que aquela resposta “não pode, o fiscal não deixa” era a forma mais rápida de se negar um pedido indevido de alguns viajantes (o mais comum era a insistência para que se carimbasse a DBA com mercadorias acima da cota de isenção sem o devido recolhimento do imposto), pois o fluxo de viajantes era tão grande que tornava-se impossível explicar minuciosamente as regras de bagagem (quantidade, valor, etc) a cada um dos viajantes. E assim, entre tantos pedidos e respostas prontas, seguia-se o plantão.



Uma gotinha de preocupação tocava seu peito quando surgiam situações um pouco mais complexas, mas um mar de alívio lavava a sua alma quando os bravos colegas de equipe salvavam a sua pele com respostas precisas aos viajantes. Enquanto os colegas de equipe apresentavam a solução, Novata acenava positivamente com a cabeça, ainda que não compreendesse bem. Pensava consigo “puxa, isso é importante”, “preciso anotar isso”, “não posso esquecer”.

Mais outro viajante atendido, e vinha o próximo, depois outro e mais outro.

Quase metade da manhã já se passara, algumas dezenas de DBAs carimbadas e assinadas, muitos bens conferidos, vários viajantes liberados, muitos agradecimentos e elogios do tipo “nossa, você é tão novinha”, alguns “juro que estou dentro da cota... carimbe, por favor”, enfim, nada que causasse tanto estresse.

Após um rápido intervalo para o almoço (um sanduíche de presunto e queijo, para ser mais preciso), não houve tempo sequer para escovar os dentes antes de retornar ao trabalho. Aliás, depois do almoço, Novata percebeu que havia esquecido seu kit de higiene. “Escovar os dentes pra quê? Olha o tanto de gente esperando pra ser atendido!”, disse, aproveitando a oportunidade para demonstrar comprometimento total ao trabalho.

Entre um atendimento e outro, ouvia a frase “não pode, o fiscal não deixa”. Sorria discretamente. Percebeu também que os viajantes recuavam nas argumentações e aceitavam mais facilmente a correta tributação quando ouviam o nome “fiscal”, como se algum servidor desconhecido e misterioso pudesse aparecer a fim de resolver a situação de uma forma mais assertiva ou não muito simpática. Talvez até a própria Novata estivesse com medo disso acontecer.

Lá pelas cinco da tarde o calor já incomodava, muitos viajantes haviam sido atendidos (talvez mais de quinhentos), o cansaço começava a



castigar, pernas doendo, um pouco de fome, mas, por outro lado, o gostinho do dever cumprido adoçava-lhe o coração, pois ouvir um “obrigado” de alguns viajantes que haviam acabado de recolher o imposto não tinha preço. Até alguns “parabéns pela eficiência” rolaram durante o plantão.

Diante daqueles desconcertantes e inesperados elogios, respondia “estamos às ordens; a casa é sua, meu senhor!” ou “obrigada, senhora, volte sempre!”. Em certo momento chegou a pensar se aquele “volte sempre” não seria indevido ou poderia soar como algo típico de empresas, como um vendedor que agradece ao cliente pela compra, ou como um gerente que deseja atrair mais compradores. Pensou... pensou e concluiu que não havia nada de errado, afinal aqueles viajantes eram SIM clientes do órgão e por isso mereciam um atendimento cortês e eficiente. Pensou nos conceitos de administração pública moderna que havia estudado à exaustão para o concurso. Lembrou-se do mnemônico “LIMPE” da Constituição Federal e conseguiu encaixar com perfeição cada um deles às atividades que ali eram realizadas, em especial o “E” de Eficiência.

Nas suas análises solitárias, conectou alguns pensamentos e surpreendeu-se ao concluir que não era a equipe que estava recebendo aqueles agradecimentos e elogios, e sim a própria Receita Federal. Seu coração palpitou forte e ela quase chorou de emoção. Naquele instante teve a convicção de que escolhera o órgão, o cargo e a atividade certa. “Nossa, como é bom trabalhar em equipe com o mesmo objetivo e comprometimento”, pensou.

Percebeu que já conseguia responder à maioria dos questionamentos sem hesitar. Sentiu-se muito agradecida pela sorte de ter sido escalada com aqueles dois sábios e experientes colegas, que propiciaram um rápido amadurecimento profissional. Não hesitou em elogiar sua equipe e disse da imensa satisfação pelo aprendizado daquele dia, que concretizava, por meio do trabalho, a realização de um sonho. Ao



término do plantão, contou os formulários de DBA: naquela jornada haviam atendido 678 viajantes, sendo 41 Darfs recolhidos.

Cansada, foi para casa, um lanche rápido, um banho demorado. Finalmente escovou os dentes. Deitada e com o olhar fixo no teto do quarto, começou a recordar os momentos marcantes que vivera naquele dia: viajantes, fila, Darf, elogios, limites da cota, quantidade de itens, bens acima e abaixo de 5 dólares, “não pode, o fiscal não deixa”, dor nas pernas, dezenas de carimbos, centenas de assinaturas, milhares de “ia, ia, ô”. Adormeceu rápida, merecida e pesadamente.

Novata despertou cedo, animada para o domingo que se apresentava com um lindo sol. Olhou pela janela e pensou: “tomara que não chova para não molhar meus viajantes”.

Chegou à Receita Federal com quase uma hora de antecedência. Precisava reler a legislação, recordar as respostas que aprendera no dia anterior e projetar situações que poderiam surgir. Estava mais segura e sentia-se apta a resolver qualquer “parada”.

Equipe a postos, computadores ligados, portas abertas pontualmente, e mais uma vez os viajantes chegavam, dessa vez em menor número. Novata falou baixinho: “hoje é domingo, deve ser mais tranquilo”, ao que ouviu da colega de equipe: “rum... espere só pra ver...”.

Não demorou muito para a fila começar a aumentar, com mais e mais viajantes, o que lhe incomodava bastante. Não queria ver aqueles seus clientes esperando por muito tempo. Aquilo era um incômodo inexplicável para ela.

Com mais segurança que no dia anterior, sempre que a fila aumentava, Novata saía lá de dentro e dirigia-se num ponto em que todos da fila pudessem ouvi-la: “caros viajantes, em nome da Receita Federal eu peço a compreensão de vocês e prometo agilizar o atendimento de todos ao máximo, para que o tempo na fila seja o menor possível, tá bom?”.



Quase era aplaudida toda vez que agia dessa forma. Conseguiu identificar o sussurro de um viajante a outro: “essa é das boas!”. Lembrou-se da prioridade a gestantes e idosos que estavam na fila. A um idoso disse: “por aqui, senhor, seu atendimento tem prioridade” e à gestante: “pode ir lá pra frente, é menino ou menina?”.

Lá pelas 11 da manhã surgiu uma senhorinha que aparentava uns 60 anos, sorridente e simpática, que pretendia declarar 12 dúzias de calcinhas, jurando que eram de uso pessoal. “É que eu sou muito asseada e caprichosa, minha filha, e a concorrência hoje em dia não tá fácil”, tentou justificar brincando. Novata educadamente explicou à viajante que não seria possível efetuar a importação daquela forma, pois a quantidade caracterizava destinação comercial. Reteve os volumes e orientou-a sobre como proceder para o despacho comum das suas mercadorias.

Outros casos surgiam e, em todos eles, Novata agia com desenvoltura. Quando necessário, explicava as regras, retinha alguns bens, emitia o Darf e contornava situações aparentemente tensas com simpatia e bom humor. Sentia-se realmente feliz e já se convencera de que nada poderia trazer complicações naquele plantão. Enganava-se. Seu maior desafio viria quase no final do dia.

Mais ou menos às 16h, quando não havia ninguém na fila, apareceu um senhor que usava camisa xadrez azul-marinho de mangas curtas faltando um botão na barriga, um cinto social preto descascado (na fivela tinha a letra “A”), calça jeans clara e velha com umas manchas de barro seco nas barras que tinham duas dobras, barba por fazer (bigode com fios grisalhos e compridos que quase lhe cobriam a boca), narinas e ouvidos peludos, uma corrente grossa de ouro no pescoço e outra da mesma espessura no pulso direito (no esquerdo havia um relógio antigo), sobancelhas grisalhas e unidas, um semblante bastante carrancudo, estilo fazendeiro bruto.



Esse viajante chegou e mostrou-se um homem de poucas palavras, revelando que tinha um dente de ouro enquanto perguntava: “Ô moça, é aqui que carimba o papel da mercadoria?”. Os integrantes da equipe de plantão entreolharam-se e um deles adiantou-se, respondendo educadamente: “É aqui sim, senhor. Suas mercadorias estão dentro da cota de isenção?”. O viajante reagiu como se tivesse sido xingado. “Cota o quê? Me disseram pra vir aqui carimbar um papel pra ir embora sossegado. Preciso dessas coisas na fazenda ainda hoje antes da noite e estou com pressa. Já que é aqui, carimba aí ‘peuí’ ‘pa’ fazenda”. Outra colega de plantão acrescentou: “Senhor, precisamos efetuar a contagem das suas mercadorias pra ver se não ultrapassaram a cota de isenção. Se ultrapassarem, o senhor deve recolher o imposto de importação. Só depois disso poderemos carimbar a sua DBA”.

Rapidamente o fazendeiro respondeu: “Olha... acho que não, mas se passou, foi só um tiquinho. Carimba aí que eu tô com pressa”.

Novata sentiu que era hora de intervir na conversa: “Senhor, nós entendemos a sua situação, mas há regras que devem ser cumpridas tanto pelo senhor quanto por nós, e uma delas é analisarmos o total das mercadorias e verificarmos a quantidade de itens, pois dependendo da situação, pode ser que o senhor tenha ultrapassado os limites da cota de isenção e tenha que pag...” momento em que foi bruscamente interrompida pelo fazendeiro: “Escuta aqui, moça... eu num tô entendendo nada do que ocê tá falando. Cê entendeu que eu tô com pressa? Cê é surda?”.

A equipe toda se assustou com aquela reação. Até o vigilante, que acompanhava tudo a distância, engoliu seco. Não era comum ocorrer uma cena daquela.

Novata sentiu um frio na barriga, pois não sabia como agir diante daquele fato. Já havia atendido quase 1.000 viajantes naquele final de semana e nada parecido ocorrera até então.



Independentemente de qual atitude deveria tomar, a única certeza que tinha é que não deveria perder a calma. Lembrou-se de uma palestra que recebeu durante o curso de formação, na qual o instrutor disse que os servidores da Receita jamais poderiam perder o controle emocional, muito menos a paciência. Decidiu aplicar aquele ensinamento, apesar da dificuldade que o momento trazia.

Quando ameaçou falar ao fazendeiro, a colega de plantão interveio no seu lugar: “Senhor, nós entendemos a sua pressa e vamos agilizar o seu atendimento. Fique tranquilo. O senhor poderia colocar nesta bancada as suas mercadorias para efetuarmos a conferência aduaneira?”.

Novata admirou a segurança com que a colega intercedeu na conversa, mas infelizmente não adiantou muito, já que o fazendeiro ficou mais irritado ainda, com o rosto já vermelho e o suor brotando na sua testa: “Não vou colocar nada em lugar nenhum. Não é obrigação minha. Eu já vim aqui e ‘ocêis’ tão me enrolando pra bater um carimbo num papel. É por isso que esse país não vai pra frente. É muita enrolação”, e deu um forte soco na mesa.

Novata olhou nos olhos daquele senhor e perguntou: “Por gentileza, qual o seu nome, senhor?” e recebeu como resposta: “Antônio Firmino Sobrinho”.

Novata lembrou-se da letra “A” na fivela do cinto e associou-a ao nome. Gentilmente, prosseguiu: “Senhor Antônio, meu nome é Novata, muito prazer. Olha, eu entendo sua pressa e peço desculpas pela franqueza, mas o senhor está dificultando as coisas. Nós estamos aqui para facilitar a sua viagem e tudo que desejamos é que o senhor prossiga até a sua fazenda com a tranquilidade que o senhor merece”. Ouvindo isso, Sr. Antônio inclinou-se para frente, debruçou-se sobre o balcão e aproximou-se mais ainda do rosto de Novata, que estremeceu por dentro ao ouvir: “Eu não tô brincando, moça. Cê vai carimbar o trem ou num vai?”.



Aquela situação estava ficando insustentável, mas algo dizia que aquele senhor era apenas um homem de hábitos simples, conversas curtas e diretas, no estilo dos seus parentes do interior de Minas Gerais. Enquanto fazia essa reflexão, uma colega de equipe respondeu ao homem: “Sem verificar as mercadorias, não podemos carimbar, Sr. Antônio”. Mais que imediatamente o homem esbravejou: “Ah, é? E por que não vão carimbar o papel sem contar as mercadorias?”.

Novata pensou em explicar minuciosamente as regras de quantidade e valor previstas na legislação, mas aquele homem jamais teria paciência para compreender, muito menos naquele nervosismo em que ele se encontrava. De repente a outra colega de equipe balbuciou: “Não pode, Sr. Antônio. O fiscal não deixa”.

Ao ouvir aquilo, Novata sentiu o coração batendo fora do peito e quase desmaiou. O homem ficou pálido... silêncio completo na sala... alguns segundos se passaram.

O homem coçou a cabeça, desceu a mão e alisou o bigode com os dedos, olhou para a integrante da equipe e lhe respondeu: “Bem... nesse caso... então nesse caso... é... quer dizer... eu acho que... então... se o fiscal não deixa... então não pode mesmo, né?”. Novata e o outro integrante da equipe acenaram positivamente com a cabeça, felizes por aquela aparente compreensão.

Sr. Antônio finalmente concordou que contassem as mercadorias e, como ainda não havia ninguém na fila, enquanto os outros dois integrantes da equipe faziam a conferência e analisavam os bens daquele viajante, Novata aproveitou para estabelecer uma relação de confiança com aquele senhor. Perguntou onde era a fazenda dele, se era de plantação ou gado, se ele vinha muito para a fronteira, etc.

A reação daquele homem foi inacreditável, pois o semblante modificou-se completamente e aquele ar sisudo desfez-se em segundos.



Após responder às perguntas e sentir-se um pouco mais à vontade, Sr. Antônio também quis saber mais sobre todos da equipe (logicamente elaborando perguntas no seu estilo, como por exemplo “De que família vocês são?”) e tudo foi se desenrolando com rapidez e naturalidade.

Mais alguns minutos e a equipe constatou que os bens trazidos pelo Sr. Antônio estavam nos exatos limites de quantidade e valor, não havia imposto a ser recolhido e a DBA seria carimbada.

Tudo pronto, conferido e carimbado, eram 17h15.

Novata dirigiu-se ao viajante para liberá-lo e desejar boa viagem, mas o homem disse que ainda tinha uns minutinhos para prostrar, já que a fazenda não era muito distante dali e conseguiria chegar ao destino em pouco mais de meia hora.

Sr. Antônio venceu a timidez e disse: “Tenho mais uma pergunta”. Meio desconcertada, Novata colocou-se à disposição, com um pouco de receio pela pergunta que o viajante faria.

Sr. Antônio perguntou: “Quem é esse fiscal que não deixa carimbar o papel sem conferir?”.

Os integrantes da equipe ficaram surpresos, enquanto Novata sorriu carinhosamente para o homem, lembrando-se dos 15 minutos que ele ainda poderia ficar no local. Era exatamente esse tempo que ela precisava para esclarecer a questão de uma forma que ele compreendesse.

Educadamente, Novata explicou que ela era a responsável pelo plantão, mas que na verdade o que determina o que ‘pode’ ou ‘não pode’ é a lei, e não uma pessoa. Explicou que estavam ali para cumprir a lei, que deveria ser obedecida por ele e por todos os viajantes, inclusive por ela própria quando viajasse ao exterior.

Falou, também, que aquela resposta “o fiscal não deixa” era uma forma rápida de convencer alguns viajantes que buscavam o carimbo na



DBA a qualquer custo. Por oportuno, Novata falou rapidamente sobre os danos causados à economia nacional nos casos de contrabando ou descaminho, bem como da importância do controle aduaneiro e do grande exemplo que ele estava praticando ao declarar seus bens à Receita Federal.

Sr. Antônio ficou muito satisfeito com a explicação e fez questão de dar um abraço em cada um dos servidores que ali estavam, e também no vigilante. Pediu desculpas pelo seu jeito sistemático, tomou suas compras nos braços e seguiu para o estacionamento, onde embarcou no seu veículo e prosseguiu viagem.

Aquele desfecho foi um alívio total para a equipe, pois foram dias de muito trabalho, aprendizado e lições inesquecíveis.

Encerrado o plantão do final de semana, todos seguiram para o merecido descanso, com a consciência tranquila de um trabalho bem realizado.

Atualmente, o movimento nas unidades de fronteira reduziu bastante, pois, conforme já dito, somente alguns viajantes devem obrigatoriamente comparecer à Aduana para declarar seus bens.

Entretanto, ouvi dizer que até hoje sempre aparece algum viajante lá pras bandas de Ponta Porã que chega à Alfândega e, durante o atendimento, pergunta “será que o fiscal deixa?”. Não sei se é verdade. Deve ser. Deixa pra lá.



— |

| —

— |

| —

Segundo Lugar

Onde cê tava?

Daniel Oliveira Ribeiro

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRF/Uberlândia-MG

Ingressou em 2010 na DRF-Uberlândia, tendo ocupado algumas chefias na área de Arrecadação até 2014 quando foi designado Delegado em Poços de Caldas. Atualmente exerce a chefia da Fiscalização na DRF-Uberlândia.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

Onde cê tava?

Novembro de 2017, recebo um email da Superintendência, do tipo “save the date”, indicando que a reunião de avaliação estratégica seria realizada na última semana do mês. Chegando em casa descubro que em 01/12 seria realizada a festa de formatura da pré-escola de minha filha (antiga formatura do pré).

Os dias passam rapidamente com muitas demandas e um cenário interno e externo delicado. Tenho minha última videoconferência de Coaching individual e começo a refletir sobre 2018. Chega a pauta da reunião: é preciso discutir o novo regimento interno, há fusão, extinção e remodelagem de unidades e setores, tratar da arrecadação, comunicação, atendimento, fiscalização, mercadorias, engenharia, importação, legislação, capacitação e da harmonia.

Harmonia? Estava ali uma palavra chave, um programa construído por nós e que seria batizado. Hora de partir, malas feitas e um pensamento na cabeça “preciso traçar novos desafios”, como se já não tivesse muitos. Mas aquela palavra ainda estava presente ao despedir da esposa que faz a ressalva “não esqueça que a formatura de sua filha é sexta-feira às 19h”.

A reunião tem seu primeiro dia com foco no desenvolvimento de gestores, são tratados temas como motivação, comunicação, gestão de pessoas, cultura de feedback. Nos dias seguintes são tratados índices por área e divisão. Nos bastidores o clima é o melhor possível, descontração entre delegados, chefes de divisão, superintendentes, assessores; disputa salutar por servidores e processos de trabalho, confraternizações, preocupações sobre o futuro da instituição, enfim, um turbilhão de informações e sentimentos.



Enfim o inesquecível 01/12/2017 chega. Mas para entender o batizado do Programa Harmonia é preciso voltar no tempo. Em maio, a Superintendência resolve realizar uma reunião estratégica no interior do estado para que todos pudessem não só discutir os temas da instituição, como também conhecer a realidade de uma unidade com prédio recentemente reformado, diversas atribuições e carência de servidores.

Encerrada a reunião, todos voltam para suas unidades com a certeza que havia sido construída uma inexplicável sinergia entre os participantes. As mensagens de celular confirmam as expectativas e os sentimentos, mas o depoimento, no informativo da 6ª em conexão, do Chefe de Fiscalização de Uberaba, Eduardo Eurípedes, é arrebatador: “é a primeira vez que participo da reunião, ao contrário da opinião predominante, essas pessoas são um grupo, um time comprometido como os objetivos da RFB”.

Em agosto, nova reunião e uma meta é traçada: a sinergia, o compromisso com a instituição, a valorização do servidor e o clima organizacional equilibrado tem que ser difundido e estar presente em todas as unidades de Minas Gerais. As bases do programa estão traçadas.

De volta à manhã de 1º dezembro, o programa é apresentado, o encerramento da semana estava próximo, mas ainda o auge das emoções estaria por vir. Após apresentação dos resultados do aperfeiçoamento da comunicação e dos indicadores de capacitação, o Superintendente, Hermano Lemos, passa a palavra à chefe da divisão de gestão de pessoas, Lourdes Maria, que faz um agradecimento coletivo e informa a sua aposentadoria. Hermano percebe a comoção de sua equipe e, com os olhos marejados, sabiamente convoca para o intervalo.

Todos retornam, o Chefe da Dirac faz a última apresentação técnica. Ele parece querer não terminar, mas consegue. O Superintendente puxa a cadeira para o meio da roda, é hora do



encerramento, estão presentes todos os delegados, chefes de divisão, assessores, assistentes, secretárias, enfim todos aqueles que respaldam e apoiam diretamente aquele líder.

O discurso é calmo como sempre, e começa falando de seu primeiro dia: “fui para o Rio de Janeiro, de lá me deram uma passagem para BH, chegando aqui me disseram que eu estava no lugar errado pois eu iria para Varginha”. Em seguida um resumo simples de sua trajetória: “então gente, foram 18 anos em Varginha e 18 em Belo Horizonte, é hora de aposentar”.

Espera aí, não estamos falando apenas de uma pessoa que trabalhou 36 anos dentro de uma instituição e resolveu sair: era o líder de mais de duas mil pessoas dentro de Minas Gerais. O homem que estava ali já tinha liderado equipes, divisões, delegacias e uma região fiscal por mais de três décadas e ainda continuava tranquilo como entrou, pensando se quando estava de mau humor poderia estar atrapalhando alguém.

Rapidamente as mulheres vão aos prantos, os homens ficam imóveis e boquiabertos, sensação de arrepio, delegados “durões” não resistem “perdi o meu chão”, “o senhor é muito mais que um exemplo”, uns poucos ainda têm forças para falar algumas palavras de carinho. Todos se levantam, começam os aplausos para aquele homem que acabava de completar uma obra-prima, num rápido monólogo um espetáculo, digno de palmas, assobios, referência. É o líder que uniu, fortaleceu, abriu espaços, minutos antes de se despedir deu as diretrizes e, por fim, sai de cabeça erguida e com a mesma humildade que começara.

Eu, um dos mais novos da sala e de menor tempo de convívio, também não resisto e fico estático diante da situação: como podia aquele líder que apostou em mim e que em pouco tempo eu passei a admirar, ter como referência e exemplo, aquele cara que na noite anterior estava comigo, num botequinho qualquer de BH, conversando sobre amenidades como o futebol, o tempo e as cidades mineiras, tinha tanta calma para se despedir de seus liderados?



A reunião se encerra, mas emoções não se vão tão rapidamente. Os que moram no interior se arrumam para retornar. Pelo celular chega a foto de todos os presentes naquele evento memorável. Alguns comentários e a certeza, não há quem esquecerá aquele momento.

O dia está chuvoso, os atrasos nas viagens seriam a consequência. Tenho uma longa viagem, com o pensamento completamente anestesiado pelos sentimentos. Consigo chegar na festinha, mas já são 21h. Meio sem jeito por ter perdido as formalidades, me adentro. De repente, meu filho de quatro anos me vê, vem correndo dar um abraço apertado e faz aquela pergunta: onde cê tava?

Ainda em transe pelas emoções do dia, começo a refletir: o que dizer para ele? A resposta comum: numa reunião em BH. Que eu estava planejando parte do futuro dele? Ou melhor, como explicar que estava vivendo um capítulo da história de alguém. Num flash me volto numa frase dita ao final de meu curso de formação, em 2010, por um colega também recém-nomeado: “a palavra convence, o exemplo arrasta”.

Reflico melhor e concluo que a resposta seria apenas uma palavra ou uma frase, tenho que fazer muito mais, tenho que minimamente seguir o exemplo daquele líder que havia emocionado a todos. Bom, era hora de harmonizar na festa, o dia foi incrível, mas o exemplo daquela pessoa merece um registro na história da instituição.



Terceiro Lugar

Missão possível: A Super Receita

Augusto Cezar Feitosa Pantoja

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - ARF/Ananindeua-PA

Atualmente trabalha na ARF/Ananindeua-PA, na atividade de instrução processual de impugnações, parcelamentos e retaguarda do atendimento. Ingressou na RFB em 01/06/2001, e trabalhou na IRF/Tabatinga-AM, na área aduaneira até 06/2003.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

Missão possível: A Super Receita

Cheguei ao meu destino um pouco cansado, após dirigir cerca de quarenta minutos em um trânsito pesado. Tirei a chave da ignição com alívio, fiz um pequeno alongamento dentro do carro e, olhando o relógio que indicava poucos minutos para as oito horas da manhã, passei a observar as pessoas do outro lado da rua, formando uma fila para entrar na agência do INSS, no bairro do Marco, em Belém. Era o primeiro dia da minha mais nova missão recebida da Receita Federal - que passava a ser - do Brasil (RFB).

Seis meses depois da publicação da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que unificou as Secretarias da Receita Federal (SRF) e da Receita Previdenciária (SRP), os gestores da chamada Super Receita coordenavam várias medidas administrativas e operacionais para viabilizar essa fusão, tentando solucionar problemas de infraestrutura, implantação dos sistemas, transferência de processos e capacitação de servidores. No meio disso, meu papel era um trabalho de formiga, recebido de uma iniciativa local.

Já completavam quatro anos que desempenhava minhas atribuições na agência da Receita Federal de Ananindeua, cidade da região metropolitana de Belém, que começou a ser povoada a partir da construção da Estrada de Ferro de Bragança, no final do século XIX. Hoje, figura como a terceira mais populosa da região Norte, com aproximadamente 525.566 habitantes (estimativa IBGE 2018), possuindo uma arrecadação maior que a de algumas delegacias da segunda região fiscal. E com o início do processo de unificação, a unidade da Previdência do Marco, que atendia contribuintes e segurados de Ananindeua, foi integrada à nossa.



Nesses primeiros passos da nova Receita, como o atendimento de arrecadação previdenciária acontecia nas dependências do INSS, o chefe da nossa agência, Osimar de Matos Soares, resolveu designar alguns de seus servidores para acompanhar os novos serviços, com o objetivo de adquirir os conhecimentos necessários sobre procedimentos e utilização dos sistemas. Daí minha ida até àquela unidade, naquela manhã.

Quando a agência do INSS abriu, uma pequena aglomeração se formou na entrada. Saí do carro e esperei um pouco para passar pela fila com meu crachá em mãos e uma pasta a tiracolo que, entre outras coisas, continha um volumoso manual de parcelamento previdenciário, papéis, canetas, um pacote de bolacha, enfim, tudo que um agente especializado do governo precisava para cumprir aquela tarefa. Me apresentei aos novos colegas que me receberam muito bem, dispostos, à primeira vista, a partilhar conhecimento, e ao mesmo tempo, receosos quanto ao futuro. A unificação entre os dois órgãos estava iniciando para mim naquele momento.

A partir do mês de outubro, os colegas Olessandro Cunha e Rosana Teles também tiveram que se deslocar até o INSS para conhecer os diversos serviços, incluindo processos de cobrança, Certidão Negativa e regularização de obra. Nossa disponibilidade e interesse nos rendeu, naquele ano, Portarias de Elogio. Mais que merecido, afinal de contas eu estava saindo do conforto de trabalhar pertinho de casa, para enfrentar longos engarrafamentos. Me disseram, porém, que a portaria não tinha nada a ver com congestionamentos de trânsito, e sim por eu ter aceitado participar do processo. Tudo bem!

A separação entre as unidades de atendimento, designadas como de serviços previdenciário e não previdenciário – esse é o melhor termo - causava algumas confusões para o contribuinte e dificuldades para os servidores. Havia a divulgação da fusão e da simplificação de



procedimentos, mas a unificação ainda estava nascendo, com seus recursos e sistemas separados. Embora uma questão de tempo para todo o trabalho ser transferido para a Receita, com os servidores da Previdência trabalhando conosco, no mesmo espaço físico, nossa agência saía na frente com essa medida, porque havia muita resistência às mudanças trazidas pela unificação, e seria uma boa forma de transpor as barreiras.

De nove funcionários alocados na SRP do Marco, cinco deles aceitaram trabalhar na agência de Ananindeua, somando vinte servidores em janeiro de 2008, número aparentemente alto para uma pequena unidade, mas necessário à sua grande demanda. Foi um período de aprendizado e adversidades: problemas de sistemas, dificuldade de adaptação, diferenças no relacionamento com o contribuinte, horário de trabalho e, por que não dizer, decepção criada por falsas expectativas de unificação dos cargos integrantes dos dois ministérios.

O resultado desses percalços se mostrou logo no primeiro semestre daquele ano, quando, em todo Brasil, grande número deles decidiu voltar ao INSS. De nossa unidade saíram quatro. Essa redução de servidores foi preocupante, mas seus efeitos contornados a partir dos conhecimentos adquiridos e dos esforços de toda a equipe para lidar com os assuntos previdenciários, confiando no que tínhamos aprendido até então. Aquele manual de parcelamento, por exemplo, foi lido, aplicado e disseminado até que a publicação da MP 449/2008 alterasse suas regras, tornando-o sem utilidade, relegando-o ao fundo da gaveta (ainda pode ser encontrado no meu armário). Tudo isso revelou a importância daquele treinamento inicial, quando sabemos que algumas unidades da RFB ficaram sem nenhum servidor da Previdência.

À medida que íamos nos familiarizando com os novos sistemas, alguns termos passavam a fazer parte do vocabulário, cada um com seu correspondente na Receita Federal: ajuste de guia/redarf, apropriação de pagamento/alocação, NFLD/auto de infração, Forced/Pepar, etc.



Ingenuidade pensar que seria mais fácil trabalhar com apenas mais um tributo, a contribuição previdenciária. Um grande engano.

Essa senhora chegou acompanhada de seus intolerantes sistemas Dívida, Siscof, Águia... E no segundo semestre de 2008, nada me deu tanto trabalho quanto a bendita Reclamatória Trabalhista, que após consumir horas no atendimento e provocar muita dor de cabeça, foi lenta e gradativamente dominada. Porém, como não podemos vencer sempre, admito minha derrota para o fluxograma do Sicob.

Por falar em vitórias e derrotas, uma boa novidade que surgiu com a unificação foi o "Suporte Web". Essa ferramenta, trazida de além-ministério, tem resolvido muitos problemas operacionais e ajudado a tirar muita gente da força, inclusive eu. Sei que você pode ter um pedido ainda pendente, mas não se preocupe, ele será respondido.

Outra dificuldade enfrentada sempre foi a relação entre a arrecadação previdenciária e a concessão de benefícios, que leva muitas pessoas a procurar, equivocadamente, a Receita Federal quando a demanda seria do Instituto de Previdência. "Mas o senhor já foi ao INSS? O que eles disseram?", perguntava. "Disseram que a minha aposentadoria não ia sair porque eu estava devendo, que eu tinha que vir aqui para ver quanto é". E qual era o período? O valor do salário de contribuição? Não se sabe, as informações desconstruídas, e para evitar o jogo de empurra-empurra, algumas vezes era preciso entrar em contato com a gerência do posto da Previdência para esclarecer a situação e encaminhar o contribuinte.

Pelo menos hoje temos o Portal CNIS, que nos dá uma "colher de chá", com informações completas sobre os segurados, recolhimentos, e-social doméstico, NIT, entre outros, fazendo mudar o tom da conversa: "O que o senhor deseja mesmo? Pronto, aqui está. Só não posso deferir seu pedido de auxílio-doença tá bom?".



Brincadeiras a parte, sabemos que essa unificação rendeu bons resultados para o governo e para o cidadão, pois muitos avanços foram obtidos. De um lado, uma maior eficiência na administração tributária, como declarou um servidor oriundo da Previdência, admirado com a rapidez dos sistemas da RFB e da capacidade de recuperação e cobrança do crédito tributário, porque saíram de um processo manual para uma melhoria considerável nos sistemas de arrecadação. E de outro, mais serviços disponíveis ao contribuinte na internet e maior celeridade no atendimento de suas demandas.

Dentro da nossa esforçada e competente equipe, a cooperação e troca de conhecimentos entre os servidores e o compromisso com a busca pela solução dos problemas, foram os fatores decisivos de superação das dificuldades impostas por essa transição.



— |

| —

— |

| —

Prosas Classificadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

A curiosidade de um «japonês da Federal»

Adilson Muneo Kemotsu
Analista Tributário da RFB- DRF/Londrina-PR

Ingressou no concurso de 2006, na extinta ARF/Santo Antônio da Platina-PR. Com a extinção em 2007, foi removido para a DRF/Londrina-PR, tendo atuado na SAFIS até abril/2012, quando foi transferido para o CAC, tendo assumido a Chefia do CAC em junho/2012, função que exerce até hoje. Faz parte do Grupo de Combate a Fraudes no CNPJ da 9ª Região Fiscal.

Sou Analista Tributário da Receita Federal do concurso de 2006. Ingressei na extinta agência de Santo Antônio da Platina (PR) e desde a sua extinção, quando da fusão da Receita Federal com a Receita Previdenciária, atuo na DRF Londrina (PR). Depois de alguns anos trabalhando na Safis, assumi a Chefia do CAC em junho de 2012, função que exerço até hoje. Sou descendente de japoneses, sansei, 3ª geração no Brasil.

Apesar de o norte do Paraná estar repleto de descendentes de japoneses, o fato de ter essa descendência oriental gera algumas consequências, que não acho ruim. Alguns te chamam pelo nome ocidental, outros pelo nome oriental, outros por “japonês”. E quando se trabalha na Receita Federal, uns já pegam carona no famoso japonês da Polícia Federal, e te chamam de “japonês da Federal”, especialmente quando se adota uma linha de trabalho investigativo no CAC, perfil este que, em princípio, não seria necessário.



Em meados de 2013, ainda na fase de aprendizagem da função de Chefe de CAC, uma colega do atendimento entrou em minha sala apresentando-me dois DBEs (Documento Básico de Entrada do CNPJ) que foram protocolados e solicitavam a inscrição de dois CNPJs, contendo reconhecimentos de firmas por verdadeiro em ambos os documentos, realizadas pelo mesmo cartório, porém, os dois documentos não continham assinatura alguma.

Curioso como sou, peguei uma viatura e me dirigi ao cartório que havia realizado o reconhecimento de firma. Apesar de desconfiar que poderia ser uma fraude, confesso que tinha quase certeza de que aquilo foi um deslize do cartório, imaginando que poderiam ter reconhecido firma na via errada do documento, o que justificaria a falta da assinatura. Após apresentar os documentos ao responsável pelo cartório apontando o erro, para minha grande surpresa, o tabelião me informou que se tratava de reconhecimentos de firmas falsos, e me mostrou um reconhecimento de firma legítimo e as diferenças sutis que existiam entre o falso e o verdadeiro.

Naquele dia, voltei à Delegacia pensativo e imaginando as minhas alternativas: 1) Representar aqueles dois casos comprovadamente fraudados e, assunto encerrado; ou 2) Iniciar uma verificação sobre a possibilidade de se tratar de fraudes contumazes. O fato de estar escrevendo uma “história de trabalho” leva a crer que escolhi a opção “2” e que prevaleceu a minha curiosidade.

Chegando à Delegacia, imediatamente levei o caso ao conhecimento do delegado, que me deu total respaldo e apoio para que iniciasse uma verificação sobre a possibilidade de nos depararmos com fraudes frequentes no CNPJ. Confesso que jamais imaginei que esse trabalho chegaria aonde chegou.

No início, o trabalho foi completamente desestruturado, sem referências e “batendo muita cabeça”. Com a experiência prática, foi ganhando corpo, formas, e principalmente, resultados. Esses resultados



foram apresentados em reuniões da Delegacia, da Superintendência e em seminários. Em 2015 foi definido como um dos Projetos Estratégicos da Delegacia de Londrina (PR), e em 2017 foi criado o Grupo Regional de Combate à Fraudes no CNPJ da 9ª Região Fiscal, tendo sido incluído como um dos Projetos Estratégicos da Divic 09. Esse grupo é composto por servidores de todas as delegacias da 9ª Região Fiscal e é gerenciado pela Chefia de Cadastro da Divic. A proposta de criação do grupo é que o trabalho de combate à fraudes realizado na DRF/Londrina seja realizado em todas as delegacias.

Desde o início dessa peregrinação, em 2013, somente na DRF/Londrina já identificamos mais de 500 casos de CNPJs inscritos ou alterados de forma fraudulenta. Já foram representados para fins penais vários contadores e escritórios de Contabilidade responsáveis pelas fraudes e, cumprimos, junto com a Polícia Federal, alguns mandados de busca e apreensão nesses escritórios. Além disso, já tivemos episódios de alta adrenalina, com fraudadores recebendo voz de prisão e pulando a janela do CAC e a grade da Delegacia em fuga.

No âmbito do Grupo Regional de Combate à Fraudes no CNPJ da 9ª Região Fiscal também já foram obtidos resultados muito positivos. Foram centenas de CNPJs ou atos anulados por fraudes, e houve a identificação de milhões em créditos tributários que seriam incobráveis.

Todo esse trabalho foi realizado concomitantemente à gestão de um CAC que funciona das 7h às 19h, motivo pelo qual, aproveito para agradecer imensamente a todos os colegas do CAC Londrina, que compreenderam a importância desse trabalho e sempre “seguraram as pontas”, permitindo que este japonês curioso exercesse esse trabalho de investigação e levantamento de fraudes durante os últimos cinco anos.



A RFB e os alambiques

Daniel Coelho

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRF/Poços de Caldas-MG

Atualmente, trabalha como Chefe da Seção Aduaneira, com ingresso na RFB em Janeiro/1994, tendo como primeira lotação a aprazível cidade de Blumenau/SC, atuando na auditoria de ações judiciais com o objetivo de conferir a regularidade no recolhimento de tributos ou depósitos judiciais e, posteriormente, vindo trabalhar nos idos de 2003 na DRF Poços de Caldas/MG, cidade bem agradável e acolhedora, ocupando a Chefia da Seção de Fiscalização durante 07 anos e, desde 2010, atuando na área aduaneira.

Primeiramente, faz-se necessário esclarecer o título desta prosa; ou seja: dentre as várias atribuições de fiscalização levadas a cabo pela Receita Federal do Brasil, uma delas é a verificação do cumprimento da obrigatoriedade de aquisição dos selos de IPI pelos fabricantes de bebidas, incluindo-se aí os alambiques, tradicionais nestas bandas das Minas Gerais.

Esclarecimento feito, demos início à Operação Selo de Controle do IPI. Manhã chuvosa e fria, fomos nós, dois Auditores-Fiscais, em um veículo oficial conduzido por um motorista terceirizado, rumo a um alambique distante, a aproximadamente três horas da Delegacia, cumprir com a atribuição de verificar a existência de selos de IPI nas garrafas de bebidas produzidas.

Caminho longo, chuva intensa e o motorista, após quase uma hora e meia de viagem, nos consulta sobre um atalho por estrada de terra que reduziria a viagem em torno de 40 minutos, garantindo-nos da boa



condição do percurso, do conhecimento sobre a estrada e do ganho de tempo que tínhamos. Ficamos receosos, mas pela certeza do motorista, cedemos ao atalho.

Em menos de 20 minutos, embora a estrada estivesse em boas condições, o veículo atolou e, nós, conseqüentemente, também estávamos atolados. Isto ocorreu em função de o motorista ter passado pela única e imensa poça existente no meio da estrada, alegando que a passagem pelos flancos poderia ocasionar danos ao veículo pelas cercas de arame farpado que predominavam naquela estrada!

Depois desta desculpa nada convincente do motorista, recompostos e dispostos, nós, Auditores-Fiscais da RFB, devidamente trajados com roupa social e calçados de escritório, juntamente com o motorista, mais calado do que tratador em jaula de leão, descemos para empurrar a chamada “viatura oficial”.

A chuva até então intensa, parecendo saber de nosso infortúnio, reduziu-se drasticamente, mas não deixou de nos molhar, como um castigo pela imprudência de trocar a estrada asfaltada pela estrada de terra em condições adversas de clima e temperatura.

Aí então, descobrimos o imenso peso daquele veículo oficial, pois embora sendo um carro de pequeno porte, o motor localizava-se na parte frontal, justamente a parte que mais atolou na poça! Mesmo com três adultos empurrando e após algumas tentativas, o veículo não saiu do atoleiro. Após uns 30 minutos, um pouco sujos e cansados, percebemos que alguns veículos estavam parados nos dois sentidos da estrada esperando que saíssemos do caminho.

Foi então que fomos em direção a alguns motoristas para pedir ajuda. No entanto, a boa vontade que deveria existir neste tipo de situação não ocorreu, talvez até mesmo em função da identificação do veículo com os adesivos discriminando Receita Federal. Mas, percebendo a



impossibilidade de passarem nos dois sentidos, os motoristas nos ajudaram a sair do atoleiro.

Após uma limpeza básica e verificação do veículo, dos documentos e outros acessórios necessários, prosseguimos viagem pela estrada de terra, pois não queríamos regressar ao asfalto e dar ao motorista a oportunidade de novamente atolar o veículo. Ressalte-se que o motorista continuava extremamente calado, penitenciando-se, talvez, pela soberba da certeza não confirmada.

E a chuva contínua testemunhava o silêncio de todos nós!

Na expectativa de chegar ao domicílio do contribuinte às 9h30, por lá chegamos às 11h, culpando basicamente a poça d'água que nos causou o atoleiro. Ainda silenciosos, cansados e um pouco famintos, nos recompomos e fomos cumprir a nossa atribuição pública funcional.

Localizamos o estabelecimento a ser fiscalizado, fomos recebidos por um funcionário e perguntamos pelo responsável, o dono da empresa. Bastante solícito e simpático, o rapaz nos disse que o dono da empresa estava no alto de um pé de abacateiro colhendo abacates, pois achou que não iríamos aparecer! Solicitamos que ele anunciasse a nossa chegada, lacramos a porta do estabelecimento em que as bebidas estavam sendo produzidas e saímos para almoçar com retorno às 13h, sem atraso e, obviamente, fomos a pé procurar um restaurante.

Graças a Deus, encontramos um bom restaurante, fizemos uma boa higiene, nos alimentamos bem (prato feito completo, rrsrs) e retomamos a alegria e a conversa entre todos nós, rindo da situação como um todo e lembrando ao motorista de retornar pela estrada asfaltada, até porque a chuva continuava a nos cobrir.

Às 13h, pontualmente, estávamos em frente ao estabelecimento a ser fiscalizado. Fomos recebidos pelo dono do estabelecimento, o qual era o responsável legal pela empresa. Trajando botas, bermuda, camiseta e um



imenso chapéu, o sorridente proprietário fez questão de nos mostrar primeiramente o abacateiro no qual estava quando lá chegamos. Ficava em um quintal anexo ao terreno em que funcionava o alambique.

Mostrou-nos ainda vários caixotes com dezenas de abacates, a imensa escada utilizada para subir na grande árvore, o bambu de ferro com uma lata na ponta para pegar os frutos e, finalmente, insistiu tenazmente para que subíssemos no abacateiro! Agradecemos este tour pelo quintal e nos dirigimos ao estabelecimento para cumprir a missão que nos foi confiada.

Retirando as fitas adesivas com as quais lacramos as portas do estabelecimento, neste adentramos. Era um estabelecimento bem pequeno e foi selecionado com base na ausência de selo do IPI em várias garrafas encontradas em diversos estabelecimentos da região que vendiam bebidas alcoólicas para consumidor final.

Nos identificamos formalmente ao proprietário e apresentamos o Termo de Início de Fiscalização para sua ciência e início os trabalhos, com a imediata solicitação de alguns documentos, tais como: Contrato Social, Alvará do Estabelecimento, Controle de Registro de Selos do IPI, dentre outros. Fomos levados a uma pequena sala, um pouco suja, com pouca ventilação, algumas caixas de bebidas e uma caixa de papelão, mal-conservada, na qual estavam os documentos solicitados.

Para nosso espanto, incluindo aí o proprietário e o motorista, ao abriremos a caixa, apareceu uma quantidade enorme de baratas, pelo menos umas 10! Em face disto, o atoleiro da viatura oficial foi café pequeno. A caixa foi ao chão e nós saímos da sala, determinando ao proprietário que fizesse uma rápida e completa limpeza para que pudéssemos continuar e concluir o nosso árduo trabalho.

Sem o sorriso até então estampado na face e ainda um pouco espantado, o proprietário desculpou-se várias vezes e pediu para alguns



funcionários limpem a sala; então, retomamos ao local para, finalmente, realizar a incumbência laboral que nos cabia.

Finalmente, trabalho finalizado! Retornamos no final do dia para casa um pouco cansados, mas, satisfeitos pela missão cumprida. Trouxemos alguns abacates que nos foram dados pelo proprietário, o qual voltou a sorrir (igualmente o motorista e nós também). Ao comê-los, nos dias seguintes, lembramos de todos os detalhes desta empreitada fiscal, conscientes de que novos desafios nos aguardam nesta diversidade de situações que a carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil nos concede, sendo em tudo e por tudo sempre gratos!



A sorte e o destino

Ney Carline Limonge

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRF/Rio de Janeiro-RJ

Ingressou na RFB em janeiro de 1994/1995 - Porto de Rio Grande, atuando na Aduana, Análise documental, Desembarço aduaneiro e Vigilância Aduaneira. Em 1995/1996 - Alfândega de Viracopos, atuando no Desembarço Aduaneiro, Perdimento, Courier, Manta, Trânsito, etc. E em 1996 até dias atuais: DRF - RJ1 e 2 Fiscalização PF/PJ - Chefia da Malha PF em 2000 e grupos fiscais, atualmente Assessor no Gabinete DRF-RJ1.

Há cerca de 14 anos, acordei às 3 horas da manhã para ir trabalhar. O dia era 17 de agosto de 2004 e, ao final da tarde do dia anterior, fui convocado para fazer parte de uma operação conjunta com a Polícia Federal, cujo destino e objetivo eram, até então, desconhecidos.

Pode-se dizer que não dormi. Levantei-me da cama, fiz rápida refeição, troquei de roupa e parti para a sede da PF que fica na Praça Mauá, Rio de Janeiro. Dirigi até lá pelas ruas vazias acompanhado de minha esposa que levaria o automóvel de volta.

Nessas operações, a Receita Federal acompanhava os policiais e procuradores do Ministério Público com o intuito de oferecer orientação



tributária durante a coleta de provas e, assim, evitar o recolhimento de papéis desnecessários, pois de outra forma o trabalho investigativo seria mais fatigante e ineficiente.

Não sei se havia Norma ou Ordem de Serviço, mas eram convocados apenas auditores (AFTNs) lotados na Divisão de Fiscalização PJ (Difis), como era o meu caso.

Na sede da PF

Às 4 horas da manhã o pátio de estacionamento da Polícia Federal fervilhava. Uma enorme quantidade de policiais se organizava em equipes, contando com apenas um auditor em cada uma delas.

Neste momento procurei meu nome numa relação entregue pelo coordenador da operação, e vi que eu deveria seguir para Niterói, especificamente até a residência de um ilustre desconhecido.

A mudança do destino

Logo depois, encontrei um amigo, de nome Adriano, que trabalhou comigo no Porto de Rio Grande (RS). Ele morava em Niterói e estava lotado na DRF daquela cidade.

Perguntei-lhe para onde havia sido sorteado, e ele me disse que seu destino seria um escritório na Torre Rio Sul, o prédio mais alto da cidade do Rio de Janeiro, que tinha 50 andares e que fica situado no bairro de Botafogo.

Eu então sugeri trocar de lugar comigo, pois sendo ele morador de Niterói, e eu do Rio, seria mais fácil para ambos o retorno para casa. Ele não pensou duas vezes. Rapidamente procuramos o supervisor para



solicitarmos a permuta de nossos nomes, o que foi feito sem problemas. «É o meu dia de sorte», pensei.



Beacon Hill

Já naquele ano, a Polícia Federal dava nome às operações. No caso, esta foi chamada de Operação Faroleiro -- conhecida também como Operação Polvo ou Farol da Colina. Li posteriormente na imprensa que participaram mais de 750 homens por 7 estados, a maioria em São Paulo e Rio de Janeiro.

A Operação Faroleiro levou este nome em referência à conta-ônibus Beacon Hill, cuja tradução literal é "colina do farol". A Beacon Hill foi apontada como uma das maiores lavadoras de dinheiro no esquema do Banestado de Foz do Iguaçu.

Conta-ônibus é uma espécie de conta por meio da qual são operadas inúmeras outras subcontas. As subcontas eram utilizadas, em



grande parte, por doleiros brasileiros para a administração e o repasse de remessas ilegais provenientes do Brasil. Esta operação, da qual eu fazia parte, visava buscar computadores e documentos dos investigados por lavagem de dinheiro.

A equipe

Meu grupo era composto por 8 policiais vestidos à caráter para aquela ocasião. Eles usavam reluzentes coletes da PF, óculos escuros e carregavam submetralhadoras. Parecia um pelotão de elite capaz de defender a pátria contra qualquer invasão estrangeira. Havia mais um policial que portava uma câmera filmadora para documentar o trabalho e eu carregava apenas minha pasta de couro com a qual trabalhava diariamente.

Ninguém sabia, mas dentro da pasta havia papéis sem importância, fio dental, canetas e um pequeno espelho, além de meu celular. Eu acreditava que carregar apenas uma mala faria eu parecer o mentor intelectual da operação, aquele que não faz o trabalho pesado, mas que sem ele o negócio não vai adiante.

O início da operação

Por volta das 5 horas da manhã deixamos a sede da PF em um comboio formado por dois automóveis pretos modelo Renault sedan, que chegou em pouco mais de 10 minutos ao seu destino.

Nada poderíamos fazer até o nascer do sol, uma vez que o Art.5º da Constituição restringe a atuação policial durante a noite e somente em casos de flagrante delito. Estacionamos no shopping, onde ficava a Torre e resolvemos então “tomar um cafezinho” antes de iniciar os trabalhos para passar o tempo.



Caminhamos até um modesto bar localizado na rua lateral do estacionamento, em direção ao bairro da Urca, onde se encontravam zeladores e porteiros dos prédios residenciais da vizinhança tomando seus cafés da manhã.

E apesar do bar estar repleto de trabalhadores, bastou nosso pelotão chegar para que os clientes em seu interior “batessem em retirada” como numa fuga alucinante, tamanha rapidez com que abandonaram o lugar. Achei aquilo engraçado.

E passado algum tempo, tão logo começou o alvorecer, retornamos ao Rio-Sul para efetivamente começar nosso trabalho, isto por volta das 6 horas da manhã.



O susto

Lá chegando não vislumbramos uma viva alma dentro do prédio. O chefe da segurança fez a recepção e nos encaminhou para um enorme elevador que comportava a todos com folga. Botão pressionado, subimos com destino ao 37º andar.

Tão rápido quanto um foguete chegamos. Quando a porta se abriu, dois homens que aguardavam o elevador para descer, ao se depararem



com vários policiais armados, - talvez por reflexo ou, quem sabe, por “culpa no cartório” - levantaram suas mãos como quem diz: “eu me rendo, não atire”.

Ninguém esperava por aquilo, nem nosso documentarista que ainda estava com a câmera desligada. Tão logo os policiais se deram conta da situação, e avistaram os sujeitos com as mãos levantadas, saíram do elevador e rapidamente deram voz de prisão a eles. Depois pediram aos suspeitos para encaminhá-los até o escritório, o que foi feito de pronto.

O equívoco

Acho que somente eu fiquei espantado com a improvável coincidência de haver dois suspeitos naquela mesma hora e no mesmo andar em que chegava quase uma dezena de policias. Mas foi o que parecia ter ocorrido.

Iniciamos os preparativos para cumprir nossa tarefa. Os indivíduos colaboravam com a polícia e tudo parecia correr bem num clima bastante cordial. Eu não imaginei que seria tão fácil. “Logo estarei em casa e vou dormir bastante”, pensei. Enquanto isso o cinegrafista do grupo ia registrando os acontecimentos para a posteridade.

Passados pouco mais de meia hora de nossa entrada triunfal, um dos policiais fez uma importante observação: - “Peraí pessoal, o número deste escritório não é o mesmo que consta em nosso Mandado. Não tem nada a ver. Nós deveríamos estar no lado oposto do corredor”.

A surpresa foi geral. Armas em punho, metade da equipe correu para o outro lado. Por sua vez, o delegado pediu as mais sinceras desculpas aos “colaboradores” e eu fiquei um pouco desanimado. Desfeito o mal-entendido, todos viraram amigos.

Ninguém perguntou aos dois sujeitos sobre os reais motivos que os levaram a se entregar espontaneamente para a polícia. De fato, eles



trabalhavam em uma empresa de segurança e investigação particular. Poucos dias antes, uma concorrente envolvera-se num escândalo em que um ministro de estado havia sido espionado através de um grampo telefônico ilegal e outros truques de arapongagem. Daí concluí que eles até se deram por satisfeitos por termos ido embora sem aprofundar a busca.

Uma nova operação

Não sabíamos o que estava por vir. Nosso alvo possuía apenas uma porta de aço, muito parecida com a de uma fortaleza. No grupo havia um especialista em abertura de cadeados e trancas, porém para aquela porta especial seria preciso mais do que um simples especialista.

Um superespecialista foi convocado para aquela missão, quando então comecei a ficar preocupado. Olhava o tempo passar e sem perspectivas para o futuro imediato, me desfiz dos planos de descansar ainda pelo dia anterior. E quase no desespero sugeri ao chefe da equipe: “Por que não arromba logo a porta com uma marreta?”.

O superespecialista

Enquanto aguardávamos a chegada do especialista em portas especiais, sem ter onde me acomodar naquele corredor do 37º andar, desci para almoçar no shopping. Fiquei profundamente arrependido de levar minha indefectível mala de couro, uma vez que ela não estava servindo para nada, só fazia pesar no meu ombro (ela tinha uma alça). Talvez eu sáísse bem na foto com uma pasta na mão, mas nem foto tiraram.

Retornei por volta de duas horas da tarde quando finalmente conseguimos entrar na sala, e tivemos mais surpresas: o escritório era espaçoso, possuía várias mesas, muitos papéis e, para piorar, havia um enorme cofre que despertou altas expectativas. Seria necessário mais um serviço do chaveiro especialista.



O epílogo

A polícia recolhia boa quantidade de documentos alegando que, eventualmente, poderia encontrar nomes de clientes ou outros elementos que trouxessem maiores esclarecimentos à investigação. Paralelo a isso, em pouco mais de uma hora o cofre finalmente foi aberto e em seu interior nada foi encontrado. Nem nomes, nem dólares.

Eram 7 horas da noite quando finalmente começamos a encerrar os trabalhos. Havia tantos sacos com papéis que foi necessário solicitar uma outra viatura para que tudo pudesse ser levado em apenas uma viagem.

Retorno ao lar

E a esta altura, estando acordado por quase dois dias consecutivos, já não me importava com mais nada. Não via a hora de voltar para casa, tomar um banho e me livrar de minha mala que naquele momento pesava como uma cruz. Os policiais disseram que iriam organizar os papéis na sede da PF e perguntaram-me se eu iria acompanhá-los. Disse que não e despedi-me da equipe. Senti um alívio quando tudo se acabou.

Resolvi pegar o metrô para ir para casa, pois àquela hora o trânsito ainda estava tenso. Eu tive sorte, consegui viajar sentado, o que foi um alento para aquele dia tão cansativo.



Cheguei esgotado e minha mulher perguntou-me se foi tudo bem. “Sim, correu tudo bem, afinal, ainda estou vivo”, respondi. Liguei a TV a tempo de assistir o Jornal Nacional e a operação Beacon Hill foi logo uma das primeiras notícias.

Assisti aos detalhes fornecidos pelos repórteres e as imagens registradas por todo o Brasil, inclusive uma ocorrência em Niterói em que jurava ter visto meu amigo Adriano com um sorriso enorme no rosto, feliz da vida.



Abadessianos

João Bosco Silveira da Silva

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - Dirac/Belém-PA

Arquiteto de formação acadêmica e desígnio da vida, ingressou na Receita Federal em 1984 por intermédio do concurso público para Agente Administrativo, ainda realizado pelo Dasp. Depois, aprovado no primeiro concurso público para TAT/TTN. Esteve no Oiapoque como inspetor, na chefia da Dipol da 2ª RF por mais de um período e cedido para a CGU em Brasília, entre os anos de 2013 e 2014. Atualmente atua na garantia do crédito tributário na Dirac02.

“L'âge de raison”: Jean-Paul Sartre lido no original, alternadamente, pelos componentes da equipe de assistência do gabinete da DRF/Belém nos finais de tarde, início da década de 90 do último século do milênio passado. Nem imaginávamos, à época, tratar-se de um dos livros da trilogia “Les Chemins de la liberté”. Até mesmo porque, não entendíamos nada da língua do argelino Zinédine Yazid Zidane e nem estávamos interessados (antevíamos a decisão da Copa do Mundo nos fins dos anos 1990).

O autor de tão genial e lúdica iniciativa? O colega e único amigo Alberto Abadessa, autor de vários livros lançados (ele sempre nos dizia que era o nosso único amigo). A partir daqueles concílios pós-expediente, o termo “abadessiano” deixou de fazer referência às atividades das comunidades religiosas de primeira dignidade.



Os livros em suas línguas originais adornavam a estante da assistência do gabinete da Delegacia desde a aposentadoria do ávido leitor Olavo, delegado substituto.

Era o espólio do Dr. Olavo.

Jean-Paul Sartre, Edgar Allan Poe e Arthur Schopenhauer, apenas para ficar no francês, inglês e alemão, dentre outros da babélica bibliografia do 5º andar, estavam intocáveis até a nossa ida para compor a equipe de assistentes (assessoramento, com quatro “s”, gabavam-se alguns).

Final do expediente, dever do dia cumprido, e estávamos nós prontos para mais uma sessão literária no 5º andar. Idade de qual razão aquele livro tratava? Não sabíamos e nem estávamos interessados (prenúncio de uma decisão da Copa do Mundo nos fins daqueles anos 1990).

Havia um outro que o Abadessa imaginava ser um tratado sobre as consequências de uma etílica noite de quinta-feira: “Le mort dans l’âme”. Por quê? Inúmeras vezes chegava de um fim de semana no qual tinha literalmente “caído na lama” (versão abadessiana para a famosa marcha carnavalesca de “beber, beber, beber até cair”) e dizia que Sartre compreendia filosoficamente os excessos alcoólicos.

A alma do filósofo francês nada tinha a ver com a lama abadessiana.

Dos excessos para o renovado arrependimento de todas as segundas-feiras de todas as semanas por trabalhar com aquele gosto de cabo de guarda-chuva na boca. Vinha ao nosso socorro a repetida e única frase que sabíamos o significado do poema “The raven”, de Edgar Allan Poe. Dramatizávamos e acentuávamos:

- Quot the Raven, "Nevermore".
- With such name as "Nevermore".



- Then the bird said, "Nevermore".

"Nevermore" beberíamos o que já tinha sido sorvido no dia anterior...

A reduzida plateia da sala não aguentava mais tantos "Nevermore".

Éramos acompanhados pela fumaça dos inúmeros cigarros do Roberto Macedo, assistente-mor do delegado. Ele ficava até a hora da última leitura do dia, pacientemente escutando e pensando o quanto de pecado havia cometido para merecer tão desconexa tertúlia literária em línguas que nem um dos presentes entendia, inclusive o próprio Roberto.

Aos colegas que nada entendiam, dedicávamos o estratagema *Erweiterung* de Arthur Schopenhauer, lendo no original o "Die Kunst, Recht zu Behalten". Nem sempre conseguíamos nos fazer entender ou convencer em nosso claro e límpido alemão (antevíamos a semifinal de Copa do Mundo mais sofrida para a Pátria de Chuteiras).

Muitos ficavam admirados com nossa eloquência e fluência em tantas línguas. Afinal, sempre considerávamos ter convencido os incrédulos com nossos argumentos - ou seriam nossos "golpes insolentes" à Schopenhauer? Impávidos no uso do *letzter Kunstgriff*, sabíamos dar satisfação à vaidade da plateia; impensável alguém colocar em discussão as suas capacidades intelectuais em comparação com a da trupe do 5º andar.

Outros começaram a chegar, aconchegando-se ao iluminismo incompreensível das caóticas leituras dos assessores (prenúncio da semifinal de Copa do Mundo mais sofrida para a Pátria de Chuteiras).

Finais de expediente na assistência do gabinete da DRF/Belém no início da década de 90 do milênio passado eram assim: plurilinguísticos, babélicos, abadessianos.



Aeroporto «vivo»: retratando a história mundial

Valdiléia dos Reis Castro da Cunha

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - ALF/Guarulhos-SP

Trabalha da fiscalização e vistoria de bagagens de passageiros de voos internacionais no Aeroporto Internacional de Guarulhos. Ingressou em julho de 2006.

Muito se estuda sobre como os lugares podem nos trazer memórias inesquecíveis, a despeito de serem imobilizados, nos possibilitando reviver fatos, que nos liberam sentimentos, em que o velho adágio vem à mente: “recordar é viver!”. Em meus 12 anos de aeroporto, pude constatar isso de forma praticamente palpável, quase palatável. Experiências sensoriais em que os cinco sentidos - olfato, visão, tato, audição e paladar - são estimulados.

O aeroporto internacional de São Paulo, em Guarulhos, o maior da América Latina, que recebe quarenta milhões de passageiros por ano, além dos seus funcionários diretos e indiretos é um imobilizado “vivo”. No concreto de suas estruturas, convivem lado a lado tantas esperanças, tantas lágrimas de alegria e tristeza, despedidas para até breve ou para nunca mais. A palavra “saudade”, presente apenas na língua portuguesa, se manifesta em cada embarque e desembarque de passageiros. Pessoas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

desembarcando e cheias de expectativas. Pessoas embarcando, com seus corpos e mentes direcionados a novas experiências. O ponto comum é sempre a esperança de novas amizades e de novas sensações, frutos da constante busca da felicidade.

Viajar sempre traz consigo um histórico de sorrisos, de abraços, de apertos de mãos, de beijos, de despedidas, de frio na barriga e tantas mais sensações forem possíveis. É a alegria da combinação do medo e da aventura, do enfrentamento e do recuo, da necessidade antropológica de ir em busca do que pode estar além dos oceanos, além dos territórios, além das fronteiras.

O aeroporto presencia a saída de pessoas com o coração acelerado, um último abraço, sorrisos, toques discretos, aromas e a expectativa de realizar um grande negócio, um novo emprego, uma vida melhor. Presencia também passageiros brasileiros, retornando de férias e de lugares paradisíacos, cheios de memórias, fotos, histórias para contar, com o máximo de detalhes, para seus familiares e quiçá, para suas futuras gerações.

Recebe também estrangeiros que adentram pela nossa fronteira aérea, na certeza, de que somos um país acolhedor e hospitaleiro, com pujança de sua natureza e de seu povo. Nosso turismo, a despeito de muito ainda a ser melhorado e explorado, é lindo por si só. Moramos “num país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza”, já cantava o poeta. Somos um país diversificado, de diferentes climas e de abundante beleza. Essa é nossa maior riqueza imaterial. O movimento do ir e vir, sempre em busca da felicidade.

Em mais de uma década, trabalhando no desembarque de passageiros de voos internacionais tive um crescimento espiritual e emocional, através dessa troca de sentimentos e sensações com os passageiros. Muitos relatos, vida pulsante. Ainda que exista uma linha



tênue entre o bem e o mal, no comportamento de alguns passageiros, há os que, minoritariamente, optam por ilícitos e aqueles que, majoritariamente, optam por trazer em seus relatos, momentos de alegria e vitórias. Alguns descontentes, outros cheios de brilho nos olhos; muitos com lágrimas, muitos esperançosos; muitos ansiosos, muitos inebriados pela sensação de volta ao lar, mas todos, sem exceção, com histórias para contar.

Nesse panorama, compreendo cada dia mais que o aeroporto é um ambiente vivo, cheio de enredos, repletos de aromas, borbulhando vida e retratando a história individual e mundial, os eventos da globalização e de movimentos migratórios.

Quanto aos ilícitos, ocorreu um aumento expressivo do tráfico de drogas, evasão de divisas, entrada de armamentos, diamantes, valores não declarados, métodos cada vez mais ardilosos de contrabando, descaminho, muito fruto da tentativa de se obter benefícios imediatos e também pela crise que vive o mundo, seja financeira, seja de valores morais.

Quanto aos fatos lícitos, tivemos grandes eventos e o aeroporto de Guarulhos se destacou como grande anfitrião. Tivemos a Jornada Mundial da Juventude e consequente visita do Papa Francisco (2013), a Copa Mundial de Futebol (2014), o Tomorrowland, maior evento de música eletrônica do mundo (2015), I Jogos Mundiais Indígenas (2015), as Olimpíadas e Paraolimpíadas (2016).

Isso tudo proporcionou grande troca cultural, aprimoramento na organização e recepção de um número sem precedentes de passageiros, intercâmbio de atividades de segurança aos chefes de governos e aprendizagem de como recepcionar um fluxo gigantesco de bagagens, equipamentos esportivos, equipamentos musicais, equipamentos dos atletas, dentre outras incontáveis demandas. Participamos ativamente e escrevemos algumas páginas da história contemporânea.



Na Jornada da Juventude foram centenas de jovens, de diferentes nacionalidades, vindos para ouvir uma palavra de conforto e para revelar sua fé, com sorrisos, grupos unidos pela mesma camiseta, pela espiritualidade, pelos cantos e pela crença em um Deus, que pode se revelar e usar como instrumento um Papa, o papa dos pobres, Papa Francisco. Exército do bem!

Atletas olímpicos, paraolímpicos, indígenas, das mais longínquas fronteiras, se espalharam pelo nosso território, plenos da certeza que iriam aprender e ensinar, dividindo suas lutas, partilhando seus sonhos. Delegações se apresentavam, nos possibilitando perceber que, ao mesmo tempo em que somos tão iguais, somos também tão individuais: culturas, alimentos, medicamentos, valores, comportamentos, cores, credos, aromas e línguas. Algo vital os unia a nós, suas lutas e seus sonhos; a esperança e a vontade de defender seus respectivos países; a busca pela realização de seus projetos e superação de suas dificuldades.

Já a Copa do Mundo trazia jogadores consagrados e alguns não tão conhecidos, mas sem dúvida, aqueles escolhidos para representarem seus países, os gladiadores da atualidade. Todos na grande expectativa de se saírem bem, de serem protagonistas neste grande evento.

Saliento que esses eventos esportivos permitiram ao aeroporto receber atletas representando suas pátrias-mãe, nas mais diferentes modalidades esportivas, na maioria homens, mas também um grande número de mulheres. A história também é escrita nesses eventos, refletindo os avanços políticos, sociais e o empoderamento feminino.

Todas as crises mundiais, com reflexo em movimentos migratórios, reverberam pelo aeroporto de Guarulhos. Nesse campo de atuação e, como consequência de conflitos mundiais, de grandes tragédias naturais, perseguições, guerras civis e atos terroristas, sempre tivemos pedidos de refúgio em Guarulhos.



O Brasil, em seus preceitos constitucionais, prima por receber pessoas em conflitos, garantindo-lhes a dignidade da pessoa humana, sem distinção de raça ou credo. Infelizmente, temos visto desde meados de 2017, dezenas de pessoas tentando se estabelecer aqui, já que o Brasil é um país solidário e diplomático. Lamentável é testemunhar o incremento de pedidos de refúgio de crianças, famílias, homens, jovens, idosos, que tentam fugir de seus algozes e, na maioria das vezes, sem falar uma única palavra em português. Trazem apenas um sorriso e olhar assustado, entremeados de muitas incertezas e temores. São irmãos de várias nações, diferentes crenças, ideologias e experiências de vida. A frágil linha que os une é a esperança de uma vida mais pacífica, a esperança de tempos melhores, pois fugiram de uma realidade muito sombria.

Aqui abro um parêntese e faço um relato de algo que me impactou profundamente: recentemente, ao passar pelo local, onde tais pessoas aguardavam a permissão de sua entrada pela imigração brasileira, uma criança, de nacionalidade síria, não mais de seis anos, aproxima-se de mim, agarra uma de minhas pernas e balbucia uma palavra - REFÚGIO! Palavra essa, aprendida e que traz em seu bojo, uma atitude desesperada, a mais sofrida expressão de alguém que, no meu entender, deveria estar junto a seus familiares e com a crença de um mundo colorido e cheio de oportunidades. Nossos olhares se cruzaram... Uma criança, já com tanta amargura em sua pequena ou, melhor, sua grande e batalhadora alma.

Uma funcionária do aeroporto a afastou e deu continuidade aos trâmites de sua entrada. Mais tarde, fui verificar a história dessa garotinha. Havia perdido seus pais e dois irmãos, pois uma bomba caiu em sua casa e apenas a pequena havia sobrevivido. Vizinhos a resgataram, sob os escombros, e a direcionaram para um programa de pedido de refúgio internacional. Veio para o Brasil. Mais um capítulo da história sendo escrito. Uma vida sendo resgatada. Difícil esquecer aqueles olhinhos negros.



A procura de uma sociedade mais pacífica, bem como a fuga das guerras e tragédias, passou, passa e passará pelos aeroportos do mundo.

Por fim, impossível não perceber, que nós, servidores da Receita Federal, presentes nos portos e aeroportos, escrevemos e vemos a história ser escrita. Somos protagonistas. Por outro lado, também somos coadjuvantes, pois a globalização aproximou nações, diminuiu distâncias, relativizou fronteiras. Essa história é escrita com dinamismo e velocidade, independente de nossa atuação.

O aeroporto ouve histórias, lamentos, gargalhadas, choros... A vida que segue, o pulso que pulsa, corações que bombeiam sangue e oxigênio. Aeroporto é ouvinte de desabaços; de declarações de amor; de conselhos de uma mãe ao seu filho, que vai adquirir conhecimento em outro país, mas que mantém seus laços sentimentais aqui. Ouve as despedidas com um até logo, ouve as despedidas para nunca mais. Presencia abraços, apertos de mão, o pai que se mantém firme na despedida da filha, mas no momento que sua princesa se afasta dos seus olhos, as lágrimas vêm ao seu rosto. É a família que deixa seus entes queridos irem, sentindo a dor da despedida, aliviada por uma oração.

O aeroporto que se alegra com a chegada do ente querido, recepcionado com faixas, aplausos e comemoração; com fãs que aguardam seus ídolos; com pais que correm, ganhando força e vitalidade para abraçar seus filhos. Quando a porta do desembarque, que contém a estrela símbolo da Aduana brasileira se abre, permite o encontro real, de um amor virtual; o primeiro toque de pessoas que só se conheciam por uma rede social; o beijo de uma grande espera; o cheiro não esquecido.

Porta que se abre e deixa corações agradecidos, que possibilita o reencontro de filhos, irmãos, parentes, famílias que até então estavam separadas por oceanos, fronteiras, territórios, prisões, empregos,



universidades. Inicialmente, lágrimas e abraços, silêncio, para em seguida, histórias serem compartilhadas, contadas e, mais uma vez, o ciclo virtuoso se fecha, na certeza, de que novos fatos escreverão a história.

O aeroporto está ali, aparentemente imóvel, mas pulsando energias, alegrias, emoções, vidas! Atuando como uma página em branco, onde todos nós escrevemos a história. Caminhamos sempre com mais pessoas, que nos impactam, que mudam nosso modo de viver e ver o mundo. Ninguém evolui, cresce, cumpre sua missão, estando sozinho. Somos coletivos!

O aeroporto é vivo! É história! É vida! Vida que segue inexorável, rápida, na velocidade de um jato ou de uma grande aeronave.



Atividades fazendárias e outras afins

Odilon de Melo Filho

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - DRF/Ponta Grossa-PR

Ingressou na RFB em 29/02/1980. Trabalhou na Divarr, Sertri, Saort, Sacat. Chefe da Secoca, Diana, Serviço de Execução - Sacat - Atividade Atual.

Dos cinquenta anos ora comemorados por esta instituição, vivenciei trinta e oito anos desse longo trajeto. Exatamente no dia 29 de fevereiro de 1980 iniciei a minha carreira na Receita Federal do Brasil, admitido que fui através de concurso público promovido pelo Departamento de Administração Pública (Dasp) para o cargo de agente administrativo. Inicialmente fui designado para trabalhar na Seção de Orientação, Controle e Auditoria da Rede Arrecadadora (Secoca), subordinada à Divisão de Arrecadação (Divarr), na Delegacia da Receita Federal em Ponta Grossa.

Com pouca experiência, mas com grande vontade, fui adquirindo os conhecimentos necessários para desempenhar com afinco o trabalho a mim designado. O Manual da Rede Arrecadadora (MARA) tornou-se o meu grande aliado para os estudos exigidos, uma vez que, antigamente, desde o



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

pagamento até o repasse final dos numerários, tinha-se que ter muitos cuidados, pois os erros cometidos pelos contribuintes e pelos agentes arrecadadores, denominação dada às agências bancárias, eram corriqueiros e de grande volume.

Assim sendo, através do Documento de Arrecadação Federal (Darf) os contribuintes pessoas físicas e jurídicas pagavam seus impostos nas agências bancárias, e, no final do dia, para cada lote de 50 Darfs, era emitido o Boletim Diário de Arrecadação (BDA). Os referidos documentos, no dia seguinte, eram entregues em nossa seção, para efeito de conferência física, haja vista a necessidade do fechamento dos valores. Já, no final do mês, os agentes arrecadadores emitiam o Boletim de Recolhimento de Arrecadação (BRA), os quais sintetizavam todos os Darfs e BDAs emitidos durante o mês, repassando-os ao Tesouro Nacional.

Destarte, como ainda eram precários os recursos advindos da informática, no início do mês seguinte aos fatos geradores, eram emitidas, através do Serviço de Processamento de Dados (Serpro), listagens de controle dos erros cometidos pelas agências bancárias.

Então, competia à Secoca sanear os erros cometidos, através de Comunicação de Ocorrência (CO) dirigida aos bancos. Concomitantemente, emitia-se Comunicado de Conta Corrente da Rede Arrecadadora (CCRA), um documento destinado à Superintendência da Receita Federal (SRRF), que acionava as matrizes das agências bancárias para os devidos acertos.

Paralelamente aos trabalhos executados com a Rede Arrecadadora, incumbia à Divisão de Arrecadação o atendimento ao público, uma vez que ainda não existia o Central de Atendimento ao Contribuinte (CAC). Assim, não raramente, recepcionava-se para efeito de registro, vários livros fiscais, dentre eles, livros de entrada, de saída, de IPI, etc. Outra prática corriqueira era a confecção de “carteira de garimpeiro”, pois essa atividade, na década de 1980, ainda era comum em nossa região.



Outra situação usual na época era a fotocópia de Darf, solicitada pelos contribuintes e despachantes, quando do extravio do documento original. A mais corriqueira era da Taxa Rodoviária Única (TRU) que, por muitos anos foi de competência federal, o atual IPVA. Devido à fiscalização existente nas ruas e rodovias brasileiras, a alternativa para comprovar o pagamento da taxa era tão somente com a cópia do documento.

Nos idos dos anos 80, a nossa Delegacia da Receita Federal era composta por dezesseis agências; sendo assim, quando das férias dos chefes dessas repartições, éramos convidados a substituí-los. Toda a carga de trabalho existente passava para nossa responsabilidade. O contato pessoal com os contribuintes, com as autoridades da cidade, com os gerentes de bancos, problemas com o CPF, com o CGC, o atendimento telefônico, tudo girava em torno do chefe substituto.

Grande experiência adquiri com essas atividades, pois contávamos sempre com o auxílio dos demais funcionários, que sempre nos ajudavam. Quando eu trabalhava na Divisão de Arrecadação, lembro ainda que, era comum prestar serviço de fiscalização nas declarações de Imposto de Renda Pessoa Física e de Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Como a informática ainda engatinhava, as declarações eram entregues manualmente.

Assim é que, por várias ocasiões visitamos as agências bancárias e as agências da Receita Federal subordinadas à nossa Delegacia, com o intuito de revisão sumária, principalmente aquelas que extrapolavam os parâmetros previamente determinados com despesas médicas, despesas de instrução, dependentes e comprovante de pagamento do carnê leão, no caso de autônomo.

As declarações entregues em formulários eram analisadas uma a uma, e as entregues em disquetes passavam por um critério de seleção, via microcomputador. Não eram feitas intimações por ofício para o



contribuinte, mas, sim, telefonemas, para que viessem espontaneamente e comprovassem as despesas, até porque, se houvessem intimações e o contribuinte não comprovasse, teria mais uma multa de ofício que seria o dobro do valor do imposto.

Em uma dessas ocasiões, um fato pitoresco vivenciei, em plena estrada de rodagem. Não lembro onde e nem quando ocorreu, mas foi “sui generis”. Cansados e depois de ter visitado várias agências bancárias no trabalho de auditoria nas declarações de Imposto de Renda Pessoa Física, eu e o outro colega pegamos no sono.

Devido ao forte calor que fazia no interior do veículo, um Opala preto com placa de bronze, sem ar condicionado, as janelas foram abertas. Sem nós percebermos e, muito menos o motorista, os relatórios da auditoria pouco a pouco iam sendo levados pelo vento. Depois de vários quilômetros rodados é que fomos perceber o fato. Resultado do cochilo: tivemos que fazer tudo de novo! Um dia inteiro de trabalho perdido!

Grande inovação ocorreu quando do advento das microfichas que retratavam cada Darf arrecadado e quitado por meio das agências bancárias. Inovação essa muito festejada pelos funcionários que trabalhavam na arrecadação, uma vez que a papelada foi substituída por visualizações dos dados dos pagamentos em aparelhos retratáveis.

Após quase quinze anos trabalhando na Divisão de Arrecadação, solicitei mudança de seção; assim fui nomeado para trabalhar no Serviço de Tributação (Sertri). Embora o serviço fosse diferente, da mesma forma, me esmerei em executar da melhor maneira possível o trabalho. Vários tipos de atividades ali executei. Análise de Solicitação de Retificação de Lançamento para pessoas físicas (SRL), Solicitação de Retificação de Lançamento para pessoas jurídicas (SRRL), pedido de Isenção de IPI para taxista e deficiente físico, pedido de isenção de IOF, pedidos de restituição de impostos e taxas, e toda a carga de processos que ali proliferavam.



No tocante aos processos relativos à isenção de IPI para taxistas, era costume visitar, ou melhor, averiguar “in loco” se o requerente de fato exercia a profissão. Inúmeras vezes os pedidos não eram reconhecidos, haja vista os interessados, embora apresentando os documentos pleiteados, não exerciam a profissão. Sequer apareciam no local de trabalho.

Nessa atividade lembro-me de uma situação constrangedora. Um determinado motorista revoltou-se contra a decisão que lhe negou a isenção. Assim sendo, esbravejando, compareceu no Sertri para protestar. Orientei-lhe, então, que entrasse com recurso contra a decisão instaurada. Assim procedendo, de nada adiantou, pois a pessoa não era taxista, e sim dono de transportadora.

Não contente com a decisão, o mesmo retornou à seção, mais perplexo ainda, avermelhado, dizendo em altos brados que eu estava sendo injusto, e que Deus se encarregaria de me castigar. Não sei se serei castigado algum dia por isso, entretanto, depois de uma semana fiquei sabendo que o cidadão morreu infartado.

Quando o Imposto Territorial Rural (ITR), antes competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), passou a ser administrado pela Receita Federal, eu e mais dois colegas da nossa delegacia, fomos designados a receber as instruções necessárias para gerenciar o mencionado tributo em nossa região. Sendo assim, durante uma semana nos acercamos dos diversos aspectos e amplitude do imposto.

Conceitos totalmente estranhos e desconhecidos tivemos que aprender, pois já nas semanas subsequentes, teríamos que repassar o que aprendemos para os contribuintes da delegacia e de nossas agências da Receita Federal. Vivemos dias difíceis e angustiantes, uma vez que, outrora, nunca tivemos contato com qualquer tema relacionado ao assunto e os



interessados sempre eram compostos de contribuintes, contadores e curiosos ávidos por conhecimentos acerca do tributo.

Conceitos como Terra Nua, Área Contínua, Latifúndio Improdutivo, etc, aprendemos abruptamente, quase sem nenhuma assistência, pois o ITR era o imposto caçula dentro da Receita Federal.

Depois de muitos anos trabalhando no Sertri, atual Seção de Orientação Tributária (Saort), fui designado para trabalhar na Seção de Fiscalização (Fiana). Lá, por quase dois anos, trabalhei no Serviço de Malha. Ali fiquei conhecendo os vários aspectos que levam à Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) cair na malha fina.

A maior incidência nesse tipo de ocorrência é a divergência de informação entre a Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRRF), dados informados pelas fontes pagadoras, e os informados na DIRPF pelos contribuintes. Outras situações que sempre causam polêmicas são com as despesas médicas e de instrução. Assim que o contribuinte é pego pela malha, intima-se a pessoa envolvida para a apresentação dos documentos pertinentes ao caso.

Atenção e perspicácia são necessárias, porquanto, muitas vezes, falsas documentações são apresentadas tentando convencer e enganar os funcionários encarregados. Com muito empenho e dedicação consegui, com os demais colegas, deixar em dia toda a carga de trabalho ali existente.

Como diz aquele ditado “o bom filho a casa torna”, fui designado novamente a retornar para a Saort, mais propriamente na área de execução, abrangendo restituição, pagamentos, compensação de tributos federais e contribuição previdenciária. Substituindo uma colega de trabalho que se aposentou, me vi, de repente, num emaranhado de procedimentos.

Processos, DCOMP, PERDCOMP, ativos financeiros, passivos financeiros. Sem sombra de dúvida, o serviço mais desgastante que me



envolvi na Receita Federal. Além de vasto conhecimento e de muita concentração, a responsabilidade na execução das atividades é primordial, porquanto a parte financeira da União é objeto constante do trabalho. Um descuido é fatal, pois o acerto na contabilidade pública é bastante complexo.

Depois de nove anos na minha segunda passagem pela Saort, fui designado para trabalhar na Seção de Atividades Aduaneiras (SAANA). Embora nunca tivesse trabalhado oficialmente na área de repressão, já tinha certa experiência na execução dos serviços aduaneiros.

Certa vez, fui escalado, com vários outros funcionários fazendários, para uma operação de combate ao contrabando. Nesta ocasião formou-se um verdadeiro aparato de segurança, envolvendo o Exército, Polícia Militar, Guarda Municipal. Sem saber o local do trabalho, nos reunimos na sede da delegacia da Receita Federal com o intuito do recebimento das instruções necessárias para a operação. Depois disso, num comboio de veículos, partimos para onde seria executado o serviço. No caminho descobri que seria no “Paraguaizinho”, conhecido ponto de comercialização de nossa cidade, local onde, por mais paradoxal que possa parecer, tenho vários conhecidos.

Sentindo-me extremamente amargurado, fui fazendo o serviço. A frase que mais eu ouvia durante o trabalho era “mas você aqui!?”. Sem poder contornar a situação, a cada mercadoria apreendida me doía o coração, uma vez que eram de pessoas conhecidas. Ossos do ofício!

Passados 38 anos de serviço público, posso dizer, literalmente, que exerci a profissão, não só como funcionário da Receita Federal, como também, prestando os mais diversos serviços ao Juizado Eleitoral, ao Tribunal do Júri, e, até, como vigilante, eis que, senão, quando, em uma greve dos vigilantes, fui designado a prestar serviço na porta da Delegacia. “Pau pra toda obra”!



Um fato recente que me faz rir, foi quando atendendo a um pedido de um vigilante que estava em serviço, e não estava entendendo a intenção de um contribuinte, notando a dificuldade de se expressar daquele cidadão, e, por assim dizer, a minha em entender o que queria aquela pessoa, resolvi averiguar os documentos que ele carregava.

Percebi assim que ele estava de posse de resultados de exames laboratoriais e de algumas receitas médicas. Questionando-o sobre sua real intenção, descobri que, como na entrada da nossa repartição está escrito “Receita Federal”, ele queria, por toda a lei, comprar os remédios receitados. Até convencê-lo que o local não era o apropriado para tanto, foi uma árdua batalha, só encerrando-se quando, extenuado, o homem retirou-se xingando a tudo e a todos.

Creio que esse seja meu último relato que faço às “Histórias de Trabalho da Receita Federal”. Após ser contemplado com a publicação de quatro das minhas histórias, deixo aqui o meu legado àqueles que leram ou lerão as mais diversas situações vividas pelos funcionários desta instituição que, com a comemoração de 50 anos, concentra a nobre atividade de arrecadar, controlar e fiscalizar os mais diversos tributos inerentes ao sistema tributário brasileiro.



Camisas de seda

Neicyr de Almeida

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRFRJ2

Supervisor Equipe Fiscal, ingressou na Receita Federal em 02/1984; chefe de Arrecadação na 9ª RF; Supervisor de Fiscalização, por duas vezes; chefe de Fiscalização; Delegado Adjunto da Receita Federal de Volta Redonda/7ªRF; Membro do Primeiro Conselho de Contribuintes do MF.

Se bem me lembro, essa história, verídica, remete-me aos idos de 1987 quando, ainda jovem, e recém-ingressado na carreira de Auditor Fiscal do Tesouro Nacional, procurei, aliás, como todos os cariocas assim procediam, uma jurisdição mais próxima daquela que os meus sonhos de remoção por certo iriam se realizar num futuro próximo. Pensava crendo piamente! Foi aí, por falta mesmo de opção, que “escolhi” a então desconhecida Delegacia da Receita Federal de Curvelo, em Minas Gerais, na esperança de, por um curto salto no tempo atingir alguma outra unidade da Receita Federal da 7ª Região Fiscal, fosse pela via do concurso de remoção ou conduzido por um abnegado e solidário “padrinho” com bom trânsito nos corredores de Brasília.

De forma ancilar, concorreu para essa opção o fato de o então chefe de fiscalização de Curvelo ter sido, em tempos não muito remotos, meu colega de turma na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro,



ocasião em que frequentamos o curso de pós-graduação (IBET) patrocinado pela nossa instituição.

Confinada na região geocêntrica de Minas Gerais, cuja área é banhada pelo Rio São Francisco, a minúscula cidade de Curvelo se tornou município autônomo em 1831. De clima acentuadamente tropical, mas com vales negativos importantes, é uma das cinquenta pequenas cidades brasileiras mercê de uma área de 3.344 km² e população estimada em 67.500 habitantes, segundo o censo do IBGE do ano 2000. Dista cerca 188 km da sua capital, Belo Horizonte, e a 597 km da cidade do Rio de Janeiro.

Não obstante ter sido uma das menores unidades gestoras da então Secretaria da Receita Federal, sabidamente hoje uma agência jurisdicionada pela DRF de Sete Lagoas (MG), detinha essa célula administrativa uma jurisdição, pouco desenvolvida, com tentáculos extremamente distantes de sua sede, donde se pontificava a cidade como a longínqua Arinos, situada a 517 km da DRF.

O episódio histórico de que se cuida remete-nos a uma dessas bucólicas cidadezinhas, de nome Unai (MG). Afastada da sede pelos seus 464 km, acha-se encravada na região noroeste de Minas Gerais, com uma área de 8.492 km². Fundada em 1943, é detentora de um clima tropical úmido, chegando a atingir, nos seus dias mais ensolarados, uma temperatura pico ao redor de 43 °C.

A sua acentuada distância da sede que a jurisdicionava obrigava-nos a cumprir deslocamentos para aquele município, pelo menos três vezes por ano, movidos pela tarefa de promover ações fiscais com foco nas empresas previamente selecionadas pelo chefe local de fiscalização da época.

Para o regular exercício dessa função fiscalizadora, a DRF detinha em seus quadros, três AFTNs, dentre os quais, apenas dois eram os “afortunados” escolhidos, periodicamente, para que lá se deslocassem em



seus veículos próprios, com a revolucionária e desafiadora missão de, no diminuto lapso de 20 a 23 dias, ininterruptos, iniciarem e concluírem os procedimentos fiscais de que eram titulares.

E, tal proeza, para que fosse bem cumprida, com a logística eficiente e eficaz requeridas, haveria de repousar num argumento imbatível e incessantemente repetido por seus gestores: “A de que as diárias a serem concedidas aos AFTNs e relacionadas à contraprestação dos gastos incorridos esbarravam-se em fortes e intransponíveis limitações orçamentárias”.

Sabendo eu, carioca da gema, acerca do clima daquela cidade e da missão a que nos fora outorgada, para lá segui, de peito aberto, sem rogar concessões, mas com alma leve ao fazer escolhas seletivas criteriosas, a começar pelo meu singelo e reduzido “guarda roupa”; aliás, pela primeira vez após alguns anos de filiação aos quadros da instituição, estava eu ciente de que poderia ter sucesso na minha tarefa fiscal, desde que munido do forte e inquebrantável sentimento de que era forçoso passar despercebido pela população local.

Por seu turno, era também a minha chance de realizar um bom trabalho, ainda que devesse concluí-lo de forma célere, mas talvez com a primazia ímpar de me posicionar, positivamente, diante de meus superiores hierárquicos e evitar, desta forma, recorrentes jornadas desse jaez, no futuro. Enfim, preparei-me para me despir do meu insistente e teimoso carioquês que, via de regra, não era bem acolhido pelo povo conservador do interior mineiro, ao mesmo tempo em que haveria de tentar passar ao largo dos olhares curiosos e perplexos dos habitantes daquela cidadezinha, como bem me alertou o experiente colega AFTN mineiro que, comigo, fazia dupla.

Desejava, enfim, pela indumentária e pelo meu artificial jeito de estar, mas não de ser, passar aos olhos dos mais apartados a imagem de



alguém oriundo da própria região, ou de cacoetes afins, pois, desta forma estaria convencido de que não suscitaria indagações ou observações curiosas, desconfiadas ou que me pudessem provocar alguns desconfortos. Essa era, por sinal, uma grande preocupação de nós, auditores, em exercício naquelas plagas, já que ao longo do tempo ouvimos muitas histórias de violência e revanchismo quando alguém nativo mais importante se sentia ameaçado ou acuado por alguma autoridade (autoritária) externa ou estranha.

Recato com singeleza, portanto, era o nosso lema, a nossa pedra angular, a palavra de ordem não só para colher bons e justos frutos para o erário nacional, como também para que deixássemos uma marca na população, de que éramos, e somos, pessoas gentis, receptivas, sérias, adaptadas e sensíveis aos costumes dos cidadãos e cidadãs locais.

Parte da paisagem sociocultural do lugar, melhor dizendo; ou algodões entre frágeis e suscetíveis cristais! Portanto, importante que nos policiássemos, diligentemente, para que ficássemos longe do centro das atenções e das corriqueiras bisbilhotices humanas, muito presentes nas cidades interioranas de diminutos portes.

Chegando ao hotel, já noite, e após uma longa viagem, desabei-me de sono na primeira cama econômica (aquela que tem estrado de molas em substituição as do colchão) que vi acenando para o meu corpo quase desfalecido. Era o primeiro efeito infligido pela absurda e extenuante maratona a qual se constituiu a nossa interminável viagem. Também era o meu primeiro contato com a cidade. E, a julgar pela recepção na pousada, convenci-me de que tudo o mais que arquitetei estava conformado ou dependia dos resultados dos primeiros ensaios práticos...da primeira impressão transmitida.

Convenci-me de que “mandei bem” no contato com o dono da pousada, um velho imigrante do Paraná que encarnava um tipo de dublê de recepcionista de plantão e dono do estabelecimento, pois no dia seguinte,



a sua esposa exerceria igual papel, constatamos. Um era a imagem do outro refletido no espelho.

Pela manhã, com o sono encurtado pela luz do sol do sertão que, teimosamente invadiu a veneziana da minha janela apenas protegida por uma tosca e perfurada cortina desbotada, tive a certeza de que o dia começara e, para variar, bem quente ou mais quente do que as previsões mais pessimistas vaticinavam.

Lembrei-me, com arrepio de calor estimulado por um barulhento ventilador de teto, que a temperatura iria atingir o seu auge, por todos nós temido. Fiquei na cama por uns minutos e me desloquei para o único banheiro da pousada, o qual ficava no segundo e derradeiro andar do prédio. Pensei, por uns instantes: Vou andar apressado, pois, assim, serei o primeiro da fila.

Qual nada! Para o meu desaponto lá já estavam cinco hóspedes que, agindo da mesma forma que houvera eu imaginado, “dormiram” no corredor de acesso ao banheiro, povoando uma portentosa fila indiana à espera de um preguiçoso sujeito que insistia em de lá não sair, malgrado terem se passado mais de 30 minutos que havia ele lá se trancado, alheio a tudo o mais que estava a sua volta. Calma, tenho tempo, pensei. Aliás, acordei muito cedo, balbuciava. Tinha tempo, ponderava recorrentemente quase num silêncio mudo e num exercício mental para manter a serenidade tão almejada e necessária.

Enfim, após uma hora e meia de espera desesperadora - não demonstrada - chegou a minha vez. Banhei-me, vesti o mesmo pijama curto que usei para dormir e, com as “chinelas de dedo” em dia, para o quarto voltei. Escolhi a melhor camisa, feito do mais leve dos tecidos e me vesti, sempre me lembrando do importante e inafastável modo reservado que deveria me acompanhar, e que, ao longo do trajeto de quase cinco horas de carro “papagaiava”, quase num frenético e desafinado refrão musical:



– Importante é a discrição; importante é a discrição; importante é a discrição.

A calça, uma de tergal azul bem claro, vincada, que não amarrotava, não obstante cheirando a guardada, parecia-me bem de acordo com a paisagem, clima e cultura locais. O sapato engraxado, um pouco gasto, é verdade, compunha, enfim, toda a indumentária visível que, adredemente houvera escolhido como fator histriônico, porém sóbrio, pasmem, mas absolutamente em acorde com a minha primeira missão fiscal em terras longínquas, desconhecidas e, segundo o meu interlocutor, hostis.

A camisa, sim, esta de cor escura com leves pontos marrons em toda a sua extensão, de seda pura segundo me garantiu o vendedor da loja de roupas, emprestava uma certa harmonia, relaxada é verdade, mas afinada com a temperatura local, com a paisagem do cerrado e a liturgia do cargo que exercia. Sentia-me pronto! Alinhado! Discreto! Até mesmo empoderado!

A partir dessas providências, restou-me, então, aguardar a tão desejada hora do café da manhã. Por segundos, num acalento, diria quase súplica, sonhei com uma diversidade incontável de frutas, iogurtes, os deliciosos e famosos queijos mineiros, broas de milho e bolos postos à minha disposição. Isso provocou em minha boca, não pouca água, contrastando com a sensação pouco agradável de que as minhas paredes estomacais estavam à beira de um colapso, possibilitando aos menos afastados a audição de gritos roucos, abafados e que vinham de dentro pra fora, clamando por algo sólido não ingerido desde o saudoso almoço de véspera.

Dando um ponto final a esse angustiante quadro, ainda que momentâneo, enfim fomos chamados, agora pela esposa do funcionário da recepção, que também era o dono da pousada, como se constatou, para tomarmos o nosso esperado, sonhado e lauto desjejum precoce e



precipitadamente festejado. Levaram-nos, pois, a uma acanhada copa e, lá, sobre uma só e grande mesa construída sem muito esmero tínhamos, ao nosso dispor, não o que colimamos, mas bisnagas de pão de sal, manteiga acondicionada numa embalagem de papel de 500 gramas, e leite e café postos em garrafas térmicas, previamente adoçados; ou melhor, bem adoçados, quase um melado, diga-se de passagem.

Submissos à desgraçada reversão de expectativas, mas sem perder de vista a ternura e o meu compromisso com a sobriedade, mantive-me silente, mas com um sorriso de gesso permanentemente exposto nos meus lábios sequiosos do verdadeiro café da manhã que, em Curvelo havia ficado, ainda que por uma renúncia fora dos meus controles e propósitos.

Dirigindo-me à provecta esposa do dono da pousada, assinalava o quão ele, casal, era dócil, criativo e receptivo. Afinal, meditava eu, um pouco de hipocrisia disfarçada não faz mal a ninguém, além de massagear o ego dos nossos primeiros anfitriões. Era importante conquistar a simpatia dos primeiros contatos, refletia eu, quase num silêncio mudo.

Apesar de tudo, da expectativa desmentida, traguei com avidez animalasca aquele lanche, devorando, sem piedade, várias bisnagas de pão acompanhadas de generosas colheradas de manteiga, numa espécie de revanche inconsciente levada a termo pelo que nos foi ofertado e pelos ambiciosos e improváveis sonhos matinais desfeitos sem quaisquer cerimônias.

Era a minha vingança, matutava! Ao meu colega, mais experiente nesses transes de aventuras e peripécias, fiz-lhe uma reclamação acerca de um mínimo de conforto que nos era sonogado em nossa árdua missão, ao que o meu interlocutor revidou, prontamente:

- Com o valor de uma diária dessa você quer o quê? Temos que ficar aqui nesta espelunca. Ademais, concluiu, além desta pousada, só existe um hotel de três estrelas, cujo valor da diária transcende, em muito, o nosso



orçamento. Diante de tantos argumentos convincentes, assenti, porém não com pouca angústia, claro.

- Pois bem, falei para o meu colega, vamos à luta?

Disse-me ele:

-Primeiramente vamos à agência da Receita Federal nos apresentar, pois a esta altura a agência já estará aberta ao público. Afinal, a autoridade local deve saber que, na sua jurisdição há agentes do Fisco infiltrados com a missão de fiscalizar empresas locais selecionadas. É importante que assim o seja, pois tal cometimento evita ou dificulta a ação de falsos fiscais muito frequentes na região.

- Então vamos nós, arrematei concordando.

No trajeto da pousada até os arredores da agência percebi que os poucos transeuntes que já circulavam pelas vias olhavam-nos com um ar de perplexidade, espanto, curiosidade ou indignação, não sabia ao certo. Indaguei imediatamente o meu colega:

- Isto é normal? Será que estamos chamando tanta atenção assim?

Ao que ele, também surpreso, me respondeu: Estranho, pois quando vim aqui da última vez não percebi absolutamente nada igual como estou presenciando agora.

Disse-lhe:

- Será que o meu jeito carioquês ou o meu traje está chamando a atenção desse povo? Puxa, procurei ser o mais discreto possível. Será que exagerei em algo?, interoguei:

- Não, nada disso! Você está impecável, arrematou o meu colega com ar que me pareceu sincero.

Após caminharmos a pé, por cerca de um quilômetro, chegamos à repartição. A Agência da Receita Federal de Unai tinha como titular, à



época, uma velha senhora, egressa dos quadros dos Técnicos do Tesouro Nacional, e que lá exercia a sua função havia mais de cinco anos.

Ao entrarmos na agência, lembro-me bem, deparamo-nos com uma enorme fila de contribuintes, na maioria das vezes requisitantes de CPF; ao fundo, a antiga agente, de nome Iolanda, sempre solícita e muito envolvida com os reclamos de seus contribuintes passava uma imagem de alguém muito ciosa de seus deveres funcionais.

Todos, sem exceção, de forma quase uníssona, ao nos perceber, cessaram – quase ao mesmo tempo -, o que estavam fazendo e não se contiveram, ao ecoarem uma estrondosa gargalhada, quase ensurdecidora. Diria mesmo, estridentes gargalhadas engrossadas por igual coro entoado e afinado por todos os funcionários e pela nossa discreta e querida chefe da agência. Atônito, constrangido, ruborizado e embaraçado acorri quase às apalpadelas ao banheiro da agência e, por lá fiquei por alguns instantes, refletindo sobre tudo o que mais houvera ocorrido, aproveitando o espaço e a solidão do WC para fazer uma checagem completa no meu visual, na vã esperança de que, com tais providências, a cena recém-encontrada iria se esmorecer.

Era a minha expectativa ou o meu alucinado desejo diante da insólita cena. Qual nada! Voltando, constatei que a gargalhada cedera lugar ao sorriso incontido de muitos, fato que não retirou da minha face o rubor e a timidez iniciais e nem mesmo a simbologia do avestruz ao esconder somente a sua cara em tempos de apuros. A propósito, nem mesmo a vermelha face pudera eu ocultar.

Diante dessa constrangedora situação, perguntei à senhora agente, quase de forma coloquial, e após a apresentação funcional de praxe, qual seria o verdadeiro motivo daquela manifestação. Não com indisfarçável reticência, pediu-me que me dirigisse ao único auxiliar do sexo masculino da agência e o consultasse do porquê daquela reação



inusitada, porém espontânea, dos presentes. Diante disso, não me fiz de rogado e o chamei num reservado da agência e lhe perguntei:

– Por favor, seja honesto, prezado amigo. De homem pra homem: há alguma coisa errada em mim para que pudesse ter provocado tamanha reação de todos...de todos, ouviu?

Fazendo muitos rodeios, por fim, acabrunhado, acabou por me revelar os verdadeiros motivos da conduta do público e dos servidores daquela repartição quando lá entrei.

– Ocorre - dizia ele, mansamente - existir na cidade uma decrépita senhora, insaciável em sua alcova, e que cultivava a mania de presentear os seus parceiros, ao final, sempre com uma camisa de seda, como um gesto de desejo bem resolvido. Sempre escolhe a idosa moradora um mancebo, de preferência recém-chegado na cidade, para a colimação dos seus atos libidinosos ou, segundo ela, como prêmio pela formação perfeita do bicho de duas costas de que participa. Portanto, ao vê-lo com uma camisa de seda, concluímos todos que a ávida idosa houvera feito mais uma “vítima” na noite passada. E, perdoe-nos, não conseguimos conter as nossas reações; desculpe-nos - concluiu o educado e tímido funcionário fitando de forma cabisbaixa os presentes que tentavam escutá-lo a todo custo.

Retruquei veementemente, negando a minha participação como mais um ator no extenso leque dos “vitimados” pela idosa cortesã. Mas, frente ao relato recém-ouvido, a única coisa que me restava fazer ou que me veio à mente era voltar à pousada e lá trocar de camisa, desta feita visivelmente tecida em puro algodão.

O segundo erro seria inadmissível, diabólico! Portanto, numa carreira desenfreada foi o que fiz para “apagar o incêndio”, me convenci. Ledo engano! Após essa decisão, retornei à agência, mas sem evitar que a discrição que tanto cultivei, ensaiei e idolatrei cedesse lugar a um resultado reverso, inusitado e indesejado ao pretendido como restou constatado, tempo depois.



Ou seja, em poucos minutos, jogado numa vala comum, impiedosamente, acabei por ser conhecido, em Unaí, veladamente, é claro, como o carioca fiscal da camisa de seda. Impotente, tornei-me, com desaponto e com a minha veemente reprovação, uma figura popular. Um ponto a mais de referência... Mais um “felizardo” aquinhoado com uma camisa de seda dentre tantos os que foram outrora presenteados pela “santa” senhora de Unaí.



Cuidado, o confisco nem sempre é da Receita

Emanuely Ferreira Ramos
Assistente Técnico Administrativo - ARF/Itaperuna-RJ

Atua como funcionária da Receita Federal em trabalhos como: Atendimento ao Público - cadastro CPF e Previdenciário, parcelamento de débito; orientação em procedimentos de processos de malha fiscal e impugnação Formada em Administração de Empresas e pós graduada em gestão Pública e de Pessoas.

Estava eu em um dos primeiros dias de trabalho na agência onde estou lotada e, de repente, avisto um cidadão pedindo senha de atendimento na triagem, aparentemente agitado, gesticulando meio aflito e ansioso.

A senha dele foi chamada no Saga e ele veio para minha mesa.

- Bom dia senhor, em que posso ajudá-lo? - disse eu, como faço em qualquer atendimento.

- Eu quero saber por que a Receita Federal prendeu o meu dinheiro.

- Posso fazer uma pesquisa no seu CPF para saber a pendência. O senhor me empresta sua identidade e CPF, por favor?

- Sim, aqui estão.



E o senhor José (nome fictício) me entregou os documentos. Ao fazer a pesquisa fiscal não havia nenhuma pendência no CPF, não estava em malha fiscal, o cadastro estava regular e não havia indícios de impedimento no CPF. Foi então que o senhor me mostrou o e-mail que informava que a Receita Federal estava bloqueando seu prêmio.

O e-mail dizia que ele havia ganhado o prêmio da Coca-Cola e que iria receber R\$ 1.000.000,00. No e-mail estava indicando que era da Coca-Cola da Nigéria e, que, para fazer a transferência para o Brasil ele precisaria depositar R\$ 3.000,00 em uma conta. Ele me informou que já havia efetuado o depósito, porém o valor não tinha saído. Ele enviou um e-mail reclamando para a suposta empresa e responderam para ele que a Receita Federal estava impedindo o pagamento do mesmo e que ele deveria depositar mais R\$ 2.000,00.

Eu respondi: Senhor, um e-mail da Coca-Cola da Nigéria? Este e-mail nem está com link, nem sequer faz referência a uma página da Coca-Cola. Isso tem todos os indícios de que o senhor caiu em um golpe pela internet. O procedimento neste caso seria o senhor registrar uma ocorrência na delegacia e procurar algum profissional que possa ajudar a tentar reaver o valor que o senhor entregou para eles.

O senhor José saiu da agência perplexo e triste por não ter ganho o tal prêmio.

O mais interessante da história é que ele nem sequer participou de algum sorteio, apenas abriu o e-mail e achou que ficaria milionário.

No mesmo dia apareceu num blog conhecido da minha cidade, logo após ele ter dado queixa na delegacia, a história do tal senhor José que caiu no golpe da Coca-Cola da Nigéria.

Fico perplexa como muitos ainda caem neste golpe, é importante averiguar. O confisco não era da Receita, e nem de algum outro órgão; mas sim de oportunistas tentando enganar um humilde cidadão de bem.



Desafios da Agência da Receita Federal no maior Município do mundo

Luiz Evaldo Duarte Araújo

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - DRF/Santarém-PA

Ingressou na Receita Federal em 16/04/1991, com lotação na Alfândega do Porto de Manaus. Posteriormente removido para a ARF/Altamira, onde permaneceu nos anos de 1997 e 1998. Há dez anos está ocupando a função de Chefe do CAC da DRF/Santarém.

- Parabéns! Você será o novo Agente da Receita Federal em Altamira, disse-me o chefe do setor de Pessoal e Logística da DRF/Santarém.

- Altamira?! Onde fica? É muito longe de Santarém?!

- É fácil de achar, no mapa. É o maior município do mundo, acrescentou o titular da Nutel/Santarém.

A notícia me foi dada no mês de janeiro de 1997, e eu não fazia a menor ideia da distância, de como era, qual a população, muito menos do trabalho e desafios que teria de arrostar naquele longínquo município da famosa Transamazônica, onde, já no mês seguinte, teria de assumir a chefia da Receita Federal. Dele, acabara de saber apenas que era o maior município do mundo em termos territoriais, e que na circunvizinhança gravitavam seis ou sete municípios da circunscrição da ARF/Altamira.



Mas antes de aceitar a função, precisava conhecer Altamira. Como estava de férias, decidi visitá-la para melhor conhecê-la e saber onde iria trabalhar nos próximos anos.

O ônibus que me levaria a Altamira, saindo de Santarém (PA), estava programado para partir às 20h, mas em decorrência de problemas mecânicos, partiu às 22h. Duas horas depois de enfrentar 120 km de uma rodovia pessimamente pavimentada, com o formato de tábua de pirulito pelos incontáveis buracos nela existentes, chegara a hora de enfrentar um tormentoso trecho de estrada de chão até a cidade de Rurópolis, distante 228 km de Santarém.

Por volta das três da manhã, uma chuva torrencial faz descer um pesado aguaceiro que se mistura ao barro da estrada resultando num espesso lamaçal sobre o qual as rodas do ônibus patinam constantemente, levando-o a se deslocar a uma velocidade nunca superior a 30 km/h.

Ao amanhecer, chegamos a Rurópolis e não tardamos a receber a notícia de que uma ponte sobre um igarapé, pela qual tínhamos de passar, havia se rompido pela força da chuva, e que teríamos de prosseguir a viagem em Kombis estacionadas na sua outra margem.

Desnecessário dizer que a chuva, a lama e o sofrimento nos acompanharam por toda a viagem, que chegou ao fim por voltas das 23h do dia seguinte. Quer dizer, para percorrer os 565 km que separam Santarém de Altamira, foram necessárias longas, intermináveis, sofríveis e angustiantes 25 horas.

Mas, enfim, cheguei à capital da Transamazônica naquele memorável mês de janeiro de 1997 e me surpreendi com a pujança econômica e a movimentação frenética de uma cidade de uns 70 mil habitantes, encravada no coração da Amazônia Oriental.

Retornei a Santarém dias depois e comuniquei ao delegado da DRF/Santarém que aceitava a chefia da ARF/Altamira.



Em meados de fevereiro, encontrava-me de volta à capital da Transamazônica, já como titular da agência.

Os problemas encontrados na agência não eram nada triviais. O trabalho teria de começar por uma conversa franca com os poucos servidores da agência e deles saber qual ou quais as maiores queixas e reclamações dos contribuintes e seus representantes, e que providências tomar para atendê-los com eficiência, presteza e cordialidade.

Então demos início a uma série de rotineiras reuniões. Na primeira delas, o Seu Ivair, o mais antigo servidor da ARF/Altamira, foi logo dizendo que a insatisfação dos contribuintes e contadores era muito grande pela demora no atendimento da maioria dos serviços. Disse a ele, então, que convidasse os profissionais da Contabilidade de Altamira para uma reunião, na qual discutiríamos as suas queixas e proporíamos soluções para as mesmas.

- Não, não faça isso! Não é uma boa ideia. Eles estão revoltados e podem ser muito agressivos. Você ainda não os conhece e um contato nesse momento pode ser muito desagradável, disse o Seu Ivair.

- Marque a reunião, seu Ivair. Precisamos saber mesmo do que estão reclamando e o que podemos fazer, retruquei.

Reunião marcada; compareceram 13 profissionais da Contabilidade. Com eles tivemos uma conversa muito cordial, muito franca e muito clara, por isso mesmo muito produtiva e proveitosa. Após ouvir suas insatisfações e uma longa exposição de contrariedade com o atendimento até então dispensado pela ARF/Altamira, disse-lhes:

- Entendo as suas razões e, de fato, vejo que as coisas não estão funcionando muito bem por aqui e assim não pode ficar. A partir de agora, os problemas que os senhores enfrentam no que diz respeito ao atendimento nesta agência também são meus e tudo faremos para resolvê-los o mais breve possível.



Na reunião seguinte, com um número bem maior de representantes dos escritórios de Contabilidade, já não havia mais tantas reclamações porque o atendimento melhorara significativamente.

Embora tenhamos nos empenhado tanto quanto possível para aprimorar o atendimento, diminuir o tempo de espera (na época não se falava em TMA), e atender a todos de forma satisfatória, havia algumas barreiras e obstáculos que fugiam à nossa responsabilidade.

Primeiro que, naquele ano, Altamira e os municípios da Transamazônica viviam uma grave crise energética, com frequentes interrupções no fornecimento de energia, que se prolongavam, não raro, por 14 e até 16 horas diárias.

Além disso, o acesso remoto aos sistemas da Receita Federal era falho, precário, deficiente e extremamente moroso.

Tanto as frequentes falhas no fornecimento de energia quanto as dificuldades em acessar, via rede, os sistemas da RFB, representavam enormes entraves para um atendimento ágil e eficiente.

Em que pese esses obstáculos às muitas dificuldades enfrentadas, chegamos ao último trimestre do ano tendo melhorado significativamente o atendimento ao contribuinte e seus representantes. As reclamações foram substituídas por elogios ao nosso trabalho.

Mas, iniciado o quarto trimestre, um novo desafio se apresentara: o Programa ITR 97.

No final de 1996, foi publicada a Lei 9.393/96, que disciplinava o ITR, posteriormente regulamentada pela Instrução Normativa nº 68, de 1º de Setembro de 1997. Esta IN estabelecia o prazo (10 de novembro a 19 de dezembro de 1997) e forma de entrega da Declaração (formulário e disquete) do ITR/97.



Naquele mundão da Transamazônica, cujo centro econômico era Altamira, rodeada por diversos municípios, com milhares de imóveis rurais, a sigla ITR era coisa não muito popular, e agora imaginem a reação do povo interiorano ao ouvir falar em ‘disquete’?!

Sim, o disquete era uma novidade na entrega da declaração do ITR, que representava inúmeras vantagens, pois dispensava o contribuinte de preencher um formulário e de fazer cálculos muitas vezes extremamente complicados.

Que fazer, então, para explicar aos contribuintes de Altamira e região que todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores de imóveis rurais a qualquer título tinham de obrigatoriamente entregar uma Declaração do ITR e, ainda por cima, em disquete (não necessariamente)?

Bom, precisávamos começar o trabalho imediatamente. Teríamos de correr contra o tempo, pois além de divulgar a DITR, explicar como preencher a declaração e demonstrar as vantagens práticas de apresentá-la em disquete, havia a necessidade de realizarmos o pré-cadastramento de todos os imóveis rurais, pois os mesmos ainda não possuíam o Número de Inscrição na Receita Federal (NIRF).

E não tardamos a agir. Visitamos, em Altamira, todas as emissoras de rádio, televisão, sindicatos dos trabalhadores e produtores rurais e os órgãos públicos atuantes no meio rural.

Na medida em que difundíamos, em Altamira, a informação de que os proprietários e possuidores precisavam realizar o pré-cadastramento de seu imóvel rural na Receita Federal, crescia sobremaneira a demanda por atendimento na agência e todos, graças a Deus, foram atendidos, com o empenho e dedicação do pequeno número de servidores.



Contudo, como dito anteriormente, a abrangência da ARF/Altamira não se limitava apenas ao município sede desta unidade administrativa. Pertenciam à sua circunscrição os municípios Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Vitória do Xingu, Anapu e Senador José Porfírio.

Todos eles com um grande número de imóveis rurais e, portanto, impunha-se a necessidade de visitá-los para propagar o Programa ITR 97, orientá-los a realizar o pré-cadastramento e, também, a apresentar a DITR em disquete, porque tínhamos a pretensão de que 70% das declarações apresentadas, pelo menos, fossem em meio magnético.

Trabalho de divulgação e esclarecimento feito em Altamira, agora precisávamos visitar os demais municípios da circunscrição da ARF/Altamira.

Contatamos, previamente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, bem como os órgãos atuantes no meio agrário desses municípios e, em seguida, elaboramos um cronograma de deslocamentos aos mesmos, onde agendamos, em cada qual, uma ou duas palestras.

- Seu Zé, nossas visitas aos municípios da região estão todas agendadas. Depois de amanhã iremos visitar Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e Placas. Tudo ok com o carro?

- Com a parte mecânica tudo ok, Evaldo, mas vamos ter de trocar pelo menos os pneus dianteiros, pois estão bem carecas, disse o seu Zé, motorista da ARF/Altamira.

Ato contínuo, contatamos o setor de logística da DRF/Santarém, que não pode nos autorizar a adquirir os dois pneus no comércio altamirense. Mas seu Zé sugeriu que informássemos o problema à Superintendência, com sede em Belém. Após trinta minutos, recebemos autorização para comprá-los no mercado local.



Problema resolvido, dois dias depois iniciamos a viagem pelas esburacadas e empoeiradas estradas da Transamazônica.

Primeiro visitamos Brasil Novo, onde o Sindicato dos Trabalhadores Rurais organizou uma reunião que contou com a presença de aproximadamente sessenta pessoas.

No dia seguinte, visitamos Medicilândia. Neste município, maior que Brasil Novo, a reunião, realizada nas dependências da Câmara Municipal, foi bem concorrida e superou nossas expectativas. Também visitamos a emissora de rádio local e a sede da Emater/PA para orientar como preencher a declaração em meio magnético.

Em Uruará (distante 180 km de Altamira), realizamos a maior de todas as reuniões, com pelo menos 120 possuidores de imóveis rurais.

Na semana seguinte, nos deslocamos a Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e Anapu. Em todos esses municípios realizamos palestras com um número expressivo de pessoas a quem transmitimos as informações necessárias para a realização do pré-cadastramento do seu imóvel rural, e prestamos orientações para o preenchimento e entrega da declaração, via disquete, no Banco do Brasil.

Após esse extenuante trabalho, de muitas horas na estrada e muitos quilômetros percorridos ao lado do seu Zé e outras vezes do Raimundo Cabral, motorista da DRF/Santarém, chegara a hora de conferir, no gerencial, o fruto dessa cansativa, mas gratificante missão, pois contribuímos para conscientizar os possuidores de imóveis rurais a entregar a DITR, e em disquete.

Ao término do prazo, com todos os formulários e disquetes entregues à ARF/Altamira pelas agências do Banco do Brasil dos municípios visitados, conferimos 4.750 declarações. Destas, 4.158 foram entregues em meio magnético, ou seja, 87,54% dos contribuintes do ITR apresentaram



suas declarações naquele formato até então desconhecido pela totalidade dos contribuintes do ITR.

Nosso objetivo inicial era atingir 4.000 declarações entregues e que 70% delas fossem em disquete. Superamos a meta estabelecida.

Mais tarde, soubemos que a média nacional de DITRs relativas ao ano de 97 entregues em disquete foi em torno de 22%.

Sim, ficamos muito contentes com o resultado alcançado! E o comemoramos!

Dois anos após chegar a Altamira, retornei a Santarém (PA), com muitas boas lembranças do período em que servi como agente da Receita Federal em Altamira.

*Altamira, município brasileiro localizado no estado do Pará, ocupou até 2009 o posto de maior cidade do mundo, ostentando uma área de 159 695,938 km². Esse número supera a extensão territorial de países inteiros, como Portugal, Islândia, Suíça e Irlanda.

Fonte: www.sitecuriosidades.com



Diálogo no atendimento

Gilberto de Paula

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - Derat/Tatuapé-SP

Ingressou na RFB em 20/06/2002 na Derat/São Paulo-SP, trabalhou na equipe de Parcelamento e CAC CNPJ. Atualmente trabalha no CAC/Tatuapé onde atende os contribuintes nos serviços de Certidão Negativa, Parcelamento, Cobrança, Abertura de processos, etc.

Diálogo: do grego antigo “dialogos”, é a conversação entre duas ou mais pessoas... Embora se desenvolva a partir de pontos de vista diferentes, o verdadeiro diálogo supõe um clima de boa vontade e compreensão recíproca. Fonte : www.wikipedia.org

Samara: Significa “de Samaria, a que veio da cidade guardada por Deus, a que vigia, a que está atenta, protegida por Deus, aquela que ouve ou ouvinte.” Fonte: www.dicionariodenomesproprios.com.br

A pouco tempo atrás tivemos no CAC Tatuapé, em São Paulo (SP), uma contribuinte que veio tentar solucionar uma dívida da declaração do Imposto de Renda. Podemos chamá-la de Samara, seu nome verdadeiro não era esse, mas pelas circunstâncias do atendimento, bem que podia ser, pois um dos significados desse nome é “aquela que ouve, aquela que está



atenta”. Samara era enfermeira e trabalhava em dois empregos. Estava tentando sozinha resolver o problema, mas sem ter quase nenhum conhecimento sobre as normas do Imposto de Renda.

O atendimento ao público na Receita Federal é uma atividade que requer preparo e dedicação, não é uma tarefa fácil de ser bem realizada, ainda mais quando temos diversos serviços de Pessoa Física e Empresas, sendo que cada serviço tem as suas regras específicas. Mas, para além do aspecto técnico, temos as relações humanas, uma troca de informações que tem que se estabelecer durante o atendimento para que ele se realize com sucesso.

Algumas vezes temos um atendimento normal, comum, mas que chama a atenção pela postura do contribuinte que pode ter um comportamento que ajuda muito no bom andamento do serviço. Isso nem sempre ocorre, por isso devemos lembrar e realçar essa postura, que foi o caso de Samara. Geralmente o contribuinte está impaciente, nervoso com a situação, não entende que entrando em discussão com o funcionário não vai ajudar em nada.

A Samara, além de vir preparada para ouvir com calma, era consciente de suas limitações. Tinha paciência, repetia o que se falava para ver se estava certo, anotava todas as informações importantes. Percebia-se que ela tinha intenção de entender todo o problema para chegar à solução. Desnecessário aqui ressaltar que o funcionário também tem que ter essa postura de ouvir o outro, dialogar.

Seu problema começou quando, na pressa para não perder o prazo de entrega da declaração, acabou transmitindo com o resultado de “valor a pagar”, e vendo que não tinha condições de pagar tudo de uma vez, solicitou o parcelamento da dívida em 24 parcelas. Só depois, conversando com amigos, descobriu que tinha cometido erros com despesas médicas que não tinha considerado, então o parcelamento seria indevido, pois não haveria nem débitos a pagar.



O problema é que, quando se solicita o parcelamento, não pode voltar atrás automaticamente. O que pode ser feito é pedir a revisão do processo de parcelamento tentando o cancelamento da dívida, mas a análise não é imediata, nem se tem a garantia de sucesso.

Assim, o recomendado era entrar com a revisão e continuar pagando as parcelas, para evitar a inscrição em Dívida Ativa da União e complicar mais a situação e, só então, entregar uma declaração retificadora diretamente nos CAC da Receita Federal. Realmente, para uma pessoa que não está acostumada com essas normas, é muita informação, muitos detalhes. Ela ouvia tudo atentamente para tentar compreender.

Essa postura dela é que foi diferente, ela anotava os procedimentos, estava disposta a voltar outras vezes, se fosse preciso; Era já sua segunda visita ao CAC para tratar do assunto, ou seja, sabia que o caso era complicado para ela que não tem familiaridade com a Declaração de Imposto de Renda.

Muitos conflitos e discussões no atendimento ocorrem justamente pelo fato de a pessoa não entender a complexidade de seu problema. Ela vem com a dúvida ou reclamação e, sem ouvir os detalhes, já começa a reclamar. Na verdade, notava-se que a Samara não vinha discutir, mas buscar um diálogo com o atendente, no sentido de conversar para compreender e resolver a situação.

Esta é a melhor postura que podemos encontrar no atendimento ao público, embora o atendente deva estar preparado para outras situações também. Mas, comportamentos como esse ficam marcados pela atmosfera de compreensão que se estabelece, ou seja, o atendimento se transforma numa conversa, num verdadeiro diálogo.



Esqueceram de mim (parte II)

Sidney Vaz Duarte

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRF/Uberlândia-MG

Ingressou na Receita em 03/02/1993 e atua como supervisor de equipe de fiscalização.

Final de tarde, paira no ar o espírito de dever cumprido em mais um dia de trabalho. De repente, o Gabinete convoca todos os auditores presentes para uma reunião de emergência.

Como é um acontecimento excepcional, logo tratam de satisfazer nossa curiosidade, dizendo que no outro dia pela manhã seria deflagrada uma operação de busca e apreensão na cidade de Uberlândia e em Patos de Minas (MG). O evento, cercado do mais alto sigilo, era patrocinado pela Procuradoria da Fazenda Nacional, com apoio do Ministério Público e escolta das Polícias Federal e Civil.

O destino da operação só seria divulgado na hora da saída no outro dia pela manhã, a apresentação nas empresas e nos domicílios dos proprietários tinha que ocorrer de forma sincronizada.

Destarte, foram verificados os seguintes quesitos: disponibilidade para viagem imediata para Patos de Minas, naquela noite ou no outro dia



bem cedo, para não comprometer o início da operação; divisão das equipes, prestigiando a experiência; o porte físico para movimentar e transportar equipamentos de alta densidade, etc. Portanto, ficamos eu, a Vandélia e mais umas seis pessoas, entre auditores, analistas e motorista da Receita Federal, além de servidores dos demais órgãos, para o procedimento na cidade de Uberlândia. A outra equipe, às pressas, tomou providências de se preparar para viagem à Patos de Minas.

No outro dia, bem cedo, durante a reunião, já presidida por servidores da Procuradoria da Fazenda Nacional, finalmente tomamos conhecimento do destino. O sincronismo era controlado pelo celular.

Depois de manifesta a voz de comando, munidos de carteira funcional, brasão, crachá e até colete naqueles adeptos às operações de repressão, partimos em um comboio de carros oficiais.

Na chegada parecíamos uma comitiva de ballet, passos marcados em uma coreografia surreal. A nossa peculiar discricção faltou no evento, para nossa surpresa até uma jornalista munida de seus aparatos para uma matéria ao vivo nos aguardava. Quem a chamou? A Receita Federal cheia de dedos protegendo o sigilo e algum outro órgão querendo se promover. A determinação imediata foi para a equipe de jornalismo se evadir do local, dando ciência das possíveis consequências de tal desconformidade.

Enquanto, aqui, tentávamos ao máximo deixar transparecer aos clientes que a empresa trabalhava dentro de sua normalidade, conduzindo nossos agentes para trabalharem na sala de gerência e nos bastidores, em Patos de Minas o show “pirotécnico” parou a cidade. Na porta do estabelecimento, o Exército portando escopetas, o estabelecimento foi fechado totalmente ao público.

O único assunto que assolava a cidade era a operação e a curiosidade do que havia acontecido. Na casa dos sócios foram apreendidos documentos, CPU, etc. Um colega auditor, no afã de fazer o



seu melhor na operação, até escalou um telhado para alcançar uma caixa d'água para verificar se não havia algum arquivo morto de documentos que comprovassem as aludidas infrações. Este auditor foi digno até de uma indicação para prêmio de desempenho funcional.

É uma operação tensa e dinâmica, abre gaveta, fecha gaveta, abre arquivos e pastas, folheia-se documento por documento, apreende-se documentos, CPUs, reduz a termo as declarações de funcionários e prepostos, atende-se as interpelações de advogados que chegam às pressas tentando impedir o prosseguimento, etc. Ufa!

Mal percebemos e está quase chegando o horário de almoço, quando o procurador em Patos de Minas, clama por reforço: o volume de documentos de lá extrapola a capacidade da equipe de concluir a operação. De imediato, os gestores providenciam reforço de Uberaba, eu e a Vandélia, sensibilizados com os colegas que foram para Patos de Minas, nos colocamos à disposição para reforçar a equipe de lá. Imediatamente, tomamos um lanche e aguardamos o motorista de Uberaba passar em nossa delegacia em Uberlândia para envidarmos esse esforço sobre-humano em prol de todos.

Chegamos a Patos de Minas por volta das 15h, e, de imediato, nos certificamos de que nossa ida era fundamental em razão do volume de documentos a serem apreciados. Trabalhamos muito mesmo e estendemos a atividade até às 21h, mais ou menos.

Enfim, depois das providências legais, resolvemos vir embora. A determinação era de que a escolta fosse por todo o percurso. Era notória a insatisfação dos federais encarregados dessa missão, talvez em razão do poder de polícia deles não ser regido por tantas formalidades quanto o nosso.

Começamos o regresso, todos muito cansados, resolvemos parar no primeiro posto para utilizar banheiro. A Vandélia, agora, depois do



expediente, assumindo o papel de minha esposa, estava no banco de trás, entregue a seus devaneios, quando acordei.

– Vandélia, quer descer para ir ao banheiro ou um café?

- Não, não quero, estou muito cansada, quero dormir!

- Ok!.

Fomos rápido, pois os Policiais Federais, nesse momento, perderam a paciência e nos abandonaram.

Voltamos ao carro, e para não incomodar a minha esposa, Vandélia, entramos no carro, demos partida e empreendemos a viagem de volta.

Andamos uns 10 km, quando, não me lembro o motivo, resolvi perguntar alguma coisa à Vandélia.

Fiquei indignado com a indiferença, ela não me respondia. Virei o rosto para chamar a atenção dela e qual não foi a minha surpresa? Cadê a Vandélia?

Voltamos imediatamente para o posto, de longe parecia que o solo tremia. Seria um terremoto? Não, era ela espumando e compactando o solo. Enquanto estávamos, eu e o motorista, no banheiro, como é peculiar dela, mudou de ideia e foi ao banheiro sem avisar.

E assim ela vociferou – ESQUECERAM DE MIM!!!!!!

Em casa.....



Eu juro

Sidney Vaz Duarte

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRF/Uberlândia-MG

Ingressou na Receita em 03/02/1993 e atua como supervisor de equipe de fiscalização.

Idos de 1979, entre sorrisos, o balbuciar das primeiras palavras pronunciadas com graça e os chorinhos dos filhos pequenos de 1 e 3 anos, meus olhos reservavam um tempo de atenção aos livros do estudo acadêmico.

Em dezembro daquele ano, conclui o Curso de Bacharel em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Uberlândia. Nesta data, na festa de formatura, a única coisa a qual não economizei foi a felicidade que transbordava, formando o alicerce cultural que proveria meu futuro profissional e o da minha família, visto que já iniciava minha preparação para uma pós-graduação em Economia Rural.

Não tardou, e como uma premiação, em abril de 1980, tomei conhecimento do edital do concurso de auditor da Receita Federal. Como o concurso estava formatado para duas fases, me preparei estudando sozinho para a primeira fase, marcada para agosto. As matérias exigidas



neste certame eram contabilidade e direito tributário. Recordo, até hoje, com certo orgulho, de ter alcançado 98% de aproveitamento em direito tributário, o que me credenciou a participar da segunda fase em novembro.

Encontrava-me, no final do ano de 1980, em uma agradável reunião com a família e amigos na fazenda de meu pai, localizada em Canápolis (MG), minha cidade natal, quando o telefone instalado na fazenda, toca. Do outro lado da linha, um amigo meu, muito eufórico querendo falar comigo.

- Que prazer inenarrável de receber a sua ligação! A que devo essa honra?

- Quero falar com o mais novo auditor da Receita Federal.

- Como assim?

- Você não viu? Seu nome está estampado nas páginas dos jornais onde está sendo divulgada a lista de aprovados no concurso “Elismar José Pereira”. Isso mesmo, o menino que decolou em um majestoso voo de Canápolis fez uma parada para conexão em Uberlândia e agora embarcará para Brasília. Parabéns meu amigo, meu irmão.

- Você não imagina a felicidade que me dá ouvir justamente de você, em primeira mão essa notícia maravilhosa. Sua ligação é a cereja do bolo. Obrigado, grande amigo.

Deste momento em diante a reunião se transformou em uma festa só.

No outro dia, em meio à euforia, começamos a organizar a logística para que eu pudesse ficar seis meses em Brasília.

Ao concluir o curso de formação, com classificação para assumir o cargo de auditor na delegacia da Receita Federal em Porto Velho (RO), retornei de Brasília, naquele mesmo final de semana, diretamente para a



fazenda de meu pai, onde fui recebido por familiares e amigos, com um delicioso churrasco em comemoração.

No intervalo entre a conclusão do treinamento e a posse no cargo, o Secretário da Receita Federal abriu oportunidades para permutas, entre os formandos auditores, em que os interessados poderiam alterar suas classificações iniciais, assumindo outras unidades, de acordo com o interesse de cada um.

Numa atitude surpreendente, de demonstração de amizade e compreensão, e, ciente de minha preocupação em ter que assumir o cargo numa delegacia mais distante de meus familiares (Porto Velho), o colega Francisco Almeida se propôs a fazer a autorizada permuta comigo, cedendo-me sua classificação para a DRF de Campo Grande (MS), e, conseqüentemente, assumindo a minha para a DRF de Porto Velho, tornando assim mais abrasiva a minha felicidade e dos meus familiares.

Em 05/08/1981 tomei posse no cargo de auditor, em Brasília, especificamente na Escola de Administração Fazendária (ESAF), começando então a contar o prazo de apresentação para o início das atividades na DRF de Campo Grande (MS).

Desta forma, preparei todos os requisitos para o envio da mudança, e, juntamente com minha esposa e filhos, pegamos um avião em Goiânia e começamos nossa aventura. Ao passar por Campo Grande (MS), recebemos a notícia de que, por questões climáticas, o aeroporto da cidade estava fechado e nosso voo seria direcionado para Foz do Iguaçu (PR). Ficamos lá um dia, cuidando do caçula que estava doentinho.

Enfim, chegamos a Campo Grande e logo nos apresentamos, éramos cinco colegas. Depois de sermos recepcionados pelo titular do Gabinete, o delegado, fomos encaminhados para uma cerimônia de posse na seção de fiscalização. Novidade para nós essa cerimônia, mas no êxtase de conhecermos os colegas e começarmos a trabalhar, fomos todos com muita boa vontade.



A sala estava repleta de servidores. O chefe da seção leu para todos com uma formalidade peculiar o currículo de cada um de nós. No entanto, frisou com seriedade a exigência legal de se prestar um juramento antes da designação de cada um para as respectivas seções daquela delegacia.

Alinhados de frente para todos, com o braço direito estendido e a mão espalmada, começamos a repetir: “Eu juro exercer a minha profissão com ética, justiça e dedicação, obedecendo os princípios de legalid...háhááááá’hákkkkk,rsrsr, a síndrome do riso contaminou o ambiente, quando percebemos que aquele juramento se tratava de uma brincadeira de muito bom humor para nos recepcionar com alegria.

Fiquei em Campo Grande por oito meses, e, guardo com muito carinho, essa recordação.

Foi um marco saudável, que permeia até hoje os meus dias no trabalho em Uberlândia, cuja dose de humor serve para minorar nossas penúrias.

Daqui a pouco, quando aposentar, deixarei de fazer história para simplesmente ser história nesta casa, e intimamente no meu coração, quando sair:

E spero
L evar
I ncríveis
S audades,
M uitas
A mizades
R icas



Evolução: entre o ontem e o hoje

Jorgete Batista

Auxiliar-PSE-Serpro /Defis/São Paulo-SP

Ingressou na RFB em 31/12/1974 - Atividade atual: Elaboração de Memorandos, Ofícios, Pesquisas, movimentação de processos, recepção, cadastro e controle CDOC docs recebidos contribuintes. Atividade anterior: recepção, controle dossiês de RPF's encerrados por equipes, numeração dossiês para envio ao Arquivo, preenchimento planilhas de Indenização de transporte, inclusão de dados Arrolamento de Bens em sistema próprio, controle mensal, dossiês devolvidos para Dipac às equipes para saneamento.

Comecei minha jornada aqui na Receita em 23/12/1974, antevéspera do Natal. Ao final deste, completarei 44 anos de serviços prestados à Receita Federal.

Através de contratação pelo Serpro, vim para a antiga delegacia da Receita Federal em São Paulo (DRF/SP), órgão este que compreendia os sete primeiros andares do edifício-sede da Av. Prestes Maia, 733 – Luz - S.Paulo –SP. No térreo se encontravam a Recepção, Relações Públicas, Plantão Fiscal, Agência do Banco do Brasil, Malote e Protocolo; no 2º andar a Agência Santa Ifigênia, uma de 15 ARFs da Receita na época; no 3º o Núcleo de Informações Econômico-Fiscais (NIEF); (4º) Fiscalização; (5º) Tributação; (6º) Arrecadação e no 7º andar (ala Prestes Maia), o Gabinete do delegado, Assessoria, Recursos Humanos, Materiais de Consumo e Permanente e sala de Reprografia, onde havia uma única máquina Xerox



para atender a demanda de todas divisões da Delegacia. Hoje, visto a informatização, a era digital, até sobram impressoras.

A princípio fui para a seção de Tarefas Auxiliares (porta de entrada de processos, documentos diversos, malote, material de consumo e permanente, etc), depois para o Cadastro de Pessoas Físicas (SECPF), outra das seções do Núcleo de Informações Econômico-Fiscais (NIEF) e, após, para a secretaria da chefia de Divisão, onde recebia expedientes destinados à chefia da Divisão, processos, consolidava levantamento de material permanente, elaborava memorandos, ofícios, telex, Comunicação Interna (CI), controlava frequência de funcionários efetivos (folhas de ponto) e de SOAPs (Serpro), cujo controle era Cartão de Relógio de Ponto (DIMEP).

Permaneci por 22 anos, até minha transferência em 16/12/1996 para a Divisão de Fiscalização, onde me encontro até os dias de hoje (quase 22 anos).

Naquela época, como dito acima, a Delegacia da Receita administrava 15 agências (ARFs), dando suporte, orientando em procedimentos a cada nova Norma de Execução (NE), Instrução Normativa (IN) e, como não tínhamos computadores, a comunicação era através da elaboração de memorando, datilografado em três vias (a 1ª em papel sulfite e as outras duas em cópias carbonadas em papel de seda nas cores rosa e azul), CI (Comunicação Interna) e Telex.

Uma coisa interessante é que recebíamos um exemplar do DOU com as publicações e, para orientação e padronização do atendimento e dar suporte às 15 ARFs quanto aos procedimentos a serem seguidos, a Chefe da Divisão, Sra. Ione da Costa Melim, uma Agente Administrativa, selecionava informações relativas a assuntos tais como IRPF, IRPJ, IPI, Fonte, Cadastro PF, PJ, e a partir daí era elaborado memorando, que às vezes chegava a conter cinco folhas, com resumo desses aos agentes.



Aprendi muito com ela, que era de uma competência, dedicação, inteligência e organização fora do normal. Aposentou-se por idade em 1978, no ano em que tive meu segundo filho.

As declarações de Imposto de Renda (IRPF, IRPJ, DCTF, IRRF, IPI, etc) eram recepcionadas pelos bancos, que após as encaminhavam à Divisão de Informações Econômico-Fiscais da Receita Federal, onde trabalhávamos conferindo códigos de atividades, municípios e CEPs. Somente depois eram encaminhadas em pacotes ao CTI do Serpro em Osasco (SP), para que seus digitadores processassem seus dados para a Receita Federal.

Outra curiosidade é que, como não havia computadores para acessar os Sistemas Informatizados, o “Banco de Dados” (cadastrais e fiscais) era emitido pelo Serpro para a Receita em forma de listagens (papel) e/ou microfichas (material plástico arquivado em pastas mantidas em escaninhos dentro de armários), catalogadas em ordem alfabética e numérica em ordem de CPF (Pessoa Física) e/ou CNPJ (Pessoa Jurídica), bem como de microfilmes, nos quais se encontravam as declarações de Imposto de Renda PF, PJ, Fonte, IPI, etc. Após processadas pelo CTI do Serpro retornavam à Receita e eram microfilmadas na Rua Florêncio de Abreu, 770- Luz - São Paulo e a consulta e/ou pesquisa era em equipamento denominado “leitora de microficha/microfilme”. Os originais dos microfilmes de declarações eram conservados em material de Diazo de Prata e mantidos arquivados em Brasília (DF).

Em relação a servidores, existiam na época os Agentes Administrativos, que passaram a Técnico do Tesouro Nacional (TTN) e, após, Técnico da Receita Federal (TRF) e hoje Analista Tributário (ATRF), os Controladores de Arrecadação Federal (CAFs), Técnico de Tributação (TT) e Fiscais de Tributos Federais (FTFs). Posteriormente, os CAFs e os TTs passaram a fiscais e hoje são Auditores Fiscal da Receita Federal (AFRF).

Havia também o Agente de Portaria (atividade equivalente a um office boy), que entregava expedientes entre as divisões, e o pessoal do



Serpro (Soaps, hoje PSEs). Somente na Divisão em que eu trabalhava éramos em mais de 50 Soaps, trabalhando no Cadastro de Pessoa Física e Jurídica, no Setor de Malhas Palme, PF e PJ (na sede da Prestes Maia), no Arquivo de Declarações (na Florêncio de Abreu), no atendimento de contribuintes e no setor de CGC na Junta Comercial (Rua Maria Antonia). Embora tudo fosse trabalhado em localidades diferentes, era administrado pela Chefe de uma única Divisão (Dief).

Em 1984, ao retornar de férias, a Chefe que havia acabado de assumir a Divisão, Sra. Adail Alves Moura, também competente, enérgica e excelente administradora, me colocou como responsável por uma equipe extra-regimental, criada por Portaria, denominada de “Grupo Poder Judiciário” (GPJ), composta de oito servidores Soaps (hoje PSEs). Recebíamos algo em torno de 200 ofícios diários, vindos do Poder Judiciário, solicitando dados cadastrais e/ou fiscais de contribuintes.

Como dito acima, como a princípio as pesquisas eram realizadas em listagens e/ou microfichas, preenchíamos uma folha para cada ofício com dados do contribuinte a ser pesquisado, que eram colocadas em ordem alfa ou numérica para facilitar a busca no setor de cadastro, em que se encontravam as listagens e, após obtenção dos dados, elaborávamos ofícios em resposta ao Poder Judiciário.

Na época, como responsável pelo grupo, cheguei a responder a um Inquérito Policial, de desobediência à determinação judicial, no 1º Distrito Policial da Sé, onde o juiz questionava o não cumprimento de prazo de 10 dias que fora estipulado para atendimento a um determinado ofício, o qual já havia respondido e provei o cumprimento, dentro do prazo exigido.

Com a chegada dos primeiros computadores na repartição, que a princípio só foram instalados na Superintendência, a chefia da divisão em que trabalhava, conseguiu autorização para que pudesse utilizar um dos



computadores da Ditec/SRRF, para realizar as pesquisas e, assim, agilizar o atendimento dos ofícios do Poder Judiciário.

A Receita continua a prestar esse atendimento ao Poder Judiciário através da Equipe EQSIN/Setec/Derat/SP, porém em quantidade menor e, através do sistema InfoJud.

Apesar da demanda de trabalho manual, braçal, com as pesquisas realizadas em listagens, microfichas e microfilmes, os cálculos para as Malhas, retificações de lançamento em calculadoras, a elaboração de documentos (memos, C's, ofícios) a princípio datilografados em máquinas de escrever manual, depois em elétricas e, após, as eletrônicas, comunicações mais urgentes com agências e/ou órgãos (DRFs) mais distantes, através de Telex, trabalhávamos com afinco, colaborando com a administração no cumprimento de prazos estipulados para envio a processamento no Serpro.

O convívio era de união entre os colegas, amigável, prazeroso e tão satisfatório que realizávamos até mutirão, quando necessário, para terminar o trabalho dentro e até antes do prazo estipulado, tais como trabalhar as declarações recebidas dos bancos, preparando-as para envio a processamento no Serpro. Havia participação geral dos funcionários, no preparo e organização de todo e qualquer evento comemorativo, como nas festas de fim de ano, onde cada divisão as planejava individualmente e procurava se esmerar na realização, que até parecia uma competição para ver quem faria a melhor, mais comentada.

Na Dief, onde permaneci por 22 anos (até 1996), para os preparativos desta comemoração, criávamos comissões para cada atividade, tais como: coleta mensal de valor para bancar a festa desde o início do ano, onde eram realizadas apresentação de peças teatrais, em palco improvisado, até com cortina que era cedida por funcionários, tais como sobre Cleópatra - rainha do Egito ou imitando o cotidiano da



repartição, musicais (Elvis Presley e outros), show de danças, desfile de moda, com ensaios a partir das 16h, após atendimento público; confecção de roupas que seriam utilizadas nessas apresentações; compra do material; compra de bebidas; frutas frescas e secas (castanhas, nozes, avelã); decoração imitando o céu com estrelas, nuvens e até com folhagens e flores que buscávamos em viveiro com autorização da prefeitura; e elaboração de jantar com cardápio de festa de Natal/Fim de ano com/pernil assado, peru, farofa, maionese, arroz, salada, etc (cozinávamos na copa que havia no Arquivo de declarações da Rua Florêncio de Abreu); venda de ingresso para interessados de outras divisões em participar; tinha até segurança na entrada controlando o acesso. Era memorável, inesquecível, tudo feito por funcionários da divisão, sem participação externa. Tempo bom que deixou saudades, não volta mais.

Naquela época, embora tudo fosse trabalhado de forma manual e houvesse grande carga de trabalho com exigência e cobrança em relação ao cumprimento de prazos de processamento dos documentos, o relacionamento com os Administradores, Superintendente, Delegados, Chefes de Divisão e/ou Seção era muito cordial, como se fôssemos uma grande família, todos colaborando uns com os outros, para que tudo transcorresse de maneira mais perfeita possível e dentro dos prazos estipulados.

Em 1996, quando vim para a Difis/DRF/SP, me alocaram na equipe de Execução Fiscalização (EQEXF), na qual fiquei como responsável pela recepção dos dossiês de RPFs encerrados pelas equipes (algo em torno de 200 mensais) e controle de sua tramitação na divisão, tais como: revisão pela Chefia, devolvidos às equipes para sanear irregularidades ou para complementação, baixa Sief, pré-arquivo e, após, numeração de identificação dos mesmos, mantê-los em arquivo na divisão até que, a partir de 2003, foi criada a Sacaf/Defis, a quem, dentre outras, ficou com a



atribuição de responsabilidade de guarda e manutenção desses documentos. Portanto, os mesmos foram para lá transferidos.

Esse controle todo era, a princípio, através de registro manual, por ordem cronológica, em um livro de capa dura preta que denominamos de “Livro Registro” e posteriormente foi criado um programa de mesmo nome no ACCES, baseado nos mesmos moldes para facilitar a busca (por CPF, CNPJ, RPF, nomes) quando necessário.

Hoje, não há mais essa trabalhadeira manual com papéis, pois tudo tramita de forma digital.

Nunca me faltaram coragem e vontade para o trabalho, tanto que já recebi até a tão cobiçada Medalha Noé Winkler em Novembro de 2011 e Portaria de Elogio (Portaria Defis nº 124 de 31/07/2014). Também adquiri registro no Ministério do Trabalho da Certificação da Profissão de Arquivista, Lei 6.546 de 04/07/1978, regulamentada pelo Decreto nº 82590 de 06/11/1978 e normalizada pela Portaria Interministerial nº 3369 de 04/11/1986, por conta do trabalho de reorganização do arquivo de documentos que se encontrava na Secretaria da Chefia da Divisão, ou seja, antes desse trabalho os documentos eram arquivados em pastas AZ por tipo e em ordem de data (Portaria, Norma de Execução (NE), Instrução Normativa (IN), Ordem de Serviço (OS), Medida Provisória (MP), Decreto, etc), e após o trabalho foram rearquivados pelo assunto de que se tratavam (IRPF, IRPJ, DCTF, IRRF, Cadastro Pessoas Físicas e Jurídicas, etc) em ordem cronológica, facilitando-se assim as buscas.

Enfim, me sinto realizada, privilegiada em fazer parte, por mais de 40 anos, desta repartição e até costume dizer aos meus, que considero este trabalho como um Presente de Natal.



Geração espontânea

Guilherme Fernando Scandela

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRF/Juiz de Fora-MG

Exerce a função de Delegado-Adjunto da Delegacia da Receita Federal em Juiz de Fora.

É cediço que o Leão é o mandachuva na Receita Federal do Brasil, afinal, no topo da cadeia alimentar, é o animal que, por definição, incorpora o cobrador de impostos, aquele que sempre avisa quando vai atacar, é leal e justo.

Na Delegacia da Receita Federal em Juiz de Fora, onde trabalho há cinco anos, esse trono foi colocado em risco. Aqui o leão ruge, mas quem manda é um galo, e não um qualquer, é o Galinho Galizé.

Em meados de 2017, surgiu do nada em nosso estacionamento, que também é um ambiente bem arborizado e ajardinado, um galinho da “marca” galizé. O encantamento dos servidores e colaboradores terceirizados foi automático. A adoção foi espontânea: alguns trouxeram milho, outros, ração, uma cuia para água surgiu. Se perguntava e nunca achava quem providenciou isso ou aquilo.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Como um galo não vive feliz sem uma parceira e, como todos devem conhecer a teoria da geração espontânea ou abiogênese, eis que, de alguns utensílios e outros materiais inanimados surgiu uma galinha, e por incrível que pareça, galizé.

Quem fez a teoria funcionar, até hoje, é desconhecido. O certo é que o autor caprichou ao trazer uma parceira em idade plenamente reprodutiva.

Já vi muita coisa em meus tantos anos de serviço público e, em particular, nos meus tempos de roça. Já capinei (na verdade, carpia, no linguajar de então), trabalhei na lavoura de café, de arroz, de milho, já plantei e já colhi muitos alimentos, mas nunca havia visto uma caminhonete, apreendida há muito tempo, gerar, pela teoria acima, tantos pintinhos.

O fato concreto é que o nosso Galinho Galizé não perdeu tempo e não se fez de rogado. Mal a parceira chegou, enamoraram-se, casaram-se e constituíram família. E a ninhada, na carroceria da caminhonete, foi espetacular.

Na verdade, os primeiros ovos foram devorados. Avisaram-me do fato de terem localizado o ninho e que os primeiros ovos tinham sido devidamente cozidos e mandados para o papo. Como sou o responsável pela logística da Delegacia não perdi tempo. Nisso mando eu, pontuei! Deixem que o casal dê fluxo à vida!



E assim foi feito! Além dos ovos devorados, a donzela colocou mais treze, resultando em onze pintinhos saudáveis.



Mas, como todos sabem, pintinhos crescem, viram “pitussos” (como dizia minha saudosa mãe) e depois franguinhos. E o problema agora era deixar que seguissem reproduzindo, o que, convenhamos, desvirtuaria as funções da Delegacia.

Não, a alimentação não era problema. Na mesma proporção que surgiam os rebentos surgia também o alimento. De onde vinha, sempre era segredo. Almas bondosas não faltavam! E eles se esbaldavam.

Nesse ínterim, a geração espontânea fez surgir mais uma galinha. Agora já era demais! Estavam sacaneando o responsável pelo terreiro, quer dizer, pela logística.

Tivemos que providenciar a doação dos rebentos, até porque algumas reclamações começaram a surgir. Os ditos cujos não se contentavam em ciscar pelo estacionamento. Começaram a voar sobre os carros e, conseqüentemente, alguns arranhões apareceram!

A mesma teoria do surgimento fez acontecer o desaparecimento. Com a doação dos rebentos, a parceira reprodutivamente ativa



desapareceu. A outra também! Decerto algum elemento viu nela mais que isso, talvez um suculento frango caipira, galizé caipira no caso.

O fato é que o galinho galizé ficou sozinho. Talvez tenha exagerado no apetite sexual! A vida é assim, exageros sempre acabam mal!

Mas talvez o sumiço tenha outra explicação. Abaixo. Uma gambá com seus filhotes! Dizem que eles não comem galinhas, mas sei não! Bem, essa é outra história!



Mas hoje, se você chegar no início da manhã ou no final da tarde encontrará nosso Leão, quer dizer, nosso Galinho Galizé, mostrando suas garras, opa, sua goela, em cima da placa de inauguração do prédio!

Aqui não Leão, aqui é Galo!!!



Histórias de Aduana - o assalto interrompido

Ney Carline Limonge

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRF/Rio de Janeiro-RJ

Ingressou na RFB em janeiro de 1994/1995 - Porto de Rio Grande, atuando na Aduana, Análise documental, Desembarço aduaneiro e Vigilância Aduaneira. Em 1995/1996 - Alfândega de Viracopos, atuando no Desembarço Aduaneiro, Perdimento, Courier, Manta, Trânsito, etc. E em 1996 até dias atuais: DRF - RJ1 e 2 Fiscalização PF/PJ - Chefia da Malha PF em 2000 e grupos fiscais, atualmente Assessor no Gabinete DRF-RJ1.

O primeiro concurso de remoção que participei ocorreu quase dois anos após começar minhas atividades na RFB. O ano era 1995 e, até então, havia trabalhado unicamente na Alfândega do porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Minha ida para aquela cidade gaúcha foi repleta de expectativas, pois representaria grandes mudanças em minha vida. A primeira delas seria sair do Rio de Janeiro, cidade na qual vivia por quase 30 anos.

Tornar-me funcionário público também foi uma grande virada. Antes disso, trabalhei em empresas privadas que sofriam os efeitos, quase sempre negativos, dos planos econômicos das décadas de 80 e 90.

Além disso, mudei a minha profissão. Minha formação de Engenharia não iria servir para muita coisa naquele momento.



Um pouco da experiência na Aduana

Em Rio Grande, iniciei minhas funções no setor Documental, analisando a Declaração de Importação (DI) e seus anexos, tarefa bastante burocrática. Sendo assim, tão logo surgiu uma oportunidade, saí do histórico prédio da Alfândega e fui trabalhar no porto, que ficava às margens da Lagoa dos Patos.

Lá estando, costumava observar todos os detalhes daquele novo universo: os navios, tripulantes, guindastes, empilhadeiras, caminhões, guarda portuária, enfim, tudo mesmo. Estava sempre alerta.

Passei por vários cargos no porto, sendo que o que mais tempo ocupei, foi o de chefia da Vigilância Aduaneira, setor em que permaneci até minha remoção.

Saudade de casa

Desde o princípio eu sabia que um dia sairia de Rio Grande, só não sabia quando. O desejo de retornar ao local de origem era o papo corrente entre os mais de 30 fiscais recém-nomeados que tiveram aquele porto como primeira lotação. Me lembro bem que, quase todas as conversas durante nossos encontros, giravam em torno da volta para casa.

Eu não ficava ansioso para me mudar, mas o frio intenso, saudades da família e o vento Minuano faziam com que sentisse saudade de meu antigo lar. Por este motivo, assim que surgiu o concurso de remoção, resolvi me inscrever.

O concurso de Remoção

Não havia vagas para o Rio de Janeiro. Eu deveria, então, fazer uma escala antes de retornar de vez para minha cidade natal. Dentre os locais



oferecidos estavam Santos, Campinas, Foz de Iguaçu, São Paulo (Guarulhos).

Tinha preferência por Santos, pois é muito semelhante ao Rio de Janeiro, seja na geografia, seja no clima. Além disso, durante minha infância, Santos era a cidade em que passava minhas férias, pois eu tinha seis primos que moravam no bairro de Aparecida, perto da balsa que ia para o Guarujá. Naquele tempo, a atração para mim era visitar a casa de Pelé, na Ponta da Praia, ídolo que ainda jogava futebol pelo Santos.

Entretanto, não me lembro a razão, escolhi Campinas como minha primeira opção no concurso de remoção. Talvez não acreditasse que poderia ir para lá, pois pensava que esta promissora cidade do interior paulista estivesse na preferência de muitos na minha frente. Mas para minha surpresa, não estava, e Campinas foi o meu destino, iria trabalhar na Alfândega do Aeroporto de Viracopos.

Não fiquei chateado por isso, afinal, a maioria de meus seis primos de Santos agora moravam em Campinas. E tal como fiz em Rio Grande, ao chegar me hospedei em um hotel até encontrar um bom imóvel para alugar.

A Alfândega de Viracopos

Assim que me apresentei em Viracopos fui alocado para a seção Documental. Logo notei grande diferença para o trabalho anterior, pois a rotina de um aeroporto é muito mais dinâmica do que a de um porto. Enquanto no porto analisava os documentos dias antes da chegada da mercadoria, no aeroporto a documentação era produzida quase que na hora em que o avião aterrissava.

Naquele final de 1995, pouco tempo depois da abertura proporcionada por Collor, o comércio exterior ficou bastante



desenvolvido. E sendo o estado de São Paulo o mais industrializado do país, e o aeroporto de Viracopos o maior em movimentação de carga da América Latina, pode-se deduzir que não faltava o que fazer naquele lugar.

Diferente de Rio Grande, que era um porto exportador de grãos de soja, importador de adubo e trigo e matéria-prima para a indústria gaúcha, em Viracopos era grande a importação de partes e peças de equipamentos de linha de produção; equipamentos eletrônicos como telefones celulares (na época o StarTac da Motorola era o top), protótipos e amostras de bens de consumo. Ali também era uma espécie de hub das grandes empresas de courier na época.

O inspetor de Viracopos adotava o sistema de rodízio nas atividades de trabalho. Após a “documental”, fui desembarçar mercadorias no armazém. Depois passei pela bagagem, courier, trânsito, perdimento, locais onde pude vivenciar diversos casos pitorescos. E dentre muitos, um deles me veio à cabeça, o que irei contar agora.

O MANTRA

Havia em Viracopos um setor para trabalhar conhecido como MANTRA. Este Mantra nada tinha a ver com os rituais hindus ou budistas. Era simplesmente um acrônimo de MANifesto e TRAnsito, e tratava-se de um sistema de computação onde o auditor, após análise da documentação, corrigiria as inconsistências das informações entre o manifesto de carga e a mercadoria efetivamente chegada. Qualquer diferença entre os dados deveria ser justificada, fossem mudanças na mercadoria, peso ou quantidades.

Eu fui designado para ser o responsável pelo MANTRA e passava o dia olhando números, desde o número do Airway Bill (AWB), a nota que acompanhava a mercadoria no avião, número do voo, data, hora, até o número da armazenagem da Infraero, e posso garantir que trabalhar com o MANTRA não era nem um pouco atraente.



Todos os dias a rotina era a mesma: sentava no computador e digitava números. Nesta época, ficava incapaz de decorar qualquer coisa, pois só conseguia armazenar um dado na memória por tempo suficiente para digitar no computador. Em seguida ele sumia de minha mente.

Apesar disso, eu não desgostava deste trabalho que, diga-se de passagem, era dos menos populares do aeroporto. Ninguém queria ser alocado para lá, e eu, surpreendentemente, era o mais produtivo nesta área, chegando a tornar-me referência em MANTRA no país.

Sentia-me orgulhoso quando colegas do Galeão e de outros aeroportos telefonavam para tirar dúvidas e aprender como fazer determinadas tarefas naquele sistema. O Notes ainda não existia.

A sala do MANTRA

Um aspecto negativo em se trabalhar no MANTRA era a sua localização geográfica. A sala de trabalho ficava numa das extremidades de Viracopos. Dependendo por onde entrasse, deveria caminhar bastante para chegar até lá. Recebia pouquíssimas visitas dos colegas.

E por ficar tão afastado das demais dependências do aeroporto, eu costumava utilizar uma entrada lateral secundária. Estacionava meu automóvel do lado de fora, à beira da estrada, mas próximo a uma guarita de segurança da Infraero por onde trafegavam caminhões de carga.

Em 1996 já existia a preocupação com a violência. Por diversas vezes assisti a telejornais que davam notícias sobre assaltos a aviões pagadores do Banco do Brasil em aeroportos próximos a Campinas. Aconteceram casos em Ribeirão Preto e Limeira. “Isso nunca acontecerá em Viracopos”, pensava quando via tais notícias. Afinal, Viracopos era, e ainda é, um aeroporto de grandes dimensões e cercado de segurança.



O Almoço

Para não perder tempo caminhando até o único restaurante que havia, que era o da Assefaz, e que ficava bem longe de onde estava, eu preferia levar a comida de casa e fazer as refeições na própria seção. Eu costumava estar sozinho nesta hora, mas às vezes alguém trabalhava comigo e acabava ficando por lá também.

Numa ocasião, um colega cujo nome era Lino e que tinha origem asiática, estava almoçando comigo, quando uma quadrilha, especializada em assaltos a aviões do Banco do Brasil, resolveu atuar justamente em Viracopos.

O Assalto

Começou pela entrada lateral do aeroporto, a mesma que utilizava, a poucos passos da sala do MANTRA, exatamente onde eu e Lino almoçávamos. E tudo parecia correr bem. Vários indivíduos fortemente armados com fuzis, metralhadoras e outras de menor calibre, estavam seguindo o script que provou ter sucesso em outras ocasiões, quando de repente, um coadjuvante que não havia lido o roteiro resolveu estragar a festa.

O segurança da guarita, pela qual o grupo tentava passar, resolveu reagir ao assalto. Munido com uma pistola calibre 38, saiu atirando nos assaltantes. A reação foi imediata e nesta hora sobraram balas para todos os lados.

A experiência do Rio de Janeiro

Ao som do primeiro tiro reconheci de imediato que foi proveniente de uma arma de fogo. E como morador do Rio de Janeiro de longa data,



acostumado com tiroteios nos morros do Borel, Salgueiro, Turano, joguei-me no chão de imediato, por puro reflexo, a fim de me proteger.

Estando deitado em meio ao fogo cruzado, observei meu amigo Lino fazendo sua refeição sem se abalar com o que estava acontecendo do lado de fora. Foi quando gritei: “Lino, isso é tiro. Se proteja!!!”. Ele meio que desorientado, talvez pelo inusitado da situação, jogou-se no chão e ficou atrás de uma mesa de metal.

Finalmente, após mais de um minuto de um intenso tiroteio, a quadrilha desistiu da empreitada e fugiu sem ser importunada, mas também sem nada levar. O segurança milagrosamente escapou ileso.

Ainda se viam sinais de fumaça, quando funcionários e curiosos se aproximavam e recolhiam os projéteis deflagrados para guardar como souvenir do assalto não consumado, antes mesmo da perícia chegar. Foi possível observar perfurações de bala pelas paredes em tudo que era lugar.

Epílogo: A ironia

O fato de ser um autêntico carioca, acostumado a diferenciar o estampido de uma arma de fogo dos fogos de artifício, me valeu muito nessa hora. Mais ainda porque serviu para alertar um companheiro que poderia ser atingido por uma bala “perdida”, o que seria trágico.

E após descrever o ocorrido a dezenas de amigos e à polícia, finalmente fui voltar para casa feliz por ter cumprido com meu dever e de ter uma história nova para contar. Ao pegar meu automóvel, próximo à guarita onde tudo aconteceu, verifiquei que meu carro havia sido atingido por alguns disparos, sendo que um dos tiros atravessou o porta-malas, passou pelo meio do banco do motorista, indo a bala se alojar caprichosamente no painel do veículo. Por sorte eu não estava no interior, pois, de outra forma, não estaria aqui contando esta história.



O prejuízo foi apenas material. Acionei o seguro e este levou poucos dias para autorizar o reparo numa concessionária Volks. Mas até eu levar lá, continuei utilizando o automóvel, que tinha placa do Rio de Janeiro, pelas ruas de Campinas. E por onde passava, quando as pessoas notavam os furos de bala no carro, diziam: “Como o Rio é violento...»



Imposto de renda não é brincadeira

Ana Emilia Baracuhy Cavalcanti
Auditor-Fiscal da RFB - SRRF04/Recife-PE

Ingressou na SRF em 15/05/1991, no cargo de Técnico do Tesouro Nacional. Empossada no cargo de Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional em 16/12/1997. Exerceu a função de Assistente na SRRF04, de 07/10/1992 a 01/12/1994 e de 14/12/1997 a 03/04/1998. Chefe do Serviço de Recursos Humanos da SRRF04 de 03/09/2001 a 20/03/2005. E Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas da SRRF04, de 21/03/2005 a 19/01/2017. Superintendente-Adjunto da 4ª Região Fiscal, a partir de 20/01/2017.

Meu primeiro contato com a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) se deu de forma indireta enquanto observava o meu pai estudando manuais, organizando documentos, fazendo contas e mais contas, decifrando os campos dos formulários em papel para fazer a declaração do Imposto de Renda.

As recordações mais antigas que preservo remontam aos anos 1970, quando ainda era criança. Utilizando uma máquina de escrever manual Remington, ele fazia sua declaração anual de Imposto de Renda da Pessoa Física. Por sobre a mesa, uma profusão de documentos e formulários, anotações a lápis e papéis com cálculos feitos à mão. Uma calculadora manual Facit auxiliava em algumas operações. Tendo ao lado o manual de preenchimento da declaração de ajuste anual do Imposto de



Renda Pessoa Física, ia fazendo um rascunho da declaração no formulário em papel, antes de torná-la definitiva em sua inseparável Remington.

Recordo-me que alguns parentes e amigos acorriam à nossa casa, à noite ou nos fins de semana, para que papai fizesse, gratuitamente, suas declarações do Imposto de Renda. Enquanto se debruçava sobre comprovantes, contas e documentos em sua biblioteca, mamãe fazia sala para os visitantes, os quais, invariavelmente, demonstravam apreensão sobre o valor do imposto que teria que ser pago. Alguns eram mais inquietos e, de tempos em tempos, faziam o trajeto terraço-biblioteca-terraço para ver uma parcial de sua declaração, num evidente nervosismo que o ajuste das contas com o Leão da Receita provocava.

Se, depois da entrega da declaração, recebessem correspondência do fisco, instaurava-se o pânico. Acho que sequer conseguiam ler o documento antes de conversar com meu pai. Até comparecerem à Receita Federal munidos dos elementos comprobatórios de seus bens, receitas e despesas, acredito que nem conseguiam dormir. Pelo menos assim me parecia, em minha ótica infantil.

Com minha pouca idade, não entendia o que se passava. Via sempre a mesa atulhada de papéis e de formulários, azuis ou verdes, se a memória não me trai. O cesto de lixo, ao longo do trabalho, ficava abarrotado deles. Eram os rascunhos descartados. Os formulários em branco eram matéria-prima para brincar. Sim, minha irmã e eu fazíamos a festa com os manuais de preenchimento e os formulários. Nas intermináveis brincadeiras infantis, onde a imaginação não tem limites, canetas coloridas transformavam aqueles sisudos papéis numa verdadeira aquarela. Sabe-se lá a graça que víamos em rabiscar declarações do Imposto de Renda!

Essa foi a rotina durante anos, até que os formulários deixaram de ser atrativos para nós, recém saídas da infância, embora o rito anual de



prestação de contas com o Fisco federal prosseguisse. Os papéis passaram a ir, então, direto para o lixo, sem ganharem tonalidades coloridas e garranchos infantis.

Guardo ainda desse período, a lembrança da campanha institucional do Programa do Imposto de Renda estrelado por um leão nos anos 1980. Não entendia absolutamente nada, mas gostava das cenas do leão atravessando a rua ou sobre a mesa de um escritório. E até saber o que é declarar o Imposto de Renda, os formulários representavam apenas mais uma atividade lúdica para minha diversão.

No fim dos anos 1980, quando começamos a estagiar e a trabalhar, os rendimentos das filhas foram incluídos na declaração do Imposto de Renda de papai, situação que perdurou até passarmos a declarar nossos próprios rendimentos. Iniciamos os anos 1990 com a possibilidade de entregar a declaração em meio magnético, em um disquete. Migramos para este formato enquanto ele permaneceu fiel ao conhecido formulário em papel e à sua máquina de escrever manual. Mas antes que a Receita Federal abolisse de vez a entrega por formulário, o que se deu no exercício de 2011, ano-calendário de 2010, já havia aderido ao uso do programa informatizado do IRPF, delegando a mim a atribuição de cuidar de sua declaração.

Quando eu rabiscava formulários do Imposto de Renda, ainda não sabia responder à pergunta: “o que você vai ser quando crescer?”. Mas, se alguma resposta eu tivesse àquela época, certamente não seria: funcionária da Receita Federal...

Curiosamente, em 20 de novembro de 1990, iniciei o programa de formação - 2ª etapa do concurso público para o cargo de Técnico do Tesouro Nacional. Mesmo que esta não seja a data do meu vínculo funcional, que só veio a se dar no ano seguinte com a nomeação, gosto de considerar que minha história com a RFB começou na data em que o órgão formalmente aniversaria.



Logo mais, a Receita Federal irá celebrar seus 50 anos de criação. E eu, na mesma data, completarei 28 anos de um relacionamento feliz com esta casa. Cheguei bem no momento da informatização acentuada do órgão e dos grandes avanços tecnológicos que conferiram segurança, rapidez e facilidade no preenchimento e na entrega da declaração do Imposto de Renda e em tantos outros serviços que a instituição presta à sociedade brasileira.

Imagino que as crianças de hoje não teriam nenhum interesse em brincar com formulários de Imposto de Renda. Os tempos mudaram. Outras tecnologias levam para os pequenos as informações sobre tributos. O leãozinho é o personagem que faz esta ponte educacional.

Para mim, essas recordações da infância fazem parte da minha história pessoal de respeito à Receita Federal do Brasil. O meu pai me ensinou, com seu exemplo, o exercício responsável da cidadania, ao cumprir com suas obrigações tributárias, observando os prazos legais e a prestação de informações fidedignas ao fisco. Com ele aprendi que Imposto de Renda não é brincadeira. E que Receita Federal é coisa séria e essencial para o país.



Meus 40 anos

Sidney Vaz Duarte

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRF/Uberlândia-MG

Ingressou na Receita em 03/02/1993 e atua como supervisor de equipe de fiscalização.

Em 18/08/1978 nasci em Uberlândia (MG), com o nome de Delegacia da Receita Federal, gestada com muito carinho, oriunda da até então Agência da Receita Federal e fruto do vertiginoso crescimento que a cidade começava a vivenciar. Meu corpo funcional inaugural, escolhido a dedo em vários lugares, era em essência um organismo cuja substância irradiava com plenitude uma energia proativa.

Rapidamente, no afã de um aprendizado diário, com esmero e dedicação dominei com habilidade singular a nova estrutura. Aprendi a pronunciar com notável fundamentação, conquistando respeito e admiração, e a caminhar segura rumo ao arquétipo de uma instituição anelada por essa pujante cidade. Minha infância foi rica e denotou um prodigioso quadro de servidores.

Não tardou e cheguei à adolescência e aos anos juvenis. Não imune às vivências próprias do amadurecimento, desenvolvi minha identidade com questionamentos, com participação efetiva na construção



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

do conhecimento. Apesar da espontaneidade, alegrias e carências, descobri que minha espinha dorsal estava lastreada em princípios incorruptíveis de ética e de justiça.

Destarte, ingressei na vida adulta, com perspectivas bastante promissoras, conceito elevado e status propício para novos desafios e uniões. O flerte com a Secretaria da Receita Previdenciária (SRP) foi inevitável, o tempero da razão com a sensibilidade, a união, a alegria, a solidariedade, a humildade e amizade trazidas pelos colegas previdenciários culminou com o enlace matrimonial em 02/05/2007, aos 28 anos, tornando-nos um único órgão, numa vida de cumplicidade e compartilhamento de experiências e conhecimentos.

Hoje, chego aos meus 40 anos de idade. Em um sublime processo de retrospectiva, vislumbro com gratidão e saudades, tantas pessoas que colaboraram sobremaneira em minhas lutas e desafios, que prodigaram o melhor de si, de sua dedicação, de suas inteligências e de sua vida profissional.

Contemplo também, no horizonte, um futuro pleno de novas frentes de trabalho, de um perene processo de capacitação e atualização, que faz reverberar em meu ânimo uma eterna disposição de me adaptar às novas realidades e de, com sublime zelo, cumprir o objetivo de disseminar justiça e de prover o Estado dos recursos necessários à promoção do bem-estar social.

Gostaria de render minhas homenagens a cada um desses personagens que escreveram de forma indelével a história dessa Delegacia, desde àqueles encarregados dos mais singelos, porém necessários labores, como de higiene, de segurança, e das demais modalidades de apoio, até os daqueles que estiveram e estão investidos em cargos de liderança, com a missão de nos conduzir de forma equilibrada, tanto nos tempos de turbulência como nos de bonança.



Porém, a cautela me alerta da possibilidade de injustamente esquecer de citar algum nome. Portanto, elejo um único nome, por meio do qual, agracio a todos. Seu nome é Edival Rodrigues Dias. Quem teve a felicidade conhecê-lo, de conviver e de trabalhar com ele, certamente entenderá a razão de sua escolha.

Edival ingressou na Receita Federal em 10/01/1994, sendo lotado nas Unidades Centrais, em Brasília (DF). Em 28/09/1995 foi removido para a DRF/Uberlândia, onde, com acerto, foi empossado como Chefe do CAC (Centro de Atendimento ao Contribuinte), que conduziu com galhardia. Além dessas atividades, exerceu a Chefia da Seção de Orientação e Análise Tributária (Saort), participou também da elaboração do Manual da DIPJ e de Equipe Regional de Compensação, dentre outros trabalhos relevantes.

Edival, nosso saudoso amigo, era um ser maravilhoso, tinha estampado em sua fisionomia um sorriso, uma cortesia sem igual, dominava a arte de ouvir com atenção e respeito os reclames de contribuintes e servidores, e, por fim, sempre ofertava uma palavra conciliadora e de profundo saber. Era um mestre nato, com uma docência e uma didática surreais, apenas com um lápis e uma folha de papel rabiscava como um artista, traduzindo aos pobres mortais o alcance e o espírito das Leis, Portarias e Normas de Execução.

Sempre tinha tempo para todos. Era um pai de família exemplar, um dos mais notáveis expoentes que por aqui passou. Um dia, precisamente dia 19/02/2007, no retorno do carnaval, vindo da sua amada terra natal, quiseram os desígnios de Deus que, em um trágico acidente, Edival, sua esposa e suas duas filhas nos deixassem. A regeneração dessa dor está consignada em uma cicatriz que não deixa olvidar a imensa saudade que sentimos de você, querido Mestre. Destarte, Edival, uma salva de palmas a você, extensiva a todos que por aqui passaram, aos presentes, e aos que estão por vir.

E a vida continua, aguardo ansiosamente pelas homenagens de meu cinquentenário!!!



Minha história de trabalho da Receita Federal do Brasil

Antônio Cardoso da Rocha Filho
Assistente Técnico-Administrativo - DRF/Santarém-PA

Ingresso em 06/03/2015, desempenha funções ligadas ao Scdp, Siafi, Siasg/Logística.

Sou um piauiense arretado, daqueles que não têm medo de “encará” o amanhã. Coragem não falta! Pois bem! Agora vejamos um pouco de minha história de trabalho na Receita Federal do Brasil:

Sou filho de lavrador, lá de uma cidadezinha do Piauí, no Brasil, lá “praqueles” bandas do Nordeste, chamada José de Freitas (faz parte da região metropolitana da Grande Teresina). Saindo de lá, ao norte do estado, se dá de “cara” com oceano Atlântico, e passando de lá, já é Europa.

Ao deparar com minhas lembranças, neste momento, vislumbro o dia em que fui tomar posse no cargo de Assistente Técnico-Administrativo, na Delegacia da Receita Federal do Brasil, na cidade Santarém, no Pará. Naquele justo dia, lembro como hoje, quando resolvi realizar a viagem já era mais de meio dia, e como eu já tinha decidido que queria trabalhar na Receita Federal do Brasil e aquela era minha oportunidade, tinha que tomar uma decisão, mesmo minha filha Dávila Rakel estando internada no



hospital infantil da MedImagem, em Teresina (PI), pois tinha passado por uma cirurgia cardíaca.

Naquele dia fui na casa do tio “Riba” (irmão de meu pai que mora em Teresina) e falei que iria viajar para o Pará. Pedi para não avisar pra minha mãe e nem meu pai que faria tal viagem, pois não queria preocupá-los, ligaria quando chegasse em Santarém, e assim fiz. Deixei minha esposa tomando de conta da Dávila no hospital e segui ao tão sonhado destino, pois tinha pesquisado a distância da viagem e em minhas contas levaria entre dois dias e meio a três dias e tinha prazo para me apresentar para tomar posse e entrar em exercício.

Peguei a estrada, já eram em torno de 14h30 do dia 03 de março de 2015 (uma terça-feira). Atravessei a ponte da amizade entre Teresina (PI) e Timon (MA), segui a viagem, passei em Caxias (MA), Bacabal (MA). Quando cheguei em Santa Inês (MA) já eram em torno de 19h, de onde liguei para o meu tio para informar que estava tudo bem e que já estava naquela cidade.

Porém, como sabia que a viagem era longa, resolvi andar mais um pouco, passei em Buriticupu (MA) e fui dormir em um vilarejo bem após essa cidade. No dia seguinte (04/03/2015 – quarta-feira), peguei a estrada, passei por Marabá (PA), Novo Repartimento (PA) e fui dormir em Pacajá (PA). No dia seguinte (05/03/2015 – quinta-feira), segui viagem, passei em Altamira (PA), Medicilândia (PA), Rurópolis (PA) e, finalmente, quando cheguei em Santarém (PA), já eram, aproximadamente, 17h30.

Encarei mais de 2 mil quilômetros, cortando Transamazônica a dentro, só eu, Deus e meu velho e bom carango. Já em Santarém (PA), procurei um lugar para me alojar, fui passear pela cidade e conhecer os principais pontos, onde ficam o Fórum, a Receita Federal, dentre outros. E, no dia seguinte (06/03/2015), fui tomar posse e entrar em exercício. Esta é minha maravilhosa história de trabalho na Receita Federal do Brasil.



O ato administrativo perfeito

Carlos Eduardo Coelho Macedo
Analista Tributário da RFB - ARF/Petrópolis-RJ

Ingressou no cargo em junho de 2002, na DRF Santarém, na área de tecnologia, em 2004 passou a trabalhar na IRF Barcarena, no Porto da localidade, na área aduaneira, de 2007 em diante na ARF Petrópolis atendendo o contribuinte.

Para quem não se lembra, o título não é nenhuma afirmação arrogante, é tão somente como se identifica o ato administrativo executado estritamente de acordo com o que a lei prevê.

E ainda no contexto da teoria, a vinculação dos atos administrativos é sempre passível de ser elevada ao seu mais alto grau, com o som do chicote repercutindo em nossos ouvidos, se manifestando, dizendo que não era isto que estava escrito, ensejando sempre a ameaça a quem procedeu com o ato, de se ver frente a frente com os rigores das penas da lei, ainda que a palavra "penas" revele determinados sentimentos, ou tão somente, do que as aves se revestem.

A pena e a compaixão são sentimentos que muito nos perpassam, quando se atende ao contribuinte ou cidadão, quando se contribui na gestão de um cadastro, como o do CPF, que ocasiona de produzir tanta



história. Não seria por outro motivo que alguém levaria uma lápide do cemitério para um prédio público, tal como descrito por outro colega, em história já publicada, para se comprovar que uma pessoa já morreu.

Se desta forma tentou se provar um óbito, o que fazer para provar que se está vivo? Nada mais natural que se comparecer pessoalmente, ou que outorgue uma procuração, dando poder para seu representante afirmar isto, e aí se inicia a agrura: quando o representante, com uma idade por volta dos 75 anos, se apresenta alegando que seu pai terá o pagamento do benefício do INSS cortado no mês seguinte, segundo o banco que faz o pagamento, pois o seu CPF se encontra suspenso.

O que eu preciso? Identidades, do contribuinte e representante, e procuração na qual, além dos poderes estabelecidos, também indique onde este representante pode fazê-lo. Simples. Seria simples se nesta constasse algo mais, além de representar o cidadão tão somente no INSS e instituições bancárias, nem mais uma repartição pública.

Em caráter vinculado, ele deve comparecer conosco, ou assinar uma procuração, independente de ele ter 99 anos, já não enxergar direito, e ainda morar nos limites da zona rural da cidade, distante mais quinze quilômetros, além dos sete que ele teve que se locomover para meses atrás dar prova de vida no banco em que recebe seu benefício. Poderia-se acionar esta gravação, mas a realidade não se restringe a isto.

A vinculação nos atos administrativos enseja um caráter estreito para se agir. Não há como se atualizar um CPF desta forma. O cidadão está vivo? Somos induzidos a duvidar, não há como se agir sem a verdade, verdadeira. Permaneça a dúvida, e busquemos como alcançar a verdade, peçamos um tempo. O atendimento às pessoas nunca se restringe às horas em que as temos em nossa presença, até mesmo para ser mais fácil, menos doloroso, para dizer que não é possível de se fazer o que o contribuinte pretende.



Todas as possibilidades foram pensadas, mas entre as possibilidades e a razoabilidade há distâncias a serem percorridas. E em meio a estas distâncias, me ofereço para cumpri-la, comunicando para o representante que irei ao encontro do seu pai. Comento para a colega que vou de ônibus até o quarto distrito da cidade, e esta, sabedora da situação, e tão ou mais sensível que eu com a atenção às pessoas, me presenteia com uma carona de seu esposo até o destino.

O ato administrativo perfeito se revela, perfeito conhecendo uma pessoa que daqui algumas semanas vai completar 100 anos, ao lado de sua esposa de 98 anos, com casamento documentado numa certidão de casamento dos Estados Unidos do Brasil, com bodas de diamante já comemorada.

Ufa.



O menino cresceu

José Ivanildo da Silva
Assistente Técnico Administrativo - IRF/Santa Helena-PR

Concurso 2014, ingressou na RFB em 27/02/2015. Faz parte da Equipe Aduaneira e trabalha no atendimento ao contribuinte. Sua Unidade, jurisdicionada à Alfândega de Foz do Iguaçu, Fronteira ao Paraguai, atende Santa Helena, Diamante d'Oeste e São José das Palmeiras.

Em 1968 eu tinha onze anos, calças curtas, cabelo estilo americano e era bom na bolinha de gude, batia bafo no jogo de figurinha, colecionava gibis que trocava na calçada do cinema do bairro aos domingos e “fabricava” os melhores carrinhos de rolimã da vila. Tinha ferramentas à disposição, pois meu pai era mecânico de manutenção e encanador.

No resto do mundo estava acontecendo uma revolução que a gente nem se importava muito, era longe, lá no exterior. Estudantes em polvorosa na França, outros protestavam contra a Guerra do Vietnã, nos EUA Martin Luther King Jr. espalhava seu sonho de igualdade dos direitos civis para todos, em Praga o agito era chamado de Primavera. A peça “Hair” espantava o mundo por sua liberalidade, a nudez no palco e a trilha sonora composta por músicas agitadas demais para os pais e avôs da juventude de então.



E os hippies? Ah, os indivíduos do Flower Power com suas roupas coloridas e os dedos, indicador e médio, formando um V, acreditavam (ainda acreditam?) na flor vencendo o canhão, como cantou Geraldo Vandré num Festival Internacional da Canção, desses que marcaram época. No Brasil, estudantes foram presos durante um Congresso da UNE em Ibiúna no estado de São Paulo. No Rio de Janeiro uma passeata reuniu 100 mil pessoas protestando contra arbitrariedades. Eram estudantes, religiosos e artistas, trabalhadores, lutando por um país menos repressor.

No México a repressão matou pelo menos 40 estudantes após protesto contra a Olimpíada daquele ano. Atletas americanos entraram para a história por vencerem a prova e protestarem fazendo o gesto que os consagrou: braço erguido, cabeça baixa e punho cerrado, numa evidente homenagem ao grupo Panteras Negras. Em 1968 tivemos também a primeira greve no Brasil desde o início do governo militar.

Foi num ano assim, digamos, agitado, que nasceu a Receita Federal, no dia 20 de novembro de 1968, vinte anos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 que lhe deu as feições que possui hoje.

A Receita Federal cresceu, virou Receita Federal do Brasil, se modernizou e ajudou o Brasil a crescer. O menino também cresceu, e hoje ATA - PECFAZ, 50 anos depois, trabalha na Receita Federal do Brasil. Posso dizer que cresci junto, embora onze anos mais velho.

Interessante relembrar tantos fatos acontecidos naquele ano. Ter na memória esses acontecimentos faz a gente querer guardá-los para sempre, se não num pen drive, que seja num singelo relato, numa página do livro de Memórias da Receita Federal.



O rapto da DIRPF

Luíza Maria Rodrigues Pinto
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRF/Belém-PA

Assistente Técnico da SRRF, nomeada através da Portaria do Secretário da Receita Federal de 04/05/2017. Ingressou na Delegacia Regional do Imposto de Renda do Pará e Amapá em 20/05/1960, que foi posteriormente transformada em Receita Federal. Exerceu Chefias de vários setores, entre eles Divief, Secpof, Setec, Supervisão de Malha Fiscal. Aposentada em 05/01/2012.

Aos servidores que chegam hoje à Receita Federal e contemplam um órgão na vanguarda de muitas tecnologias digitais, principalmente na área do processamento da conhecida Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física ou, para os mais íntimos, simplesmente DIRPF, não conseguem imaginar que, um dia, só existiu a entrega da DIRPF em papel.

Mas já foi assim mesmo!

A DIRPF, preenchida manualmente, continha várias páginas e ainda anexos, e deveria ser assinada pelo contribuinte, seu procurador ou representante legal, quando da entrega na Receita Federal.

O ano era 1988, um ano místico para os chineses, pois 8 representava o infinito, 88, então, seria um ano de muita energia, e diziam



que qualquer negócio ou projeto iniciado naquele ano seria muito bem sucedido. A data de 8 de agosto era mais do que esperada no oriente, dada a união de todos os “8” e falava-se que assinar contratos às 8h (am/pm) daquele dia, seria uma garantia de pleno sucesso.

Mas também foi o ano da conquista do primeiro campeonato de fórmula 1 de Ayrton Senna, da promulgação da nossa atual Constituição, da despedida do “Velho Guerreiro”, nosso eterno Chacrinha, enfim, descobri mesmo que com 8 ou sem 8, foi um ano como qualquer outro, com muitas conquistas e perdas também.

Acredito que foi toda essa vibração cósmica que, anos mais tarde, conspirou para me fazer protagonista de uma inusitada história. Eu estava responsável pela equipe dos trabalhos de Malha DIRPF em um setor conhecido na época como Divisão de Informações Econômico-Fiscais (Divief), quando eis que veio à minha presença uma senhora portuguesa.

Ainda não havia Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) e o contribuinte dirigia-se diretamente ao setor responsável pelo seu assunto, razão pela qual a senhora estava ali, diante de mim, informando que estava com mais de 80 anos e não se conformava com o valor do qual estava sendo cobrada, referente ao exercício de 88, que seu contador haveria de ter informado alguma coisa errada na declaração que fez para ela e por isso estava gerando aquela cobrança indevida.

Era uma mulher falante, alegre, com muita energia, que nem idade e, tampouco, o uso da bengala que trazia nas mãos, tirava-lhe a disposição e altivez. Ela contou que foi campeã mundial de corrida e que veio morar no Brasil, fixou-se em Belém, vivendo de rendimentos de aluguéis de alguns imóveis que possuía na cidade.

Ocorreu que, naquele momento, ela não estava de posse da sua via da DIRPF/88 e, por isso, estava solicitando a respectiva cópia. Diferentemente de hoje em dia, em 1988 as DIRPF eram entregues à



Receita Federal e encaminhadas para o Serpro, que fazia o processamento manual e, após realizar a inclusão dos dados nos sistemas, numerava as declarações e as devolvia, juntamente com seus anexos, para a Receita Federal (delegacia jurisdicionante), que as arquivava.

Sendo assim, para que a contribuinte pudesse verificar o que havia gerado a cobrança de imposto que ela dizia desconhecer, buscou-se a declaração nos arquivos e foi entregue para tão simpática senhora.

Completamente em silêncio, ela olhava cada detalhe da declaração, manuseava as diversas folhas, os anexos, refletia, não esboçava qualquer reação, como se nada ali pudesse ser contestado, pois ali estava a DIRPF, assinada por ela, irrefutável, prova mais do que suficiente de que a autuação procedia.

Depois de folhear os documentos por mais alguns instantes, permanecendo sem proferir uma palavra, a senhora levantou, dobrou o documento, colocando-o rapidamente embaixo do braço e - para nossa surpresa - simplesmente saiu em disparada pelos corredores, provando que não havia mesmo omitido a informação de ter sido atleta e campeã mundial de corrida. Guardadas as devidas proporções, lembrou Ben Johnson, recordista da prova dos 100 metros rasos e que, em 1988, cravou incríveis 9,79 segundos em Seul. A diferença é que ele teve sua medalha cassada por ter feito uso de esteroides anabolizantes, manchando assim a sua carreira, mas ela não.

Foi tudo tão rápido que todos levantamos em seguida e saímos ao seu encalço, incrédulos. Tão logo a alcançamos no corredor, ela movimentava a bengala em nossa direção impedindo que nos aproximássemos, e dizia que não iria devolver a declaração de maneira nenhuma, porque a declaração era dela.

Ela dizia que nós mesmos tínhamos afirmado que aquela declaração era dela e não “a dela”, como estávamos tentando explicar



naquele momento, dizendo que ela iria levar apenas uma cópia que ainda seria feita, a partir daquela original e que ela precisava devolver.

Não adiantou muito, pois com a determinação de uma atleta corredora e campeã mundial, ela continuou pelos corredores do 5º andar do prédio até chegar a porta do elevador para acioná-lo, sendo que a cada aproximação de um de nós, ela se encostava na parede e ameaçava a todos com sua bengala, não dando margem a qualquer aproximação.

Só que também não estávamos dispostos a que ela acreditasse muito naquela história de que o “leão é manso” para ceder espaço à tão vitoriosa retirada. Mas não mesmo! Então, assim que o elevador parou, todos ficamos na frente da porta, impedindo que a contribuinte saísse; e cada um torcia para não receber a primeira, digamos, bengalada na cabeça.

Nesse momento, por conta de tanto barulho, várias pessoas foram atraídas para o hall do elevador, viam e ouviam a contribuinte repetir: “A declaração é minha e vou levá-la comigo a qualquer custo”. Entretanto, ela percebeu que seria preciso muito mais do que 8 ou 88 ataques de bengala para ter sucesso e conseguir sair dali com aquela DIRPF. Após muito questionamento e, para nossa satisfação, conseguimos recuperar a declaração.

Por muito tempo esse caso ficou sendo comentado não apenas pelos servidores da Receita Federal, mas do Ministério da Fazenda, prédio de 16 andares, do qual a Receita Federal ocupava alguns, juntamente com outros órgãos fazendários, e ficou o mistério: “Quem seria aquela mulher?!”. E como o povo aumenta mas não inventa, alguns acreditam até hoje que era uma espiã russa, no melhor “estilo Guerra Fria”, uma atleta de ponta, disfarçada para não chamar atenção, e que tentou fragilizar o órgão perante a opinião pública, burlando os seus controles, retirando uma DIRPF original dos arquivos mais do que confidenciais e guardados a sete chaves, digo, oito chaves, tamanho o grau da dedicação realmente infinita daqueles servidores.



O tempo não para

Cristiane de Lourdes Carneiro de Souza
Auxiliar de Informática/ALF/Porto de Itajaí-SC

Ingressou no dia 01/04/1986, pelo Serpro - Serviço Federal de Processamento de Dados, sempre prestou serviço na RFB - Itajaí. Atualmente trabalha no gabinete da Alfândega. É representante local do Programa Nacional de Educação Fiscal.

Sou Cristiane de Lourdes Carneiro de Souza, natural de Palmas, Paraná. Casei-me em 21 de dezembro de 1985 e vim morar em Itajaí (SC). Em março de 1986 meu marido soube de um teste que aconteceria da Receita Federal, em Itajaí, para uma vaga no atendimento. Quem iria contratar seria o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), mas era para prestar serviço na Receita Federal.

Comentou comigo em casa e resolvi me inscrever em razão de que, na empresa em que eu estava trabalhando há pouco tempo, tinha que trabalhar no sábado de manhã e meu esposo não trabalhava aos sábados. Na época houve muita procura, e a Chefia da Administração da Receita Federal, aqui de Itajaí, resolveu fazer a prova em uma sala na Universidade. Passei e estou até hoje, trabalho nesta instituição maravilhosa e tenho muito orgulho, exatamente há 32 anos e 4 meses.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Comecei no dia 01/04/1986 a trabalhar com atendimento ao público e retaguarda. Lembro-me de que, quando me apresentei ao trabalho, a Chefe da Administração, Senhora Rosa Garcia Reis, falou-me que eu iria carimbar muito, e que nós trabalhávamos com bastante papéis. Com certeza, trabalhei com papéis e carimbei muito.

Na época fazíamos as consultas em microfichas; todas as consultas de CPF e CGC (antigamente chamado), agora CNPJ. Trabalhávamos muito com formulários em papéis como: IRPF, IRPJ, DIRF, DOI, DIPI, entre outros. Calculávamos as multas e juros também, para pagamento de Darfs. Na época da entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, guardávamos todas as declarações em uma sala de reunião da Receita Federal e separávamos por grupos: Grupo A - declaração com imposto a pagar; Grupo B – declaração com imposto a restituir; e Grupo C – declaração isenta.

Após a separação, eram encaminhadas para o Serpro pacotes com 50 declarações cada, por tipo de grupo. Os formulários de IRPF, juntamente com o manual de preenchimento, eram encaminhados para os endereços dos contribuintes que haviam entregado alguma declaração de Imposto de Renda.

Lembro-me que certa vez chegou um contribuinte muito nervoso e disse-me que fora encaminhado o formulário para casa dele e junto um manual com explicações para se fazer a declaração, com várias simulações. O contribuinte veio questionar, pois não tinha todos os bens que constavam no manual e também não tinha os dependentes, alguma coisa estava errada. Aí expliquei que eram apenas orientações e que o manual não estava com o nome dele, era somente a etiqueta do correio com seu nome e endereço. Ele saiu aliviado.

Fazíamos exame preliminar nas Declarações de Importação, para pagamento dos impostos e, depois disso, os despachantes as traziam de volta, para que pudéssemos fazer os registros. Utilizávamos uma máquina



de perfurar papéis, colocávamos o número em sequência, a data, e perfurávamos o documento de importação, então passávamos para a Seção de Controle Aduaneiro, para que o Fiscal da Receita Federal fizesse o exame documental e o desembaraço da Declaração de Importação.

No começo dos anos 90 veio um (01) computador “Cobra” para toda a unidade utilizar. Nele tínhamos que inserir um disco de 8 polegadas. Para podermos aprender a trabalhar no computador, fizemos um curso; veio de Curitiba um servidor da Receita Federal para nos ensinar a acessar e fazer as pesquisas que precisávamos. Desde o primeiro contato que tivemos com o computador foi frisado que a senha era sigilosa e intransferível; tínhamos muito receio em acessá-lo e, sempre com muito cuidado, para ver se não tinha alguém olhando, para não descobrir a nossa senha.

O computador ficava numa sala ao lado do gabinete do inspetor. Na época o inspetor era o Sr. Ademar José Vieira, que criou uma escala de dias e horários para utilização do mesmo, por seção. Às vezes não dava muito certo, pois quando acabava o horário estipulado da seção, tínhamos que parar o trabalho para dar lugar para outro servidor acessar o computador.

Quando paro e penso na transformação que houve daquele tempo para os dias de hoje... É inacreditável o avanço da tecnologia e da forma que trabalhávamos! Formulários em papel não existem mais, cálculos de multas e juros manualmente também não mais fazemos, hoje temos uma CPU em cada mesa de trabalho e dois monitores para podermos abrir as telas alternadamente. E isso ocorreu há muito pouco tempo, aproximadamente 30 anos. E daqui a 30 anos, como estarão os trabalhos na Receita Federal?



Operação Astrasail

Jonas Vagula

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - IRF/São Sebastião-SP

Tomou posse na RFB em 04/01/1993, atualmente em exercício no Grupo de Vigilância e Repressão do Litoral Norte/IRF/São Sebastião.

Ilhabela, localizada no litoral norte do estado de São Paulo, é um conhecido destino turístico paulista, muito procurado por veranistas e por praticantes de esportes náuticos. É a maior ilha oceânica do Brasil, com 120 quilômetros de costa; também é considerada a “capital da vela”, isto, em grande parte, por conta do seu litoral recortado, ideal por proporcionar abrigos naturais às embarcações.

A ilha possui uma história muito rica, notadamente em relação ao período colonial, quando servia como ponto de abrigo para embarcações de corsários e piratas que dali partiam para investidas em vários pontos do litoral brasileiro. O mais famoso destes foi Thomas Cavendisch, pirata inglês que ocupou um saco (baía) na parte oceânica da ilha; o local hoje é conhecido como “Saco do Sombrio”, justamente por conta do apelido de Cavendisch: “Pirata Sombrio”.



Existem muitas histórias sobre este local, diz-se que muita pilhagem ainda permanece sob o solo desta enseada. Conjecturas a parte, passaremos a falar sobre o acontecido em outro saco da ilha, localizado na parte abrigada do canal de São Sebastião, o Saco da Capela, ponto de fundeio de centenas de pequenas embarcações de esporte e recreio, principalmente veleiros.

Além de outras tantas, uma equipe náutica da Receita Federal tem como função o controle de entrada e de circulação de embarcações estrangeiras na costa brasileira. Assim, a tripulação da lancha “Leão Marinho III”, da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em São Sebastião (SP), rotineiramente costuma checar a documentação, inclusive da nacionalização de barcos fabricados fora do país, ainda que regularmente cadastrados na Marinha do Brasil e já em nome de brasileiros.

Muita gente já deve estar pensando o quão estimulante seria trabalhar numa atividade como esta: belas paisagens, uma ótima e grande lancha, o vento na cara, o mar como horizonte, etc. Mas quase sempre este pensamento se dá ao arrepio de fatos como a exposição longa e duradoura da tripulação ao sol, as intempéries do tempo, a tensão do trabalho isolado (e por vezes perigoso), os problemas de logística, de mecânica, a fatigante rotina de preparar a marinharia no embarque e desfazê-la no desembarque, etc. Bom, minha opinião é de que navegar com segurança é sempre bom, mas, se for para você trabalhar no mar, é bom que se tenha o perfil de marinheiro, que esteja preparado para tomar decisões rápidas, solucionar demandas em equipe e que, acima de tudo, respeite o mar.

Bem, voltemos ao Saco da Capela, onde em outubro de 2014, encontrava-se, fundeado o veleiro chamado Astrasail, um catamarã (com dois cascos) muito bonito, grande, 44 pés de comprimento (cerca de 14 metros) e seis metros de boca (largura). Como sabíamos se tratar de um barco de fabricação francesa, registramos imagens e, uma vez em terra, analisamos todas as informações que pudemos juntar da embarcação e de seu proprietário, inclusive com o apoio da Capitania dos Portos.



Pois bem, concluímos ser forte a suspeita de tratar-se de mais um caso de fraude na “nacionalização” do bem. Este tipo de fraude, a grosso modo, consiste em trazer uma embarcação estrangeira usada para o país (pelo mar, velejando), sem o pagamento de impostos e sem procedimento regular de importação. Após isto, fraudar os documentos de registro da Marinha, obtendo matrícula brasileira para o barco, ou seja, fazendo uma analogia com um carro, seria como o cidadão brasileiro ir até um país vizinho, comprar um veículo usado por uma fração de seu preço no mercado nacional, e, mediante fraude no Detran, conseguir seu emplacamento, passando a circular livremente em todo o país.

Opa! Voltamos então a falar de piratas, pois estávamos diante de um pirata de Ilhabela! Não do Kavendisch, mas um pirata moderno, que teria, mediante fraude aduaneira e documental, introduzido irregularmente um barco no país, com valor de mercado superior a um milhão de reais!

De volta ao Saco da Capela, tentamos abordar o catamarã, mas, para nossa surpresa, descobrimos que o proprietário encontrava-se em viagem de férias na Europa. Isto dificultaria muito o procedimento de apreensão do bem... Quem assinaria o Termo de Retenção? Quem estaria disposto a ficar com o encargo de fiel depositário de um bem com valor superior a R\$ 1.000.000,00? Removeríamos a embarcação para onde, já que o nosso porto não tinha lugar adequado para um barco daquele tamanho? As dúvidas jorravam do mar!

Decidimos pela lacração do barco no lugar em que estava fundeado, ou seja, ali mesmo, no Saco da Capela, em Ilhabela. Isto a título precário, até que o proprietário retornasse do exterior. Assim também ganharíamos tempo para finalizar as buscas de provas da fraude, deixando para nomear o proprietário como fiel depositário do bem num momento seguinte, ou, no caso de recusa, levaríamos o barco para Santos, onde a Alfândega dispõe de espaço para garagem de embarcações.



Fixamos então o Termo de Lacração na entrada principal do barco, colocando nele o número do telefone funcional do nosso grupo. Pois bem, o tempo foi passando... Recebemos duas ligações do proprietário, com código de área da Itália, dizendo que em breve estaria de volta ao país tratando do assunto, etc. Parecia uma questão de tempo para que tudo terminasse como nos outros casos análogos anteriores, ou seja, com o perdimento da embarcação em favor da União.

Porém, numa tarde de domingo do mês de novembro, tudo começaria a mudar: terceiros entraram em contato com nossa equipe náutica, dando a informação de que o proprietário esteve a bordo do catamarã, rompendo os lacres e se evadindo do local com o barco.

Reboliço geral! E agora? A lancha “Leão Marinho III”, da IRF/São Sebastião, estava em manutenção, a tripulação toda dispersa na tarde de domingo, a Capitania dos Portos e os outros órgãos de fiscalização sem embarcações no mar naquele momento.

Bem, perdemos o bonde, ops..., o barco. Apesar dos diversos alertas para a Marinha e para as demais equipes náuticas da RFB, a perspectiva de se interceptar um barco nesta imensidão da costa brasileira era, efetivamente, bem próxima de zero.

O pior de tudo era que, além de ver o bem apreendido escapando pelo mar sem fim, não tínhamos prova de que o proprietário foi o autor da deslacrção e o mentor da fuga. Mais do que isto, poderíamos eventualmente responder pelo sumiço do veleiro, pois ele estava, de certa maneira, sob nossa tutela.

Foram dias angustiantes, pois a lógica inevitável era de que, a cada hora que se passava, menores seriam as chances de recuperação do bem.

Após 10 dias de completa ausência de notícias, recebemos com muita empolgação a informação de que o barco havia sido localizado e retido pela Polícia Federal numa enseada próxima à cidade de Ilhéus, no sul da Bahia! Viva!



Aqui abrimos um aparte para focar no fato de que a cidade de São Sebastião, com uma população inferior a 90.000 habitantes, de fato só possui instalações de órgãos com a envergadura da Receita Federal, Polícia Federal, Anvisa, etc, por conta da existência do porto comercial e do terminal petrolífero (o maior da América Latina). Isto faz com que o trabalho de cooperação seja muito próximo entre estes diversos órgãos, viabilizando, neste caso específico, nossa atuação em conjunto com os colegas da Polícia Federal local. Estes, com autorização judicial, efetuaram o monitoramento de ligações entre o proprietário do veleiro, que, para nossa surpresa, havia permanecido em Ilhabela, e o marinheiro contratado, que comandava a retirada velada do barco do território nacional, proporcionando a localização relativa do veleiro e a ação da PF em águas do sul da Bahia.

Maravilha! A embarcação estava “na mão”. Havia sido recolhida até o Porto de Ilhéus, com muita cooperação da IRF/Ilhéus, da PF, da Capitania dos Portos em Ilhéus. Metade do problema já estaria equacionado!

Como todo o procedimento administrativo, iniciou-se em São Sebastião. Considerando que haveria muita dificuldade da embarcação permanecer por muito tempo fundeado no porto de Ilhéus, onde, por exemplo, não havia píer de atracação adequado àquele tipo de barco (com dois cascos longos de 14 metros e mastro com 10 metros de altura), surgiu a necessidade de se trazer de volta a embarcação para São Sebastião, principalmente levando-se em conta o risco real de deterioração do patrimônio avaliado em 1 milhão de reais.

Inicialmente, cogitou-se a utilização de empresa de navegação, depois pensou-se em contratação de profissionais do meio náutico, mas tudo esbarrava, principalmente, na dificuldade e demora de um processo licitatório e no alto custo da empreitada. Foi então que surgiu a hipótese da



“solução caseira”, ou seja, a utilização da mão de obra disponível nos quadros das equipes náuticas da Receita Federal da Alfândega de Santos e da Inspetoria de São Sebastião.

Um tremendo desafio, encarado com um misto de entusiasmo e profissionalismo por todos aqueles a quem foi apresentado. Em poucos dias seguimos rumo a Ilhéus, em uma van da SRRF/8RF, lotada de equipamentos náuticos, ferramentas, roupas, salvatagem, etc, numa viagem rodoviária de dois dias.

Passados 20 dias desde a fuga de São Sebastião, estávamos nós em Ilhéus, a linda terra de Jorge Amado! Encontramos um barco já sem condições de navegabilidade, com velas rasgadas, sem equipamentos de navegação, motores com problemas de manutenção, etc.

O maior desafio parecia ser o estado das velas, mas estas logo foram despachadas de ônibus para Salvador, e voltaram em três dias já devidamente costuradas. Este intervalo de tempo foi o suficiente para adquirirmos todo o “rancho” e efetuar os ajustes mecânicos necessários. Uma correria danada!

O plano de navegação foi traçado para uma viagem paralela à costa, a cerca de 30 milhas náuticas (cerca de 55 quilômetros) do litoral, com previsão de três “pernadas”: Ilhéus-Vitória, Vitória-Rio e Rio-São Sebastião.

Todos a bordo! Saímos numa segunda-feira. As primeiras duas horas de navegação nos fizeram refletir sobre o tamanho da empreitada... o mar estava “grosso”, o veleiro começou a “caturrar” (rotação da embarcação no sentido proa - popa) e a balançar (jogando de um lado para o outro). Nos semblantes lia-se a preocupação disfarçada de cada um dos marinheiros.

A porta central da embarcação era corrediça e em vidro, ela batia forte de um lado para o outro, tentamos fixá-la às paredes utilizando as



fitas lacres da RFB (“Aberto pela Aduana do Brasil”), que eram repetidamente arrancadas pelo balanço do barco. Chovia e ventava muito, foram horas de sufoco... Teve marinheiro que acabou, involuntariamente, dando comida aos peixes. Pois bem, foi só no começo. Quando abrimos uma distância maior da costa tudo se acalmou e a tripulação pôde se recompor para encarar a viagem que duraria ainda seis longos dias.

Nossa tripulação era composta pelos seguintes marujos: 1) Carlos Stricker, ATRFB, comandante da lancha da IRF/São Sebastião, egresso da Marinha do Brasil; 2) Antonio Reis, ATRFB, tripulante e comandante da lancha da ALF/Santos; 3) Jonas Vagula, ATRFB, tripulante da lancha da IRF/São Sebastião e velejador nas horas vagas; e 4) Marcelo, mecânico náutico, terceirizado, responsável pela manutenção das embarcações da RFB.

O catamarã era equipado com dois motores de 38HP, muito pouco para um barco com 14 metros de comprimento e sete de boca (largura). Na verdade, como em toda embarcação à vela, estes motores deveriam servir apenas para manobras ou deslocamentos curtos, em razão da ausência de vento.

No nosso caso, já sabíamos que quase não encontraríamos ventos soprando de maneira favorável e que seria imprescindível contar com os motores, que, em potencia média, nos proporcionariam uma incrível velocidade entre 6 e 8 nós náuticos (entre 11 e 15 quilômetros por hora). O comando da embarcação era assumido em turnos de duas horas, então, durante cada período deste, um marinheiro estava ao leme, um de sobreaviso (auxiliar) e os demais fora de serviço. Durante o dia esta rotina era encarada com naturalidade, pois a confiança no planejamento, nos colegas e a imensidão do mar azul acalmava a todos.

Foi assim que, ainda no primeiro dia, avistamos o Monte Pascoal, imaginando que talvez estivéssemos muito próximos ao local onde nosso país foi visto pela primeira vez pelos portugueses, há mais de 500 anos.



Quem está no mar não deve se aborrecer facilmente e é até recomendável uma boa dose de humor, foi assim que encarávamos os apitos estridentes que indicavam que algum motor havia parado de funcionar, necessitando, em regra, da intervenção do mecânico e do apoio do restante da tripulação. Isto era bem mais sofrível quando acontecia altas horas da madrugada, pois o sono e a ausência de luminosidade atentavam contra o dever.

Mas nem todas estas paradas por razões mecânicas foram abominadas pela tripulação. Houve uma em que o destino nos fez ficar há poucas centenas de metros do arquipélago de Abrolhos. Bem, enquanto o mecânico, calmamente, cuidava da pane, houve a necessidade de a tripulação se hidratar no mar, acompanhando as baleias e contemplando a paisagem surreal de bela.

Por opção da tripulação, faríamos toda a viagem sem os eletrônicos e eletrodomésticos do barco, pois as baterias e o gerador não funcionaram no momento da preparação em Ilhéus. Isto forçou uma série de adaptações, a principal delas foi a fixação de uma caixa térmica (isopor) de 200 litros na cozinha, para acondicionar comida, água e gelo. Como também não tínhamos fogão, optamos por uma churrasqueira a carvão. Nossa rota estava traçada no GPS do comandante Stricker e a bússola analógica era nosso principal instrumento de navegação. Durante o dia era possível curricular (pescar com linha e anzol aproveitando o deslocamento da embarcação), e foi assim que o Antonio Reis fisgou um belo dourado.

Nossa distância da costa impedia qualquer contato, via rádio, com as bases de apoio comuns, tipo marinas e iates clubes. Entretanto, em dado momento, fomos contactados pela Marinha do Brasil, solicitando confirmação do nome da embarcação, da quantidade de tripulantes, da localização aproximada e do estado físico-emocional da tripulação. Posteriormente às informações, ainda conversando com o operador da



Marinha, nos foi dito que, por conta da ausência de comunicação por mais de 48 horas, a Marinha foi acionada pelo nosso pessoal da lancha da Direp/Vitória, que ficou responsável pelo monitoramento, em terra, da nossa navegação. Oras, que bom! Os colegas de Vitória estavam mandando bem!

Já quase no terceiro dia, nossa primeira parada foi no cais da Capitania dos Portos em Vitória (ES). Navegar era preciso, mas a sensação de pisar em terra firme, ufa! Tirar uma noite de folga, comer numa lanchonete qualquer, brindar cerveja num copo de vidro! Up! Realmente, são valores que o mar nos lega.



Tripulação e veleiro, durante a parada na Capitania dos Portos de Vitória (ES)



Barco e tripulação reabastecidos, zarpamos na manhã seguinte, deixamos o canal de Vitória por volta das 5h. Mar calmo e pouco vento, a próxima parada seria no Arsenal da Marinha, no Rio de Janeiro, onde planejávamos novo abastecimento de combustível e de suprimentos. Rumamos ao sul, ainda navegando longe da costa, passamos por novas tormentas próximo à região de Cabo Frio, mas, desta vez, sem alimentar peixes.

Durante a noite passamos pelo corredor que liga a região de Macaé às plataformas de petróleo da Bacia de Campos. É impressionante a quantidade e o vai e vem de luzes de helicópteros e embarcações que cortavam a escuridão, seguindo ou voltando das plataformas, parecia-se fogos de artifícios. Foi uma das poucas vezes em que sentimos a necessidade de maior atenção com o tráfego marítimo.

Aliás, por falar em atenção, uma boa história ocorreu logo após a passagem pela Região dos Lagos. Estava eu sozinho no comando do leme e toda a tripulação repousando, já era por volta das 2h da madrugada, um pouco de enxaqueca e um pouco cansaço eram minhas companhias, foi quando o rádio começou a chamar:

- Atento embarcação que está nos seguindo no rumo 23.º 05`22.88`` Sul, aqui é a embarcação pesqueira "Divã", você está vindo em minha direção, favor guinar a boreste....

Olhei no GPS, meu rumo era outro, não coincidia em nada com o cantado pelo pescador, havia uma diferença de, pelo menos, 3 milhas entre nós. Ora, não era comigo... Ignorei

Passou-se mais alguns poucos minutos e, novamente o Divã se manifestou, desta vez num volume maior:



- ATENTO EMBARCAÇÃO QUE ESTÁ NO RUMO 23.º 05`22.88`` Sul, VOCÊ ESTÁ NA MINHA DIREÇÃO E EU RECOLHENDO REDES, SEM MOBILIDADE, GUINE À BORESTE SENÃO NÓS VAMOS BATER!

Novamente, consultei a nossa posição e ela era bem diferente, olhei para frente e não tinha nenhum ponto de luz de sinalização, então mantive novamente o rumo. Entretanto, depois de alguns minutos, o Divã, de uma forma ainda mais desesperada, continuava prevendo a iminente colisão, agora já xingando aos berros. Ora, pensei:

- Não vejo nenhum sinal luminoso de embarcação à minha frente, minha rota também não coincide com aquela que ele informou, mas, porém, contudo, todavia, vou guinar este barco.

Guinei bruscamente 90 graus a boreste (direita) e a gritaria da tripulação foi geral, todos acordaram, mas acredito que o sono e o cansaço não permitiram que subissem ao convés para protestar. Bem, o fato é que feito isto, coincidência ou não, o Divã parou de gritar ao rádio. Hoje me pergunto o quanto de certeza ou de erro existia nesta curta comunicação via rádio entre eu e o Divã. Aprendi, com isto, a acreditar mais vezes na prudência, mesmo quando há plena convicção da razão.

Um dia depois já apreciávamos, bem de longe, a linda Baía de Guanabara, o Pão de Açúcar e o Corcovado, emoldurados num fundo de tom entre o amarelo e o bege. Eles se exibiam para nós, com certeza uma das imagens mais lindas que se pode imaginar, fazendo-nos entender seu título de “Cidade Maravilhosa” e engolir a seco nosso bairrismo paulista. Quando o assunto é beleza, não dá mesmo para competir!

Resolvemos, em conjunto, abortar a parada prevista para o Rio de Janeiro, pois nosso estoque de combustível e de suprimentos ainda era grande e as manobras de entrada, atracação e saída da Baía de Guanabara demorariam não menos que um dia, podendo desgastar desnecessariamente a tripulação que já navegava há cinco dias. Assim,



continuamos no rumo sul, Angra dos Reis, Parati, Ubatuba...ufa! Estávamos chegando em casa!

Na sexta-feira, ao raiar do dia, já avistávamos, bem de longe, a Ilha de Búzios, uma das três principais ilhas que compõem o arquipélago de Ilhabela.

- Atento São Sebastião Rádio! Atento São Sebastião Rádio! Aqui veleiro Astraseil, da Receita Federal. Está nos copiando?

- Veleiro Astraseil, aqui São Sebastião Rádio, prossiga.

- São Sebastião Rádio, é só para avisar que cumprimos a missão! Dentro de umas duas horas atracaremos no Porto de São Sebastião, provenientes de Ilhéus, com tripulação de 4 marinheiros, sem alteração!

O Astrasail permaneceu por mais um mês e meio atracado no cais do Porto de São Sebastião, tempo suficiente para a aplicação da pena de perdimento e para sua inclusão em leilão, no qual foi arrematado por R\$ 760.000,00. Seu ex-proprietário responde hoje na Justiça Federal pelos crimes de violação de lacre federal, falsificação de documento público e contrabando de embarcação estrangeira.

Algum tempo depois, ficamos sabendo que a intenção do proprietário era retirar o barco das águas brasileiras, chegando ao Caribe pelo norte, mas o barco apresentou falhas em um dos motores, retardando a viagem e permitindo sua localização e monitoramento, as mesmas falhas que convivemos durante todo o nosso percurso. Mas, o mais irônico em tudo isto, foi saber, depois de tudo acabado, que estas falhas eram ocasionadas pelo entupimento da refrigeração do motor por sacolas plásticas (destas tipo supermercado), ou seja, além de todo o nosso esforço para a localização do barco, fomos ajudados por uma única e singela sacolinha plástica!





Catamarã Astrasail, fundeado no Porto de São Sebastião (SP), após o seu regresso.

As principais aduanas do mundo dispõem de equipes náuticas atuantes, a nossa, em que pese sua pequena estrutura, em termos de qualidade e profissionalismo em nada deixa de se comparar a elas. O projeto de resgate do Astrasail aconteceu em novembro/dezembro de 2014 e teve como pilar a cooperação direta das superintendências da Receita Federal nas 5ª, 7ª e 8ª Regiões Fiscais, da ALF/Santos, DRF/São José dos Campos, IRF/Ilhéus (principalmente na pessoa do AFRFB/Marinheiro Jelmires Galindo), IRF/São Sebastião, e o apoio técnico de todas as equipes náuticas da Receita Federal do Brasil.



Os bastidores das operações especiais da Coger

Giovanni Marcos Firmino de Andrade
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRJ/Belo Horizonte-MG

Aprovado no concurso de 1997, tomou posse no cargo de Fiscal de Contribuições Previdenciárias em 02/01/1998, em Belém/PA. Atualmente exerce o mandato de Julgador na 7ª turma da DRJ/BHE. Atuou na Coordenação-Geral de Fiscalização, em Brasília/DF, no período de 1999 a 2003, sendo removido posteriormente para a Gerência Executiva em Contagem. Trabalhou no Escritório da Corregedoria na 6ª RF no período de 2007 a 2009.

Caro leitor, desculpe-me por não poder precisar as datas, locais e pessoas envolvidos no caso de trabalho adiante relatado, pois, além de a memória já se mostrar falha, o sigilo funcional deve prevalecer nesta situação.

Pouco tempo havia transcorrido da criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil e eu, egresso da fiscalização previdenciária, passei a exercer minhas atividades na Corregedoria, unidade de assessoramento direto da RFB.

Na Corregedoria, que tem por escopo gerenciar as atividades relativas ao desenvolvimento da integridade funcional dos servidores da RFB, aperfeiçoei meus estudos sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, Lei nº 8.112, de 1990, e, em especial, me debrucei



sobre as normas contidas nos Títulos IV e V - "Do Regime Disciplinar" e "Do Processo Administrativo Disciplinar", respectivamente - a abranger os artigos 116 a 182.

Superada a fase teórica, analisei as representações e denúncias que eram encaminhadas à RFB; elaborei juízos de admissibilidade e atuei como membro de sindicância ou processo administrativo disciplinar.

Os servidores que atuavam na Corregedoria da RFB também eram convidados a participar de operações especiais e, geralmente, compartilhavam sua atuação com profissionais da Polícia Federal, Controladoria Geral da União e Ministério Público Federal.

Numa dessas operações especiais, já próximo de completar meus três anos de trabalho na Corregedoria da RFB e, perto de adquirir o direito de escolher minha futura unidade de exercício funcional, decidi participar dos trabalhos.

O Chefe do Escritório de Corregedoria saudou minha disponibilidade e disse que eu deveria me apresentar no aeroporto de Confins em uma determinada data, às 5h da manhã, sem poder revelar o destino final da viagem. O nome do aeroporto faz jus à sua semântica: dista 39 km da capital mineira.

Coloquei-me de pé às 3h da manhã. Tomei um banho gelado para despertar, sorvi uma xícara de café, enganei o estômago com torradas e me despedi da esposa e dos filhos.

No aeroporto de Confins, embarquei com outros colegas para uma capital da região Sul. Lá chegando, surgiu a primeira surpresa: o nosso próximo voo estava marcado para o fim da manhã. Mais uma vez não nos foi revelado o destino final.

Após jogar conversa fora no saguão do aeroporto, quase sempre relacionada com as qualidades ou defeitos do glorioso Clube Atlético



Mineiro, nacionalmente conhecido como Galo, embarcamos com destino ao Centro-Oeste brasileiro.

Um bafejar quente nos envolveu quando a porta do avião se abriu. Num curto intervalo de tempo, a amplitude térmica que envolveu as três regiões do país já superava os 15 graus celsius.

Descemos do avião e fomos conduzidos a um hotel. Em cada quarto havia de 10 a 12 servidores, de todas as localidades brasileiras. Após breve discurso sobre o trabalho a ser realizado, novamente fomos apanhados de improviso, eis que seria necessário identificar motoristas para percorrermos, aproximadamente, 200 quilômetros de carro. Ainda não havíamos alcançado o destino final.

No meio da tarde, vários carros deixaram o hotel e iniciaram o percurso. Com o passar da quilometragem, o concreto deu lugar a uma paisagem deslumbrante, com vegetação densa e verdejante e, volta e meia, nos deparávamos, para meu espanto, com diversos animais silvestres - jacarés, tatus, cobras - vivos ou mortos na beira da estrada.

Chegamos ao ponto de apoio no fim da tarde. Foi dada a recomendação de que descansássemos, uma vez que, no início da madrugada, seriam repassadas instruções pela Polícia Federal. Não me parecia que aquele lugar merecesse uma operação a envolver tantos servidores. Por ser principiante naquela atividade, fiz pouco caso do meu sentimento.

Apesar de cansado, não consegui relaxar, uma vez que os mosquitos e muriçocas não me deixavam em paz. Um colega dado a brincadeiras me disse que sangue novo atraía os insetos.

Quase 24 horas após o início da jornada, começou a reunião. Policiais de coturno, vestes pretas e armas, de diversos calibres, ditavam as orientações: (a) proibição de uso de celular daquele momento em diante -



já pensei em como explicar e convencer a minha esposa sobre o celular desligado; (b) formação de equipes multidisciplinares; (c) proibição de comunicação com a imprensa, exceto aquela a ser realizada pelos líderes da operação; e, por incrível que pareça (d) deslocamento por mais 250 quilômetros, até alcançarmos, no crepúsculo matutino, a fronteira do Brasil com um dos países da América do Sul.

No destino final, cada equipe se encarregou de uma atividade. O calor e a umidade eram castigantes. De terno e gravata, por orientação do Corregedor-Geral da RFB, suave em bicas. No início da tarde, logo após o almoço, iniciamos o trajeto de volta.

Chegamos em Belo Horizonte extremamente cansados, famintos e com trabalho à nossa espera.

Na mídia, o glamour das operações não revela ao usuário da informação o extenuante trabalho que cerca cada medida executada.



Pioneirismo do modelo de regionalização A história da Equipe de Isenção de IPI da 8ª RF

Francisco José Branco Pessoa

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRF/Sorocaba-SP

Ingressou na Receita Federal como auditor-fiscal em 16/12/1997, na SRRF da 4ª RF de novembro de 1998 a abril de 2010, exerceu a função de Agente da Receita Federal em Itu-SP, na 8ª RF; de abril de 2010 a setembro de 2012, foi chefe do Seort da DRF/Sorocaba; de setembro de 2012 a presente data, exerce o cargo de Delegado da Receita Federal em Sorocaba.

Era o final do ano de 2011. Ocupava o cargo em comissão de chefe do Serviço de Orientação e Análise Tributária (Seort) da Delegacia da Receita Federal do Brasil (DRF) em Sorocaba, na 8ª Região Fiscal (RF), e participava, como convidado e palestrante, da reunião de avaliação estratégica, que contava com a presença de superintendentes, delegados, inspetores e chefes de divisão da 8ª RF, na Delegacia Especial de Maiores Contribuintes (Demac), em São Paulo.

Acabava de ministrar uma palestra sobre o tema “Iniciativas Locais para Melhoria dos Processos de Trabalho Norteadas pelos Objetivos Estratégicos”, cuja monografia tinha sido agraciada com o 1º lugar no 10º Prêmio Schöntag de 2011, quando fui avisado que o Superintendente Substituto, que não estava presente, mas assistia à apresentação por videoconferência, gostaria de dizer algumas palavras.



De súbito, a imagem do Superintendente Substituto, ao lado da Chefe de Gabinete, foi projetada no pano de fundo branco onde a apresentação ainda se encontrava projetada com os agradecimentos finais. Parabenizando pela apresentação, o Superintendente Substituto convidou-me, na frente dos presentes, para atuar como gerente do Projeto Horas-Padrão, que tratava do estabelecimento de horas-padrão para as atividades dos processos de trabalho na área de orientação e análise tributária e que já tinha tido início há poucos meses.

Embora soubesse, como Chefe do Seort da DRF em Sorocaba, que o projeto estava sendo alvo de severas e justas críticas por parte de diversos colegas, vislumbrei ali uma oportunidade de fazer algo maior, que pudesse contribuir de forma mais efetiva e com maior alcance para a instituição. De pronto, então, aceitei o convite, desde que houvesse a anuência do Delegado da Receita Federal em Sorocaba, que estava presente e que prontamente anuiu com a minha indicação para o desafio.

De imediato, então, passei a fazer um mapeamento das críticas que tinham sido feitas pelos colegas da 8ª RF em relação ao projeto inicial e fiz a propositura de várias ações para o enfrentamento dos problemas detectados, que envolviam o mapeamento de todas as atividades efetivamente desempenhadas pelas projeções de orientação e análise tributária, a mensuração efetiva dos tempos de análise dos processos, a identificação da distribuição dos servidores por processos de trabalho e o compartilhamento de modelos de instrução, análise e gerenciamento de processos para fins de padronização.

Tendo havido a anuência do Superintendente Substituto, que era o patrocinador do projeto, sob coordenação conjunta das Divisões de Arrecadação e Cobrança (Dirac) e de Tributação (Disit) da Superintendência, a propositura do projeto foi aceita e as ações passaram a ser conduzidas com um estricto acompanhamento semanal, com prazos relativamente curtos de implementação. Aos poucos, o projeto tomava



corpo e se desenhava uma oportunidade de se trabalhar com a estratégia de padronização, simplificação e regionalização dos procedimentos de instrução e análise dos principais processos de trabalho da área, com o objetivo de se obter uma maior eficiência, eficácia e efetividade.

Era consenso entre o patrocinador, os coordenadores e o gerente do projeto, que o modelo de distribuição de trabalho até então adotado provocava severas distorções, uma vez que os recursos humanos disponíveis nas unidades não eram proporcionais à demanda. Este problema fazia com que a cidade de São Paulo fosse uma espécie de paraíso fiscal para que as empresas migrassem no intuito de não terem os seus supostos direitos de crédito analisados e perpetuassem ações fraudulentas, compensando créditos inexistentes.

Na cidade de São Paulo, as compensações com valores abaixo de R\$ 1 milhão não eram analisadas, enquanto que, em unidades do interior, os auditores-fiscais acabavam analisando compensações de valores inferiores a R\$ 10 mil, promovendo uma verdadeira injustiça fiscal e uma utilização ineficiente dos recursos da instituição.

Outro problema que existia no final de 2011 e que se agravava cada vez mais era a demora na análise dos processos de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidentes na aquisição de veículos por pessoas com deficiência e taxistas. Em algumas unidades do interior, os processos chegavam a ser analisados no mesmo dia, enquanto que, em São Paulo, a espera pela análise dos processos chegava a seis meses, o que provocava uma verdadeira enxurrada de reclamações na ouvidoria e nas unidades de atendimento.

Segundo o delegado da Delegacia Especial de Administração Tributária (Derat) em São Paulo na época, as reclamações chegaram a fazer com que, em certo dia, o seu grande gabinete ficasse pequeno face ao



número de despachantes e taxistas que lá entraram para reclamar da demora na análise.

Naquele contexto, em janeiro de 2012, o Superintendente Substituto convocou-me para uma reunião, juntamente com os chefes da Dirac e da Disit, para tratar de um subprojeto do Projeto Horas-Padrão: um projeto de regionalização dos processos de isenção de IPI e IOF de pessoas com deficiência e taxistas. Naquela manhã de janeiro de 2012, desenhava-se o modelo do que viria a ser a primeira equipe regional de instrução e análise de processos da 8ª RF e, talvez, a primeira equipe com quebra de jurisdição em uma região fiscal em nível nacional.

O projeto de regionalização da isenção de IPI e IOF desenvolveu-se de janeiro a dezembro de 2012 com várias ações: discussão e padronização de procedimentos de instrução e análise, que acabariam sendo normatizados por meio de uma ordem de serviço, estabelecimento de indicadores de mensuração da produtividade, mensuração de horas-padrão para o estabelecimento de metas, identificação das pessoas alocadas ao processo de trabalho, implementação de sistemática de acompanhamento e controle do estoque e produção e, por fim, a criação de equipe regional virtual, por meio de Portaria, com a seleção de servidores de diversas unidades.

Para a padronização dos procedimentos de instrução e análise, foram travadas diversas discussões em face das inúmeras divergências regionais relativas à interpretação das normas, tendo sido imprescindível a atuação sempre célere e precisa dos chefes titular e substituto da Disit.

Naquela época, um ponto crítico de discussão foi tratado por telefone diretamente com os Superintendentes Titular e Substituto quanto à possibilidade de utilização do dispositivo regimental que permitia a transferência temporária de competências entre unidades e subunidades, no âmbito da jurisdição e no interesse da administração, para a constituição



da equipe. Como não havia paradigma anterior, o entendimento final foi de que poderia haver a transferência da competência desde que a portaria estabelecesse um prazo determinado, razão pela qual a portaria foi assim editada.

Outro ponto curioso também tratado por telefone com o Superintendente Substituto foi relativo ao fundado receio quanto ao sucesso na implementação da equipe regional. Lembro-me de que confiava demais no sucesso da iniciativa, seja por ter domínio do assunto, seja por acreditar que os ganhos de eficiência com a solução regional seriam imensos. Assim, lembro-me de dizer que “a probabilidade de sucesso é maior do que o grau de certeza de um exame de DNA”, o que provocou risos do Superintendente Substituto, que disse que iria repassar a mensagem ao Superintendente.

A situação pretérita relativa aos processos de isenção de IPI e IOF na 8ª RF apontava uma forma de tratamento inadequada, não-isonômica e ineficiente por vários aspectos.

Não havia uniformidade entre os critérios de instrução e análise de processos utilizados pelas diversas unidades. Enquanto, em algumas unidades, a instrução e a verificação de cumprimento de requisitos legais era mínima, realizada por estagiário, em outras, era feita uma verdadeira auditoria relativa ao Imposto de Renda da Pessoa Física nos últimos cinco anos. Esta discrepância, além de levar a um tratamento não-isonômico dos cidadãos-contribuintes, fazia com que os tempos médios de instrução e análise dos processos variassem de 40 minutos a 8 horas e 10 minutos, segundo os levantamentos informados pelas próprias unidades no período de janeiro a março de 2012.

Outro aspecto relevante era o relativo à insuficiente documentação dos processos para comprovação de que os requisitos legais foram atendidos e verificados pela autoridade competente para



reconhecer o direito de isenção. Em vários processos, não havia documentação alguma de instrução processual além daquela apresentada pelo requerente, sendo apenas juntada a autorização de isenção, sem a comprovação de que tinham sido feitas as verificações pertinentes nos sistemas da RFB e nos demais sistemas acessíveis pela internet.

Um último aspecto relevante é o relativo à quantidade de pessoas que estavam alocadas nas atividades de instrução e análise dos processos de isenção de IPI e IOF na 8ª RF. Segundo levantamento feito pela Dirac da SRRF, com base nas informações prestadas pelas próprias unidades, existia o equivalente a 76 pessoas alocadas às referidas atividades, sendo 29 auditores-fiscais.

O modelo de equipe regional com especialização, padronização e simplificação das atividades, permitiu uma redução significativa na quantidade de servidores alocados a este processo de trabalho: a média de servidores alocada na equipe foi de 28 servidores, sendo 21 auditores-fiscais.

A equipe de isenção de IPI e IOF começou as suas atividades em julho de 2012 e, de gerente do projeto, passei a atuar também como Supervisor da equipe de isenção, acumulando a função com a de Chefe do Seort da DRF/Sorocaba. Como a demanda de trabalho da equipe regional era muito grande, somente graças ao auxílio do Chefe Substituto do Seort da DRF/Sorocaba à época, que acabou assumindo todas as atividades da chefia do serviço, é que foi possível o desenvolvimento das atividades como Supervisor.

Este cenário relativo às minhas funções viria a mudar ainda mais em setembro de 2012, quando fui nomeado para exercer o cargo de delegado da Receita Federal do Brasil em Sorocaba, o que tornou impraticável a minha permanência como Supervisor da equipe de isenção, em razão do grande volume de trabalho. Passei, então, a atuar como



Coordenador-Estratégico da equipe, com a colaboração sempre incansável de auditor-fiscal de Marília, que passou a atuar como Supervisor.

Foram várias as dificuldades enfrentadas na implementação do modelo de equipe regional especializada, principalmente porque não havia um paradigma, até então, de equipe regional em que se pudesse espelhar ou que pudesse servir de modelo em termos de gerenciamento e controle utilizando-se dos recursos disponíveis no e-Processo.

Uma primeira dificuldade foi na seleção dos servidores que integrariam a equipe regional de isenção de IPI e IOF. Foi aberta uma consulta por mensagem eletrônica (Notes) aos servidores da 8ª RF para verificar a existência de voluntários para participarem da equipe. Apenas sete servidores, que já trabalhavam com o assunto, se voluntariaram. Como se tratava de uma iniciativa nova, sem paradigma anterior, havia muito receio em se voluntariar para o trabalho.

O passo seguinte foi solicitar aos administradores das unidades a indicação de servidores que já trabalhassem com os processos de isenção de IPI e IOF, dentro da seguinte premissa: deveria ser uma relação “ganha-ganha”, em que as unidades cederiam uma quantidade de servidores inferior àquela que já tinham alocadas na instrução e análise dos referidos processos. Salvo raras exceções, contudo, não foi isso que ocorreu: foram indicados, na sua maioria, servidores que nunca haviam trabalhado com os processos de isenção de IPI e IOF.

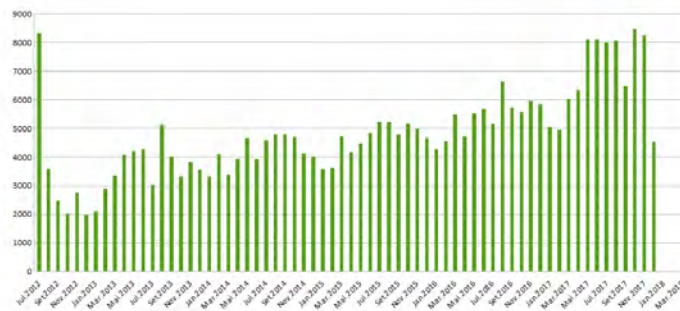
Da indicação de servidores sem experiência prévia, decorreu uma outra dificuldade: a capacitação dos servidores para que pudessem desempenhar, com eficiência, as atividades de instrução e análise processual. Foram feitos dois treinamentos de todos os servidores: um primeiro em junho de 2012, em que foi abordada a legislação relativa à matéria e os procedimentos previstos na ordem de serviço, e um outro em outubro de 2012, que foi um treinamento prático em serviço, no qual foi



feita a análise, passo a passo, de vários processos, de modo a uniformizar o conhecimento de todos relativamente aos procedimentos e aos sistemas.

Outra dificuldade repousou no fato de que a maioria dos processos então existentes eram processos em papel, o que dificultou a obtenção de dados precisos relativos ao estoque de processos pendentes de análise na 8ª RF e ao fluxo médio mensal de processos da região. A estimativa, feita com base nos assuntos dos processos cadastrados no sistema Comprot, mostrou-se inconsistente: a estimativa de média de 2 mil processos por mês feita pela Dirac da SRRF, com ratificações pelas projeções de orientação e análise tributária das unidades, mostrou-se aquém da quantidade média de processos novos recebidos a partir da implementação da regionalização, que tomou como premissa a necessidade de se trabalhar exclusivamente com processos digitais a partir de então.

A quantidade de novos pedidos de isenção de IPI e IOF mostrou-se cada vez mais crescente, seja pela maior difusão do conhecimento acerca do direito de isenção, seja em razão da maior facilidade em se obter a isenção, com a redução do tempo de espera pela análise. O gráfico a seguir mostra o significativo crescimento na demanda por pedidos de isenção na 8ª RF no período de atuação da Equipe de Isenção de IPI e IOF



Evolução da entrada de processos de isenção de IPI e IOF na equipe da 8ª RF



Além do fluxo de entrada de processos novos ser superior àquele estimado, outra dificuldade foi relativa ao estoque de processos antigos que foram encaminhados à equipe regional, em quantidade muito superior àquela estimada inicialmente. E como se tratavam de processos antigos, muitos deles sequer estavam instruídos com os documentos necessários que deveriam ter sido apresentados pelo requerente no momento da protocolização do processo.

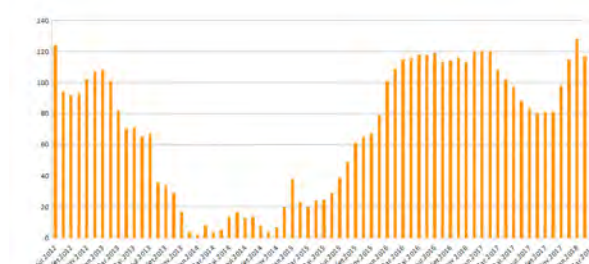
Outro problema enfrentado foi o relativo ao tempo de espera pela análise, principalmente em relação aos processos das unidades do interior. Com a equipe regional, o estoque de processos passou a ser único para toda a região e o critério de distribuição dos processos obedecia à ordem cronológica das datas de protocolização. Assim, durante os primeiros meses, praticamente só foram analisados processos dos requerentes domiciliados em São Paulo, Limeira e Campinas, onde o tempo de espera pela análise já era grande. Os requerentes de outros municípios, que estavam acostumados a ter os processos analisados em prazos menores, agora tinham que esperar mais.

O indicador relativo ao tempo de espera pela análise passou a ser considerado o que melhor indicava a qualidade da prestação do serviço ao cidadão. Tinha sido estabelecida a meta inicial de 30 dias como um tempo de espera razoável para a análise dos processos, o que representaria um ganho significativo para a maioria dos requerentes, que tinham o domicílio no município de São Paulo.

Com a maior especialização na execução das atividades, houve sensíveis ganhos de eficiência na realização dos trabalhos, o que permitiu que se chegasse, no final de 2013, à análise dos processos em até 2 dias após a protocolização dos pedidos. No ano de 2014, houve momentos em que os servidores da equipe chegaram mesmo a ficar ociosos, em face da capacidade de instrução e análise da equipe ser superior ao fluxo de entrada dos processos novos.



Os tempos de espera pela análise ficaram dentro do esperado até meados de 2015, quando, em razão do sensível acréscimo no fluxo de entrada de novos processos e da redução de componentes na equipe em razão de aposentadorias, sem a reposição, houve um novo acréscimo considerável, conforme pode se verificar no gráfico seguinte.



Evolução do tempo de espera (em dias) pela análise dos processos de isenção

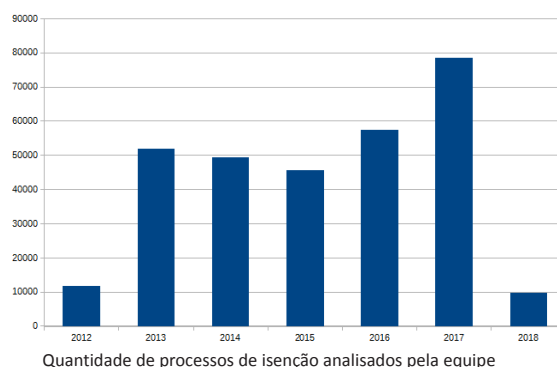
Outras dificuldades também tiveram que ser superadas, como a resistência de alguns administradores com relação à regionalização do trabalho, a descrença na possibilidade de controle do trabalho de forma remota, que foi superada por meio dos relatórios diários de estoque configurável e de produção do e-Processo, as reclamações decorrentes de mudanças de critérios de análise, que acabaram por ser padronizados para assegurar a isonomia de tratamento, e os gargalos no fluxo de trabalho relativamente às atividades de postagem de intimações, de juntada de documentos e de encaminhamento de mensagem de texto (SMS) para comunicação eletrônica do resultado da análise no caso dos processos deferidos.

Superadas as dificuldades que todas as iniciativas pioneiras têm de suportar, a Equipe de Isenção de IPI e IOF da 8ª RF conseguiu resultados expressivos, com inúmeros benefícios para a instituição, tais como: a



uniformidade dos critérios para a concessão do benefício, a redução dos tempos de instrução e análise, a documentação adequada dos processos, a redução dos custos pela menor quantidade de servidores alocados nas atividades e a redução do tempo de espera pela análise pelo requerente da isenção, auxiliando na melhoria da imagem do órgão perante a sociedade.

A quantidade de processos que foram analisados pela Equipe de Isenção de IPI e IOF da 8ª RF impressiona, chegando-se a 305 mil processos analisados durante os 6 anos de existência da equipe, que atuou de julho de 2012 até junho de 2018, distribuídos conforme gráfico seguinte.



A iniciativa da criação de equipe regional de instrução e análise de processos de isenção de IPI e IOF da 8ª RF foi objeto de ampla divulgação na instituição, tendo sido objeto de apresentações em reuniões de administradores na unidade central e em diversas regiões fiscais, bem como em apresentações por videoconferência, que acabaram por inspirar e servir como paradigma de eficiência para a criação de inúmeras iniciativas de regionalização de processos de trabalho.



A experiência da Equipe de Isenção de IPI e IOF da 8ª RF acabou por ser de extrema utilidade para a especificação dos módulos do Sistema de Concessão Eletrônica de Isenção de IPI e IOF (Sisen) para taxistas e pessoas com deficiência, que entraram em produção em 2017. Desde as proposituras iniciais, no final de 2014, de projetos de formação de equipes nacionais de instrução e análise, com integração gradual de todas as regiões fiscais, e de análise eletrônica com entrada de dados em formulário eletrônicos, nos moldes hoje existentes, até a participação efetiva do Coordenador-Estratégico e dos Supervisores da Equipe de Isenção de IPI e IOF da 8ª RF nas equipes de especificação e de homologação do Sisen em 2017.

Da criação de equipe regional especializada até a análise eletrônica dos pedidos de isenção de IPI e IOF, resta a certeza de uma história de iniciativas que sempre buscaram uma maior eficiência, eficácia e efetividade nos processos de trabalho e na prestação do serviço, em respeito ao cidadão, e que somente obtiveram sucesso pela dedicação ao trabalho e pelo comprometimento com a instituição de todas as pessoas envolvidas.



Príncipes da nação, algas e garimpo

João Carvalho do Couto

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRF/Limeira-SP

Ingressou na RFB em 12/06/1978. Atualmente exerce a função de Parecerista e Analista da Equipe IPI, no Seort da DRF/Limeira. Desempenhou as atividades de Fiscalização Aduaneira, IUM, IRPJ, IRPF e IPI, e chefiou Atividades Especiais (antigo Serae), Equipe IPI e Serviço de Fiscalização, todas na DRF/limeira.

Se a Receita Federal tem 50 anos, e eu tenho 40 anos de Receita, acho que tenho alguma coisa para contar dessa caminhada, pois se não tivesse, não teria valido a pena.

Os arquivos da RFB devem registrar muito do meu trabalho, e dentre esses trabalhos, inúmeros autos de infração lavrados, alguns não mantidos e outros (a maioria, acredito) mantidos. Mas isso não vem ao caso, o importante aqui é relatar alguns casos inusitados ou até pitorescos que aconteceram comigo nesta trajetória. Então, vamos lá.

Para começar, relato sobre o meu concurso de ingresso. Ele foi inédito, pois foi o primeiro concurso para Fiscal de Tributos após a criação da Secretaria da Receita Federal, e ocorreu dez anos após o último concurso da carreira correlata que existia antes da criação da Receita, que ocorrera em 1966. O nosso concurso foi para o cargo de Fiscal de Tributos Federais (FTF), e ocorreu em 1976, mas após todo o processo de seleção e



formação, fomos nomeados em janeiro de 1978, com publicação no Diário Oficial da União no dia 13 de janeiro, justamente no dia do meu aniversário.

Antes disso, em 1970, houve um concurso para o cargo de Técnico de Tributação (TT), de nível superior também, mas esse cargo não era de fiscalização, propriamente dita, era para preencher uma lacuna na Receita, na área de tributação e administração (Julgamentos, Pareceres, Orientações Normativas, Decisões em Consulta, etc). Tornou-se uma classe de elite, inclusive galgando cargos de administradores (Delegados, Superintendentes, Coordenadores, etc). Somente algum tempo depois, essa carreira de TT foi transformada em carreira de Auditoria, deixando todos com a mesma denominação de Auditores Fiscais.

Mas na transposição da tabela de vencimentos, como o nível dos Técnicos em Tributação (TT) era mais elevado, eles foram transpostos na Tabela em padrões acima dos FTF. Mas isso não teve nenhuma repercussão negativa, porque quando os FTFs chegaram, eles já estavam lá, numa situação mais privilegiada.

A Receita Federal é resultante da fusão de outros órgãos federais fiscalizadores de tributos, tais como Departamento de Rendas Internas (Imposto sobre a Renda), Departamento de Rendas Aduaneiras e Departamento do Imposto sobre o Consumo (hoje IPI). Quando entramos, a Receita estava esvaziada. O concurso aprovou aproximadamente mil e duzentos servidores. Foi possível, ainda, conviver com alguns colegas remanescentes de concursos anteriores, e estes nos passavam como era a vida deles na época. Contaram, principalmente os do imposto de consumo, que eles tinham toda autonomia, inclusive uma área geográfica delimitada para atuação, e eles mesmos selecionavam os contribuintes a serem fiscalizados. Os mais organizados faziam um planejamento das visitas, de modo que a cada cinco anos, pelo menos uma vez o contribuinte era fiscalizado e, a fiscalização abrangia sempre cinco anos (o prazo da decadência).



E havia muito ânimo em fazer esses trabalhos, pois os fiscais, além do salário fixo, ganhavam uma participação nas multas aplicadas, denominada na época de “cota-parte”, o que elevava bastante o salário mensal. Mas essa participação só era paga quando o contribuinte quitava o débito, então havia todo cuidado para se fazer um trabalho com esmero e qualidade, para tornar mais difícil o êxito do contribuinte, em recursos oferecidos.

Com isso, o nível de renda dos fiscais da época era muito bom, o que os tornava uma classe bem remunerada, de destaque e respeito, o que levou a serem chamados de “Príncipes da Nação”. Mas, tudo que é bom, não dura para sempre. E a cota-parte acabou no governo dos militares, por gestão do ministro da fazenda da época.

Contaram-me, inclusive, que a gota d’água foi quando um colega autuou uma multinacional montadora de automóveis, cujo débito foi quitado, embolsando em decorrência, vultosa quantia a título de “cota-parte”. Quando o ministro viu o contracheque do colega ficou surpreso, dizendo que o colega ganhava muito mais que ele (sic). Não sei porque essa surpresa do ministro, pois afinal, o Tesouro Nacional também ganhava, e temos que louvar o bom trabalho do colega e sua perspicácia, pois também me contaram os fiscais antigos, de detalhes que valorizaram a atuação. Disseram que o colega conhecia o idioma do país onde situava a matriz da multinacional, e teve acesso a uma correspondência vinda dessa matriz, no idioma estrangeiro, claro, dando dicas para a filial no Brasil, de procedimentos não convencionais no trato tributário. Então traduziu o documento, buscou as provas e autuou com êxito.

A minha primeira lotação foi no “Colis Postaux”, ou Remessas Postais Internacionais, que funcionava no secular prédio do Correio Central, no vale do Anhangabaú, em São Paulo. O Colis é uma Alfândega reduzida. Por lá se fazia até desembaraço de importações para pessoas jurídicas. Naquela época, era uma equipe de fiscalização, com um



supervisor. As tarefas eram separadas por destinatários “pessoas físicas” e destinatários “pessoas jurídicas”, e dentre estas, divididas por peso dos volumes: até um quilo “petit paquet” e a partir de um até vinte quilos “colis postaux” normal. Então os volumes eram limitados a vinte quilos por pacote.

Fui trabalhar no setor de triagem de encomendas postais para pessoa física. Havia uma bancada por onde transitava os volumes; de um lado nós da Receita e o do outro, funcionários do Correio. Eles abriam os volumes para a gente examinar o conteúdo e depois fechavam. A gente liberava, tributava ou apreendia (para posterior pena de perdimento, se fosse o caso). No caso de tributação, era preciso arbitrar o valor da mercadoria, que era a tarefa mais árdua, pois tínhamos pouco tempo para decidir. Se tinha uma fatura ou catálogo ajudava, se não, era aleatório. Às vezes nos socorriamos de um grande encarte, com lista de preços de mercadorias diversas.

Como disse, quando entramos (em 1978), a Receita estava um pouco esvaziada (parece que este tempo está voltando), então nos deparamos com acúmulo de serviços. Quando chegamos ao Colis, o supervisor nos recebeu com grande alegria (deve ter pensado: “meus problemas acabaram”). Nos levou a uma grande sala dos Correios e mostrou o que nos esperava: a sala estava abarrotada de volumes a serem examinados. A minha parte era ver as encomendas para pessoas físicas, então como não tinha para onde correr, fomos logo com “mãos à obra”.

Comecei observando os volumes, e vi que o que mais ocupava espaço eram inúmeras caixas com aproximadamente vinte quilos de peso cada uma, então fui separando esses volumes para análise. Notei então, que os pacotes eram iguais, embalados em caixas de papelão de mesmo tamanho. Checando os remetentes e destinatários vi que os nomes eram japoneses ou chineses, se eu não me engano, e os endereços dos destinatários, a maioria no Bairro da Liberdade. E o conteúdo? O conteúdo



eram todos iguais, “algas secas”. De pronto, detectei, algas para alimentação humana (se bem, que as algas têm muitas outras finalidades).

Trocando ideia com o supervisor - eu ainda com aquela visão de que todos são cidadãos acima de qualquer suspeita - já fui logo propondo: vamos tributar e deixar a japonesada se fartar de comer algas! No que o supervisor ponderou: não, a quantidade é muito grande e a destinação evidencia ser comercial. Essas algas vão parar nos restaurantes da Liberdade, que farão belos pratos e serão vendidos aos apreciadores de comidas orientais. E também são produtos vegetais, que precisam de aval do órgão competente (Saúde e/ou Agricultura) para entrar no país, e agora não dá mais para regularizar, eles tinham que, previamente, ter providenciado a documentação e licenças para uma importação regular, inclusive a Declaração de Importação (DI). Agora o destino é a pena de perdimento.

Ok você venceu, desçam as fritas, não, as caixas. Então, providenciamos a formalização dos processos de pena de perdimento das algas. Em poucas tacadas limpamos o pátio, deixando-o mais livre. É lógico que as algas continuaram em depósito, mas em outro local, até a finalização do litigioso fiscal, que não sei como terminou.

Outro caso, ainda nos Correios, além de inusitado, foi pitoresco. Ao examinar uma encomenda para pessoa física, maior de idade, identifiquei que se tratava de uma boneca inflável, em formato de mulher adulta, com medidas perfeitas, em tamanho real. Avaliei o produto, arbitrei o valor para tributação e liberei para o destinatário, mediante o pagamento do tributo, pois entendi, que não era ilegal e nem imoral. Só achei bizarro e, se fosse para uso pessoal, seria um fetiche.

Mas, qual foi minha surpresa ao atender um despachante aduaneiro, em que o mesmo apresentou um aviso do Correio recebido por um cliente seu, onde se solicitava explicações sobre a boneca inflável. A solicitação não era de minha autoria, pois somente havia expedido um Darf



para pagamento do imposto devido. Examinando melhor o aviso do Correio, vi que estava assinado por um censor. Pronto, fui surpreendido novamente.

Naquele momento descobri que todas as encomendas postais passavam por censura, dentro dos Correios. Não sei se o censor liberou ou não a mercadoria, mas com certeza, daquele momento em diante fiquei mais atento, para que, em situações semelhantes, estando certo ou não, eu passaria a encomenda, primeiro para avaliação do censor.

Para finalizar, relato o caso do garimpo, que reputo, além de inusitado, como de algum grau de risco. Já estava em outra repartição, a DRF/Limeira, para onde fui transferido. Havia um colega, nesta DRF, muito identificado com os desafios da profissão, infelizmente faleceu precocemente, com quarenta anos (um câncer o abateu). O órgão central, nos anos 80, pedia voluntários para trabalhar num projeto, denominado “Projeto Ouro”, que era desenvolvido nos garimpos (Serra Pelada, Peixoto de Azevedo, Cumarú, etc). Ele tornou-se voluntário nesse projeto, e ia sempre. Toda vez que voltava dos garimpos, me dizia: “vou colocar você na lista dos voluntários”, e eu relutava. Numa dessas voltas, disse: “agora você vai, seu nome já está na lista”.

Como, além de colega era amigo no cotidiano, e me conhecendo bem, ele sabia que eu só precisava de um empurrãozinho, e que não ia contrariar o amigo. Então, não teve jeito, lá fui para o garimpo. O escolhido foi o do Cumarú, no estado do Pará. Esse trabalho tinha suas compensações: diária corrida para 30 dias, que não era de valor alto, mas com economia, poderia não ser consumida totalmente, pois o alojamento era gratuito (pelo menos em Cumarú), e as refeições não eram caras.

O Cumarú era um projeto estruturado. Além da área restrita à garimpagem a céu aberto, havia construções (a maioria de madeira), para acomodar vários órgãos existentes no local, entre estes, o Exército, Polícia



Federal, Receita Federal, Correios, Caixa Econômica Federal, e também ambulatório médico e restaurante. Havia também alguma área de lazer, como uma quadra poliesportiva. O projeto não admitia pessoas do sexo feminino, então a população dentro do projeto era só masculina.

O posto avançado da Receita tinha sua rotina semelhante a uma agência: cadastro de CPF, Carteira de Garimpeiro, segunda via de documentos, DIRPF, e obviamente a função fiscalizadora, principalmente para detectar desvio de venda do metal precioso “ouro”. A CEF estava no local justamente para comprar todo ouro produzido no garimpo, era monopólio dela, então todo desvio era combatido. Então para combater esses desvios, a tarefa era nossa e da Polícia Federal.

Operações fora da área do projeto tinham que ser programadas em conjunto com a PF, para evitar riscos. Dentro do projeto, já era automático o trabalho conjunto Receita/PF. Retrocedendo, vou contar como chegamos ao garimpo. Na equipe da Receita éramos três: eu (auditor) de Limeira, e dois técnicos, um de Aracaju e outro de Fortaleza.

Aviagem

Saí de São Paulo com destino a Brasília, num voo comercial normal. De Brasília até Conceição do Araguaia, num avião menor, mas também num voo comercial normal. De Conceição do Araguaia até a região do garimpo iríamos num avião a serviço da CEF, mas atrasamos e perdemos o voo (o outro voo só no dia seguinte). O posto da Receita no garimpo estava sem ninguém, porque a equipe que a gente renderia já tinha partido.

Então, com a intermediação do agente da Receita de Conceição do Araguaia, conseguimos uma carona num pequeno avião que servia os garimpeiros. Mas como o avião tinha ido buscar alimentos e outras mercadorias, o piloto havia retirado os bancos de passageiros, para



acomodar melhor os produtos, e, na carga, entre outras coisas, havia sacos de feijão, arroz, farinha e outros produtos alimentícios. Então não teve jeito, literalmente sentamos em cima dos sacos, sentei no saco de feijão e os colegas nos de arroz e farinha. Não havia como utilizar o cinto de segurança, só segurar para não perder o equilíbrio. Mas, graças a Deus, chegamos sãos e salvos.

Já no garimpo, vi que havia um belo helicóptero do Exército. Como ficamos alojados junto com o pessoal do Exército, com o tempo fizemos amizades, entre essas, o piloto do helicóptero. Numa conversa com ele, contei nossas agruras em voar num pequeno avião com carga, no que disse: “poxa por que não fez contato com a gente? Falaria com o comandante e, iríamos buscar vocês”. É, não dava mais para voltar no tempo, e, eu nem sabia que tinha helicóptero por lá. Mas acredito que a oferta era sincera, pois envolveria dois órgãos federais e a segurança de seus servidores, em viagem oficial, e ainda, o helicóptero não voava o tempo todo, então, havia sobra de tempo para encaixar um voo extra.

Contrastando com a beleza do helicóptero, no local onde ficava estacionado fincaram uma placa (escrita manualmente, não soube a autoria), com os dizeres: “Heliporto Caguimpé”. Pensei: deve ser algum nome de origem indígena ou aconteceu algo de inusitado por aqui.

Por falar em índio, num determinado dia, apareceu por lá um cacique, com alguns índios, pintados para guerra e com arcos e flechas. Foram recebidos com cordialidade pelo administrador do local, e acomodados no restaurante, a fim de almoçarem, já que era hora do almoço. Nem cheguei perto, mas depois soube que eles estavam querendo uma compensação financeira (ou aumento da mesma), pelo uso das terras do garimpo, que diziam ser de propriedade deles. O administrador, com diplomacia, contornou a situação, acalmando os índios e prometendo encaminhar a reivindicação para os superiores.



No projeto, o nosso “bureau” ficava ao lado do “bureau” da Polícia Federal, então num determinado dia, alguém do lado acidentalmente disparou um tiro. A bala perfurou o assoalho do lado deles, que era de madeira. Já pensou se a arma tivesse apontada para o nosso lado?! Lembrei-me das balas perdidas no Rio de Janeiro.

Nossa acomodação era no alojamento do Exército. Para dormir, usávamos véu/mosquiteiro, para evitar picadas do mosquito transmissor da malária e febre amarela, que por lá havia muito. Era comum ver garimpeiros sendo transportados por redes, apoiadas em paus de árvores, carregados por outros dois garimpeiros, em direção ao posto médico, acometidos da doença transmitida pelos mosquitos (às vezes chegavam a óbito).

Para encerrar mesmo, uma curtinha. Como estávamos no mesmo alojamento do Exército e fizemos algumas amizades, entre elas, com um sargento, ele pediu emprestado minha máquina fotográfica, porque ia dar umas voltas na região, junto com outros militares, e queria tirar umas fotos.

Colocou a alça da máquina no pulso, para dar mais segurança, mas aconteceu o contrário, com o sacolejo do jipe que estavam e, naqueles caminhos esburacados, todo o corpo mexia e os braços mais ainda, então numa dessas mexidas do braço, deu um brusco tranco, a alça se desprende, e a máquina voou longe, ficou só com a alça na mão. Parou o jipe e foi procurar a máquina no terreno, achou e por sorte não quebrou, ficou só um pouco embarreada, mas não prejudicou as fotos.

De volta ao alojamento, todo enxabido e chateado, pediu mil desculpas, e como não havia quem consertasse por lá, me devolveu a máquina no estado que estava, pedindo para eu consertar e enviar a conta para ele. Essa máquina não era lá essas coisas, mas tinha história. Era uma pequena, mas eficiente Olympus, que meu sobrinho trouxe pessoalmente



do Japão e me repassou. Ele morou bom tempo no Japão, no regime dos "dekasseguis", regime que facilita a imigração dos descendentes de japoneses para trabalhar (meu sobrinho é filho de uma nissei, casada com meu irmão, brasileiro nato). Mandei consertar a máquina, mas nem precisou de reparos, só uma limpeza e alça nova. O sargento, para me confortar, me enviou de presente, alguns doces caseiros.

Na área do projeto, todos os dias era hasteada a Bandeira Nacional, sem cerimônias, mas em determinadas datas (acho que era aos sábados) o hasteamento era cerimonioso. O comandante do Exército no local colocava a tropa em forma, e chamava as autoridades presentes e seus funcionários para presenciar a cerimônia de hasteamento. Nessa oportunidade, chamava uma autoridade de algum dos órgãos presentes para hastear a bandeira.

E numa dessas ocasiões, o convidado fui eu. Fiquei um pouco embaraçado com a surpresa. A bandeira, devidamente dobrada, era trazida por um soldado e a gente tinha que desdobrá-la e içá-la corretamente, para não ficar invertida (de ponta-cabeça). Assim foi feito. Em nome da Secretaria da Receita Federal, foi uma honra, hastear o Pavilhão Nacional, no mais alto ponto do mastro, em campos do Cumaru (PA).



Segunda-feira, quem tu és?

Francisco Leite Duarte

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRF/João Pessoa-PB

Auditor-Fiscal desde 1992. Já passou pelos sistemas Arrecadação, Tributação, Fiscalização e Plantão Fiscal. Atualmente na Saort.

Hoje, dia 28 de maio, quando, entristecido, o meu país debate-se sob os auspícios de uma greve de caminhoneiros (ou por quem lhes faça as vezes, sei lá!) e a política amiúda-se por entre ódios, incompreensões, oportunismos, incompetências, furtos pequenos e colossais, injustiças abissais, quebra da boa-fé das instituições e toda sorte de solapo em uma democracia vilipendiada, ainda assim, tive uma segunda-feira radiante.

Todas as segundas-feiras parecem, de algum modo, com o final de alguma festa. Não é por alguma configuração especial, resultante de algum alinhamento planetário singular, que tais dias adquirem essa condição de martírio para uns e ápice de uma grande comemoração para outros.

De fato, se os acontecimentos ocorridos dentro das dobras das segundas-feiras não sejam influenciados por uma suposta singularidade do dia per si, o é, seguramente, pela forma como os humanos esperam esses dias, os espreitam, os condenam, os abraçam e neles transitam suas



experiências de vida e morte, ou singram as suas veredas, interpretando-as como início de uma grande estrada ou o fim de uma jornada.

Para discorrer sobre esse dia tão mal falado, devo me lembrar de uns três meses atrás. Eu era o auditor do plantão fiscal da Receita Federal na delegacia de João Pessoa. Chegou-me uma senhorinha branquinha - nem tão senhorinha assim, posto que não passava dos seus cinquenta e sete anos de idade. Olhos alquebrados; uma tez amarelada – açafião de dores; um andar diminuído a fitar o chão; uma boca trêmula e covarde, como se a morte estivesse à sua espreita. E estava!

Sentou-se. Olhar cabisbaixo, mas mesmo assim resistente, ou pelo menos envolto pelo disfarce de quem se protege da curiosidade e dos olhares alheios. Olhou-me nos olhos e um filete de água marinou o seu olhar capiongo, como se estivesse rendida. Ainda assim, perguntou-me qual o procedimento para gozar da isenção do Imposto de Renda relativamente aos proventos de aposentadoria de uma pessoa – ela - que acabara de receber o diagnóstico de neoplasia maligna!

Não somente na cobrança de tributos, mas igualmente, com maior ênfase, nesses casos de direitos do contribuinte, mormente daqueles a quem a vida sorri de soslaio, oferecendo-lhe a morte, procuro ser preciso nas informações. Expliquei-lhe “tim-tim por tim-tim”. Anotei as informações, repeti-as verbalmente, desejei boa sorte e saúde. Ela se foi... arrastando os passos como quem sabe que a morte estava ali, logo na esquina. E estava!

Mas o tempo, dentro das suas garatujas ostensivas ou veladas, guarda milagres também, ou outra coisa melhor burilada nas razões da existência ou da fé. A fé é a esperança teimosa que alimenta a vida; A vida é a esperança estendida por todos os dias – de sexta-feira a domingo - que compõem nosso tempo e sina.



Hoje, nessa segunda-feira cinzenta, preocupação e revolta com as coisas do meu país, um bichinho chamado esperança resplandeceu em mim. Chegou correndo, saltitante, desfilando seu corpo meigo sob a luz de uma tez vestida de uma áurea luminosa. De lá, ao longe, bem antes de sentar-se à minha frente, já jogava seus beijinhos. Os seus olhos eram duas luas novas – absortos de vida e fé; as suas pernas eram fortes e, conquanto, já maltratadas pela idade, ruflavam os seus tambores de alegria e agradecimentos:

- Foi engano, Seu Chico Leite. Foi engano. Não é câncer; não é câncer, não!

E, ali, ainda no meio da sala, como se tivesse quinze anos de idade celebrava a vida, toda vestida de uma luz branca como se o vestido de gala fosse essa segunda-feira. E bradava, orgulhosa:

- Sou honesta! Sou honesta! Tenho o laudo médico, mas não vou dar entrada na isenção, não! Nem vou acionar a Justiça contra o médico que me diagnosticou erroneamente, não!

E bateu no peito, e subiu o semblante aos céus, e abriu os braços para retomar a graça da vida, e subiu o pezinho como se quisesse dançar. Seus olhos também bailavam a dança da vida como se tivessem nascido agora! E nascera!

Dessa vez, foi a segunda-feira que escorreu por dentro de mim, marejando-me os olhos. Levantei-me. Bati palmas, deitei sobre os seus, os meus olhos alegres. A vida punha-se altaneira e sorridente. Hemos de vencer!

E aquela senhorinha, porque cheia de graças, não fez agora quaisquer beicinhos, posto que, caprichada pelos deuses, nascera de novo. Fazia, ao contrário, a algazarra de uma segunda-feira cheinha de uma festa que se iniciava, sim, numa segunda-feira, numa segunda-feira!



Alguns contribuintes e colegas de trabalho que não sabiam da história não entenderam aquela “presepada”, mas quem disse que precisamos entender as peripécias das segunda-feiras? Ah! esse país tem jeito!



Poesias Premiadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

Poesias Premiadas

Primeiro Lugar

A Receita Federal e o Cidadão

Ney Roberto Nascimento Cohen
Analista tributário da Receita Federal do Brasil - SRRF02

Ingressou na Receita em 06/02/1986. Ouvidor da Receita Federal na 2ª RF. Exerceu atividades nas áreas de logística, tecnologia, atendimento ao cidadão e, atualmente está lotado na Divisão de Tributação



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

A Receita Federal e o cidadão

Pra ter carinho por algo
Conhecer se faz preciso
Vou contar uma história
E depois de tudo dito
Concluiremos ao final
Que a Receita Federal
Saiu-se melhor que o previsto.

Há cinquenta exatos anos,
Criada por um Decreto
Já surgiu inovadora
E no caminho correto
Agregando atividades
Implantando novidades
Firmou-se enquanto projeto.

No controle dos tributos
Vem cumprindo sua missão
Hoje faz bodas de ouro
Com respeito ao cidadão
Mas não se espante seu moço
Se eu disser que este namoro
Já existe há um tempão.



Pelos idos de outrora,
Ainda um Brasil colonial
Foram criadas Feitorias
Sob ordens de Portugal
E em terras de Vera Cruz
Singrando em águas azuis
Surge o primeiro fiscal.

Em não havendo concurso
Pois sem previsão legal
É escolhido para o cargo
O amigo da Coroa Real
Graduado funcionário
O Capitão Donatário
Cria as Cartas de Foral.

E lá surgem os tributos
Que a todo colono apena
As dízimas e as redizimas
Os quintos e a vintena
Assim, nascido o imposto
Não tarda vir o desgosto
E sua eterna cantilena.



O governo nos explora!
Diz o cidadão ativista
Português sonegador
E o francês contrabandista
Negam tributos Reais
Furtam toras e animais
Em ultrajante investida.

Duzentos anos se passam
Um ciclo econômico novo
Das Minas Gerais vem o ouro
E frustração para o povo
O erário, que cobra o Quinto
O joga num labirinto
E o encurrala de novo.

O pacto prevendo a troca
Do vinho de Portugal
Pelos tecidos ingleses
Deu um prejuízo total
E pra aumentar o drama
A implantação da Derrama
Pelo Marquês de Pombal.



Os mineiros revoltados
Com tanta cobrança Real
Se unem na Conjuração
Contra a situação fiscal
E fazem de Tiradentes
Unido aos Inconfidentes
Nosso herói nacional.

Quando o Príncipe Regente
No Brasil desembarcou
Seu primeiro ato em carta
Aos vassallos ordenou
Os nossos portos abertos
Para os ingleses espertos
Cumpria-lhes o que acordou.

Chegada a Independência
Urgia a Fazenda mudar
Se era Real virou Pública
Não devia o Reino lembrar
Régio virou Nacional
Coletoria e Tribunal
Sem esquecer de cobrar.



República proclamada
Requer ação corajosa
Nomeando o Águia de Haia
O grande Ruy Barbosa
Seu Ministro da Fazenda
Criando o imposto de renda
A história se renova.

A Revolução de Trinta
Põe Vargas no poder
E surge a Reforma Aranha
Com muita coisa a fazer
A Fazenda Nacional
E sua Direção-Geral
Não têm mais tempo a perder.

Chegamos, agora sim
Versando onde começou.
Na década de sessenta
No ano que não terminou.
Planejamento e reforma
Se moldou e se deu forma
E finalmente se criou.



Seu nome: Secretaria
Da Receita Federal
Organização sistêmica
Com informação fiscal
Grupo de arrecadação
E de fiscalização
Tributação federal.

Pessoal qualificado
Moderna e eficiente
Foi se tornando modelo
De sucesso a toda gente
Declarações em disquete
Em seguida a internet
Um avanço permanente.

Investimentos tecnológicos
O Siscomex na Aduana
O e-CAC, e sem esquecer
A aproximação humana
Os serviços agendados
Preocupação e os cuidados
A atenção cotidiana.



Nós também temos orgulho
Do atendimento à distância
Serviço Fale Conosco
Servindo em qualquer instância
O Ouvidor, pro cidadão
Fazer sua reclamação
E conhecer sua importância.

Visão do contribuinte
Cumprimento voluntário
Plenamente consciente
De seu dever tributário
O exercício fiscal
Com justiça social
Este é o nosso ideário.

Esta é uma leitura descompromissada, transformada em Cordel, do livro do colega Márcio Ezequiel, História da Administração Tributária no Brasil, publicada em comemoração aos 45 anos da Receita Federal. Também é uma homenagem à Literatura de Cordel que em 2018 foi reconhecida como Patrimônio Cultural do Brasil.



Segundo Lugar

Meio Século de Administração Tributária

Honorino José Gonçalves

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRF/Joinvile/SC

Auditor-Fiscal desde junho de 1995, oriundo da extinta Secretaria da Receita Previdenciária; de 2007 a 2011, exerceu a função de Assistente da DRF; de 2011 a 2014, exerceu a função de Chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário - Sacat. Atualmente, ocupa o cargo de Delegado da DRF em Joinvile/SC. Participou dos trabalhos da Equipe Nacional de Cobrança Automática. Possui Pós-Graduação em Direito Tributário e em Engenharia Civil com ênfase em Tecnologia da Construção Civil.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

Meio Século de Administração Tributária

Em 1968, nasce uma instituição
Carregando em seus átrios belas diretrizes
Com inovadora estruturação
Para criar profundas raízes

Criada em 20 de novembro
A Secretaria da Receita Federal cresceu
E no mesmo ano, em dezembro
Esse crescimento já se percebeu

O primeiro crescimento, para que se entenda
Contribuintes recebendo em casa os formulários
Para declarar o devido Imposto de Renda
Sobre rendimentos e salários

Em 1969, quase quatro milhões de declarações
A arrecadação do Imposto de Renda dobrou
Porém, não nos esqueçamos das ações
Que a área aduaneira demonstrou



Na década de 70 surge a imagem do Leão
O rei dos animais simboliza a imponência
O Leão é manso, mas não é bobo não
Eis um dos slogans da sua aparência

Qualidade no atendimento é melhorada
Vários programas de melhoria implantados
Fale Conosco é criado
1996 é o marco dessa história e apresenta resultados

Três anos passados o Saga vem
Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento
Veio para atender bem
Ao público, com planejamento

Nada fica para depois
Criado o Serviço Interativo de atendimento virtual
Em outubro de dois mil e dois
Concentrando o atendimento sob sigilo fiscal

2005 vem o e-CAC
Centro Virtual de Atendimento
Não é para fazer saque
Tampouco para entretenimento



O e-CAC possibilitou o acompanhamento
Das declarações e consulta à situação fiscal
Também permitiu o parcelamento
Pelo computador pessoal

Em 2007, Secretaria da Receita Federal do Brasil
Fusão com a Receita Previdenciária
Nessa pátria amada varonil
Maior reforma dessa Administração Tributária

Sejam tributos internos da União
Ou administração do Comércio Exterior
Essa gloriosa instituição
Está pronta para agir com rigor

Combate ao Contrabando e ao Descaminho
Realizando as atividades de repressão
E durante o caminho
Apreende as mercadorias dos que praticam a ilícita ação

Prevenção e combate à lavagem de dinheiro
Crime que ameaça o desenvolvimento da nação
A contumácia do crime financeiro
Ameaça a confiança da população



São publicadas as últimas notícias
Receita apreende toneladas de cocaína
Que não são alimentícias
E a vida arruína

Isenção do IRPF para pessoas com graves doenças
Isenção do IPI e IOF para pessoas com deficiência e autistas
Benefícios fiscais com diferenças
Além de isenção do IPI e IOF para taxistas

Nessa comemoração dos cinquenta anos
Lembrei-me de uma história de trabalho
Que envolve mercadorias por baixo dos panos
Que a Receita não pode quebrar o galho

Trata-se de uma Operação
Para combater o contrabando e o descaminho
Por meio de investigação
Para os que estavam fora do bom caminho

Uma mãe veio com esperança
Pedir a nossa ajuda
Dizendo: Ajudem a minha criança!
Por favor, me acuda!



O rapaz frequentava uma tabacaria
E no narguilé fumava
Essências frutos de patifaria
Fornecidas a quem usava

Além do risco do próprio fumo
O cliente desconhecia a sua procedência
Impróprio para consumo
Que nos obrigou a agir com emergência

A Operação foi deflagrada
Mandados de busca e apreensão
Clientela enganada
E houve até prisão

De forma salafária
Os produtos trazidos para o Brasil
Sem controle e sem inspeção sanitária
Atingindo o cliente juvenil

São cinco décadas de serviços prestados à Nação
Sua missão é exercer a administração aduaneira e tributária
Com justiça fiscal e respeito ao cidadão
Sendo a sociedade direta beneficiária



— |

| —

— |

| —

Terceiro Lugar

Cinquenta anos de conquistas

Luiz Carlos de Araújo

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - ASCOM

Ingressou na RFB em 16/06/1999. Começou na Assessoria de Imprensa. Em outubro de 2001 passou a trabalhar na Divisão de Administração de Cadastros, onde foi chefe de julho de 2004 a setembro de 2005. Em setembro de 2006, mudou para Manaus. Trabalhou no Serviço de Controle e Acompanhamento de Crédito Tributário, onde foi chefe entre março de 2009 e fevereiro de 2010. Em outubro de 2013, voltou a trabalhar em Brasília, no Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros. Em agosto de 2015, foi para a Ascom, onde passou a ser Chefe da Divisão de Divulgação Institucional e Projetos de Comunicação em abril de 2017.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

Cinquenta anos de conquistas

Nossa instituição faz bodas de ouro
De eficientes serviços ao país,
E, assim, vislumbra triunfos vindouros
Neste caminho inspirador e feliz.

Como os bandeirantes que pela vez primeira
Pisaram terra de metais preciosos,
A Receita Federal foi pioneira
Em programas e projetos valorosos.

Declaração pela internet, e-processo,
Siscomex, escrituração digital,
Tecnologia na trilha do sucesso,
Fonte de admiração internacional.

A Fiscalização, com olhos alertas,
Para iníquos, multicéfala serpente,
Atua com justiça, estrada certa.
Imprescindível, está sempre presente.



O atendimento virtual desponta
Ao facilitar a vida do cidadão.
Mas o povo também tem em alta conta
O servidor que o ouve com atenção.

O Cadastro Sincronizado, semente
Da Redesim, integração desejada,
É lembrança da luta proeminente
Até chegar à conquista celebrada.

A integração ultrapassa fronteiras
Por acordos internacionais que geram
Instrumentos para derrubar barreiras
Que toda a sociedade oneram.

Essas joias conduzem à profecia
De novos cinquenta anos de glórias,
Pois cada degrau galgado principia
A grandeza de uma nova história.



Menção Honrosa



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

Pra lá dos cinquenta!

Anna Katharina Tenório Cavalcanti Molina
Pedagoga - SRRF04/Recife-PE

Ingressou na RFB em 01/09/2014. Atividade atual: Chefia de Segep - 2018/Chefe-substituta da Digep04. Gestão de equipes, atendimento ao servidor, acompanhamento do Proeduc Regional, apoio a projetos de desenvolvimento de equipes e demais atividades inerentes à Área de Gestão de Pessoas, em especial a Capacitação e Desenvolvimento.

Sei que quatro cabe em cinquenta
Mas cinquenta caberia em quatro?
Uma grande história se apresenta
Compondo em si um imenso retrato

Retrato esse que eu via por fora
Antes de eu então chegar aqui
Se descortina sobretudo agora
Dos quatro anos até o que agora vi
Da imensa presença por mundo afora
Que aflora a força em sua missão
De honrar seu país e sociedade
Com justiça fiscal e respeito ao cidadão



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Mas o que a faz a Receita Federal
Além de cobrar imposto?
Indagam as pessoas em geral
Eu de pronto respondo com gosto
Faz mais do que tu imaginas
Até em cenário internacional!

Desde os tributos internos
À promoção do Comércio Exterior
Arrecada, cobra, fiscaliza
Reprime o contrabando com fervor

E alfândega é coisa antiga
Nos primórdios do nosso país
Quantos marcos fez a Aduana
Integrando o Brasil com mundo
Com reconhecimento profundo

Garante os recursos necessários
Ao crescimento de toda a nação
Saúde, trabalho, serviços vários
Recursos para Educação



Seu crescimento é notório
Expressado na evolução
Premiações, láureas e pódios
Conferidos à instituição
Através dos feitos glórios
Com talento incondicional
Do seu primaz e brilhante corpo funcional

Com excelência e seriedade
Respeitável e ímpar trajetória
Inovando com propriedade
Construiu e constrói sua história
Entregando com modernidade
Serviço público de qualidade

O advento da unificação
Dos diversos órgãos fiscais
Reuniu três grandes áreas
Ligadas às rendas federais
Rendas Internas, Aduaneiras e Imposto de Renda
Que antes eram áreas divididas
Para coordenar seus grandes esforços
Decretaram seguir unidas
Dando origem à Receita Federal
Novas diretrizes eram definidas!



Este ano meio século completa
Uma história que não terá fim
Faltar-me-iam palavras e frases
Para contá-la inteira assim
Fatos, pessoas, contextos e fases
Um mundo que faz tanto bem pra mim

Cresco a aprendo aqui todo dia
Me orgulha fazer parte desta casa
E contribuir com minha autoria
Me instiga, me envolve e até me extravasa

Vamos seguir adiante
Com todo o planejamento
Superando, crescendo, avante!
Pelo pleno desenvolvimento
Inovadora e protagonista
Com eficiência e aprimoramento

Rumaremos para lá de cinquenta!
Temos muito profissionalismo
Lealdade ao país, transparência
Legalidade, respeito e civismo!
Nossos mais transparentes valores
Nos farão alcançar com certeza



Bons caminhos e integradores
Com coragem, decoro e firmeza
Compromisso e presença fiscal
Sem modéstia tenhamos franqueza
Comemoremos então afinal
Somos fortes, leões desta Pátria
Somos Receita Federal!



— |

| —

— |

| —

Poesias Classificadas



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

— |

| —

— |

| —

A aprovação

José Cláudio Lessa Santos Júnior
Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - DRF/Fortaleza-CE

Ingressou na Receita Federal do Brasil em 05 de fevereiro de 1993. Chefe de setor, Contencioso/Secat/DRF/Fortaleza.

Foi com alegria e muita empolgação,
Que ela chegou lá em casa, a aprovação.
Meu pai passou no concurso, haja coração!

A família inteira gritava e pulava de alegria,
Mas uma dúvida no ar, agora aparecia,
Minha mãe não sabia se chorava, rezava ou se ria.



A vaga do concurso era em outro estado e teremos que viajar,
Os cinco integrantes da família vão ter que se mudar,
Transformação total em nossas vidas. Amigos e família, teremos que deixar.

Dias de conversa se passaram e chegamos à seguinte decisão:
Papai vai só na frente, mamãe fica aguardando melhorar a situação.
Resolvemos provisoriamente, mas começou a apertar e doer o coração.

Cinco anos se passaram, meu pai lá e nós todos aqui,
Minha mãe foi muito forte, não deixou a peteca cair,
Criou os cinco filhos, sem deixar um dia, de sorrir.

Foi novamente com alegria e muita empolgação,
Que ela chegou lá em casa, outra aprovação.
Agora fui eu que passei no concurso, haja, mais, coração!

No ar, uma mistura de surpresa e alegria,
Para o estado que meu pai estava, era para onde eu iria.
Outra vez, minha mãe não sabia se chorava, rezava ou se ria.

Pai e filho morando juntos, uma situação ideal,
Ainda mais trabalhando juntos, na Receita Federal.
Foram três anos assim, uma experiência sem igual.



Família boa é assim, cheia de muita união,
Estávamos longe no mapa, mas perto no coração,
Foram anos difíceis, com lágrimas, mas com muita determinação.

O tempo foi passando e o tempo passou,
Retornamos para casa, onde tudo começou.
Percebemos que nosso amor, nesse tempo, só aumentou.

Foi sem dúvida, da minha mãe, a maior aprovação,
Dedicou-se inteira à família, uma vida de doação.
Tenho certeza que faria tudo de novo, não tenho dúvida, não!

Obrigado mãe rainha, maravilhosa e espetacular,
Por tudo que a senhora fez, não tenho como pagar.
É seu o meu coração, para sempre vou te amar.



Cinquentenário da Receita Federal

David Ramos Campos

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRF/Campinas-SP

Ex-Previdenciário - Auditor-Fiscal desde 1993, há 11 anos no Seort - analista de Processos, Bacharel em Contabilidade e Psicologia.

Quando em sessenta e oito
Contado meio século atrás
Foi criada a Secretaria
Da Receita Federal
Consistente, eficaz
Dinamismo e agilidade
Rapidez e Segurança
Desburocratização
Sistemas informatizados
Ênfase na integração.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Exercer a administração
Tributária e aduaneira
Com justiça fiscal
Ter papel primordial
Constância primeira
Sistêmica estrutura
Incomparável lisura
Combate à sonegação
Tecnologia sem burocracia
Apontam sua missão.

Padrão de excelência
Em administração
Instituições conveniadas
Estrutura consolidada
Esta é sua visão
Trabalho de inteligência
Planejamento, experiência
Inovação e agilidade
Disponibilizar ao cidadão
Serviços de qualidade.



Traz como principais valores

Respeito ao cidadão

Integridade, lealdade

Sólida estrutura

Formas de interação

Profissionalismo, transparência

Franqueza, participação

Maturidade, confiança

Promoção do bem-estar

Celeridade e segurança.

O servidor concentrado

Com zelo e dedicação

Atendimento com presteza

Assiduidade

Lealdade à instituição

Competência e lisura

Transparência e postura

Decência e seriedade

Excelência manifesta

Credibilidade.



Repressão ao contrabando
Descaminho e contrafação
Tráfico ilícito de drogas
Tenebrosas armas de fogo
Pirataria, sonegação
Com ação permanente
Trabalho eficiente
Assegurando à nação
Serviços de qualidade
Foco na arrecadação.

Ser Receita representa
Exaltar a sua história
Projetar-se ao futuro
Fazer-se presente
Conservar sua memória
Envolver-se, participar
Exercer cidadania
Orgulhar, comprometer-se
Agir com sabedoria.



Devaneio profissional

Sidney Vaz Duarte

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - DRF/Uberlândia-MG

Ingressou na Receita em 03/02/1993 e atua como supervisor de equipe de fiscalização.

D evaneio profissional,
R ealizado em concorrido concurso,
F elicidade sensacional.

U m momento sem igual.
B rindado com merecimento,
E sforço excepcional,
R eflexo de conhecimento.
L inda carreira a construir,
Â nimo, disposição e prestígio
N obre destino a cumprir,
D elegacia de prodígios,
I nvestindo nas pessoas,
A creditando nas pessoas!



P romissor futuro,
A presenta aos servidores,
R evelando-se um porto seguro,
A gregando, sobretudo, valores.
B enevolência e gratidão,
É s, uma família de seres extraordinários,
N esta data, reunidos com emoção,
S audando mais um de seus aniversários.



E, por falar em 50 anos!

Dirce Ayako Tsunouchi Pagy

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - ALF/Guarulhos-SP

Fiscalização, Supervisão e Chefia do Serviço de Conferência de Bagagem Acompanhada. Assistente de Gabinete.

E, por falar em 50 anos!

Das repressões às liberdades criativas
Incompletude do Ter e a busca do Ser
Deixar de lado as antigas crenças limitativas
Esvaziar para aprender e ressignificar o viver

Reinventar-me para a boa imagem
Livrar-me das sorradeiras inseguranças alianças
Das aventuras da viuvez e mãe de duas crianças
No plantão na fiscalização de bagagem



Buscar uma morada perfeita
Compreender e influenciar na transformação das situações estáticas
Planejar, elaborar estratégias e táticas
Contribuir para o profissionalismo, porque nós somos a Receita

Aplicar as experiências da iniciativa privada
Utilizar-se da gama de oportunidade ofertada
Valorizar a recepção dos colegas, capacitação e ambiência
Para contínuo desenvolvimento humano com sapiência

2011, abraçar a sorte do destino
Confiar na modernização para os grandes eventos esportivos do Brasil
Ora o tempo para aposentadoria que desatino
Desapegar e construir uma identidade juvenil

Preencher o papel em branco dos diversos projetos ligeiros
Idealizar a prestação de Serviço de Fiscalização e controle de bagagem
Entrar na era digital sem conhecimento da linguagem
Acompanhar a construção do terceiro Terminal Internacional de Passageiros



Rabiscar, dimensionar a infraestrutura, logística e calcular áreas ideais do terminal

Imaginar o futuro sem perder o controle e a segurança aduaneira

Unir esforços para idealizar a fluidez na esteira

Cada qual aflorando o melhor de si no tempo fatal

Mesclar o animus de colegas, passageiros, visitantes nacionais e internacionais

Influenciando e sendo influenciados em sua caminhada temporária

Novos olhares, conhecimentos e experiências juntos com a sua história

De renovação de sonhos, crenças e valores de complexidade individual

Encontrar um lugar de valor na vida foi minha sina

Participar de cursos de capacitação foi a mina

Provocar o desenvolvimento individual e grupal com prudência

Modificar a ambiência com complacência

Vida que continua após 21 anos de convivência seguida do meu propósito

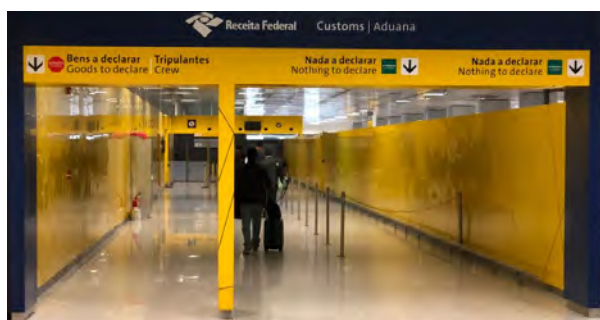
A de caminhar ativa na nova etapa do calendário

Votos de que a busca da transformação do meu ser infinito

Tenha contribuído para desenvolver o bem-estar social justo e solidário



Agradecimento pelo encontro significativo dessa jornada como servidora
Na Receita Federal, ao comemorar seu cinquentenário de boa ventura
E, por falar em 50 anos, materializam-se as contribuições extraordinárias,
propulsoras
Da imagem de modernidade: tecnologia de ponta na nova infraestrutura!



Terminal Internacional de Passageiros
T3 do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, 2018



Terminal Internacional de Passageiros
T2 do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, 2018.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Hino da Receita Federal

João Batista da Silva Machado
Assistente Técnico-Administrativo - DRF/Boa Vista-RR

Ingressou na Receita Federal do Brasil em junho de 2015 em Boa Vista, Roraima. Trabalhou na Sacat e agora desempenha suas funções na Saort.

Meio século de bons serviços
Um grande ciclo prestado
A todo o povo brasileiro
Cumprindo o dever do Estado.

O amor arrecadado
Com amor é investido
Trabalho valorizado
Pelo povo agradecido.



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Teu mascote é um felino
É poderoso, é um rei
É manso como um menino
Para os que cumprem a lei.

Mas levanta com destemor
Suas garras sem preguiça
Contra quem não tem amor
À boa ordem e à justiça.

Nas décadas que te aguardam
Virão lutas, com certeza;
Os desafios serão vencidos
Com toda a tua presteza.

O amor retribuído
Que o povo há de dar
Será teu viver garantido
Que irá te orgulhar.



Teu mascote é um leão
Com um porte imponente
Pode ser tocado com mão
De criança inocente.

Mas se a boa índole não visita
Aquele que se aproxima
Eis que o leão não hesita
E do sonegador pula em cima.



**Me chamo Augusta? Ou Escadarmário Gaúcha?
Vocês decidam.**

Maria Augusta de Oliveira Gomes
Agente Administrativo - SRRF01/Brasília-DF

Ingressou na RFB em 02/05/2012 e passou a trabalhar na Copol, tendo atuado à frente da gestão documental da RFB até 2018. Participou do Congresso Nacional do Mercosul e do Congresso Nacional de Arquivologia, área de sua formação acadêmica ocorrida na Universidade de Brasília-UNB, realizou treinamentos e «workshops» em todas as Regiões fiscais. Em 29/01/2018, foi lotada na SRRF01, onde também atua na gestão documental.

Luís Paulo Biazolo Vieira
Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - SRRF01

Ingressou na RFB em 17/02/1983 como Agente Administrativo, tendo sido lotado na SRRF01. Inicialmente foi localizado na Seção de Integração Fisco-Contribuinte da Divisão de Atividades Especiais, da qual viria a ser chefe atuando na análise de processos de autorizações de consórcios, prêmios e homologação de loterias estaduais na 1ª RF. Em 06/02/1996, assumiu como Técnico do Tesouro Nacional (atual ATRFB). Em julho/94, foi trabalhar na Divisão de fiscalização como sustentador de sistemas da fiscalização, RC&D e responsável pelo selo de controle. Desde de 01/02/2018, passou a trabalhar no GAB/SRRF01 como Assistente.

Verenice Puntel
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - SRRF01

Ingressou na RFB em 30/06/2006, na IRF/São Borja, no cargo de ATRF. Trabalhou até 2011 na área aduaneira, quando foi removida para a DRF/Porto Alegre e passou a dedicar-se ao Serviço de Programação e Logística. Em 03/11/2014 tomou posse no cargo de AFRFB na ALF/manaus, assumindo as funções de Chefe da Equipe Aduaneira de Despacho e Chefe do Serviço de Despacho Aduaneiro. Desde dezembro de 2017 está lotada na SRRF01, onde ocupa a função de Chefe do Serviço de Acompanhamento de Maiores Contribuintes.



Eis que agora me apresento.
Dizem de mim que sou a tal.
A que odeia papel em caixa
Sem motivo e serventia.
Me dá logo exaustão.
Se pudesse, tudo faria
Pra resolver na combustão.
Porém regra é garantia
Na gestão documental.

Formada em Arquivologia,
Quando vim para a Receita,
A quem sonega, só de ouvir falar,
A boca resseca e o cabelo arrepia,
Sequer pude sonhar que um dia,
Lutaria a perder de vista
Pra me livrar de tanto papel sem valor,
E com a minha visão de arquivista
Tocasse tantos ao meu redor.

Fui trabalhar na Copol,
Lá busquei inspiração,
Na tentativa de emplacar,
Com foco, suor e dedicação,
Um instrumento que pudesse



Me ajudar a dar fim de verdade
A documentos já sem mais valor,
E a semente germinou com louvor
Na Tabela de Temporalidade.

Se antigamente era em papel
E hoje já não é mais,
De que forma se conseguiria
Dar fim à “papelama” e, ainda assim, dormir em paz?
Se se tratasse de cópia, teria um só fim: lixo!
Mas e se o dito empoeirado fosse original?
Qual tratamento dar-se-ia a esse nicho?
Surge um pensamento nesse entremeio:
Seria atividade fim ou seria atividade meio?

Pode parecer piada de arquivista!
Mas papel aqui na Receita
Circula mais que fã ensandecida
Em busca de autógrafo de artista.
Há quem por ele nutre eterno amor.
E vive o passado no presente.
Ou, no meu caso, simplesmente
Armada de luvas, máscara e repelente,
Não confere a papel descartável
O trato que se dá à agente.



E dá-lhe atividade, seja meio ou seja fim,
Documento oficial tem jeito de organizar,
Recorra à Tabela que irá te auxiliar,
E se não resultar em iminente destruição,
Basta seguir em frente e não perder o prumo,
Lembrando que só a listagem de eliminação,
Depois de aprovada pelo Arquivo Nacional.
Consegue dar cabo a esse leão sem rumo,
E, de sua solitária prisão, livrá-lo afinal.

Como a Receita é imensa
E se estende por todo o Brasil,
Pus o pé na estrada e
Viajei quilômetros mil.
Visitei Superintendência,
Delegacia e Agência,
Tal qual Dom Quixote com a lança na mão!
Com ímpeto e paciência
Certa feita parei num formoso Rincão!

Ao chegar a Porto Alegre
E dirigir-me à repartição,
Em clima gauchesco de exuberante beleza,
De churrasco, bombacha e chimarrão,
Mal sabia que à minha espera



Lá pelos idos de 2007, com certeza,
A junção das duas Receitas
Produziria um cenário primoroso,
De indescritível estranheza.

Ao adentrar o “Chocolatão”,
Como lá é conhecido o prédio do Ministério,
E acessar o mezanino em mais uma jornada,
O elevador parado me levou a outro lugar.
Descortinado em inusitado cenário adiante,
Do lado oposto, revelou-se enfim o mistério,
Escondida em um canto qualquer,
Jazia inerte, porém abarrotada,
Uma escada armário não rolante.

Puro cenário de assombração,
Em seus degraus, lado a lado,
Havia caixas box de papelão
Que guardavam acervo documental,
Reforçando a tese do novo
Em contraste à prática ancestral
De se tratar papel como gente.
Penso que se fosse hoje,
Elegeriam o papel para Presidente.



Tinham tais documentos informação relevante?
Remexendo nas caixas, vi que a maioria era Diso(*)
Como não acudir a esse grito angustiante
Desse abandonado funcionário?
Quem sabe até entregue ao vício,
Sem rumo e serventia, numa imóvel “escadarmário”,
Teve sim final de novela, no mínimo eletrizante,
Num domingo ensolarado de céu azul
Foi removido de ofício para Santa Cruz do Sul.

Recorrendo da ajuda de minha
Inseparável Tabela,
Meu inusitado amigo Diso,
Recuperado de seu imóvel passado
Em uma escada que antes fora rolante,
Ganhou hoje nova morada.
Pronto a ser útil, a qualquer momento,
Dorme o sono dos justos
Em lindo armário deslizante
Até cumprir seu prazo de arquivamento.

Nada contra o papel,
Desde que possua algum valor.
Caso contrário, é inútil
Esquecê-lo em uma estante.
O custo da armazenagem,



Sem contar os efeitos danosos
De ratos, baratas e doença.
Melhor dar uma de Dom Quixote
E acabar logo com a desavença.

Ao longo dessa imensa estrada,
Que parece nunca ter fim,
Há sempre de se ter luz ao final.
Por mais escuro que fosse o cenário,
Sem o carinho de amigos valorosos.
Quer da Receita ou do Arquivo Nacional,
Sequer trilharia os caminhos sinuosos
Em meu instigante itinerário
Na gestão documental.

Nesse meu deletério momento,
De servidora aspirante a artista,
Munida de uma garrucha,
Nada abate esta incansável arquivista,
Até me deparar com fugaz pensamento.
A escada é a história ou fico eu na saia justa?
Isso mesmo, vocês decidam:
“Escadarmário Gaúcha”
ou simplesmente “Me chamo Augusta”?

(*) Diso - Declaração e Informações sobre Obras.



No silêncio da imagem

Dirce Ayako Tsunouchi Pagy

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - ALF/Guarulhos-SP

Fiscalização, Supervisão e Chefia do Serviço de Conferência de Bagagem Acompanhada. Assistente de Gabinete.

Sair da zona de conforto seria obrigatório, mesmo que à revelia da coragem
Lembrar do papel do servidor contribuinte tão reluzente no contato
Sem prevalecer a autoridade, símbolos e identidade no trato
Sem confundir o impessoal e o pessoal na abordagem

Ainda que os dados subjetivos não o livrassem dos antagonismos
Que os controles vazios o levassem aos amadorismos
Que houvesse valorização da repetição e a experiência dos anos
Impedindo o fortalecimento dos atributos humanos

Exposição solitária diante do fluxo intenso de passageiros de várias idades
Que teimavam em se avolumar, mesmo com a escassez de servidor
Que não cessavam de exigir e ameaçar diante da abertura das sociedades
Privacidade, violação de intimidade, sigilo fiscal, urbanidade doador



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Tecnologia tornara-se o instrumento transformador do indivíduo no cargo
Buscar qualidade de relacionamento interpessoal e pessoal não era mais luxo
Surgiriam os autoquestionamentos inevitáveis ao largo
Em busca de resposta aos propósitos do trabalho confrontados no fluxo

Conflitos entre o velho e o novo se destacavam no momento de transição
Gravação, filmagem, foto, internet que mudavam a velocidade da comunicação
Provas irrefutáveis em ação, diante do poder inovador da tecnologia
Conhecer a legislação, o público-alvo e a si mesmo se tornaram a apologia

Atributos pessoais ampliados no seu perfil para dar aplicabilidade
Receita Federal oferece cursos de capacitação e autoconhecimento do Ser
Com habilidades, fraquezas, fortalezas que formam o patrimônio essencial para acolher
Florescer a consciência individual em movimento com a sociedade

Mudança necessária no caminho acelerado do mundo conectado
Desenvolvimentos tecnológicos de referência mundial
Trazendo validação e segurança no relacionamento implantado
Consciência humanizada profissional e visibilidade internacional

e-Processo, e_DBV, Reconhecimento Facial – IRIS, API, Portal de integração internacional

Tantas outras ações barulhentas nos últimos 20 anos de existência nacional
Participação de pessoas desapegadas do ego para uso social
Que inovam, criam e modernizam, provocando a transformação individual



Sair da ilusão da dualidade sujeita

Buscar os resultados eficientes e eficazes combinados

Sem deixar de lado a relevância dos procedimentos institucionalizados

Desenvolver os Manuais Aduaneiros para identificação da Receita

No silêncio da imagem, o comportamento humano que não é uma miragem

Evitando surpresas do coletivo, se preparando com agilidade e acuidade

Mudar foi preciso para vivenciar uma nova compreensão do mundo e fortalecer a imagem

Na intensa metamorfose para o cumprimento da sua missão nos seus 50 anos de idade



***Receita Federal do Brasil - 50 anos de excelência!
(E de existência, também.)***

Cléber Marcelo Fernandes Caetano
Auditor-Fiscal da RFB - ALF/Porto de Santos-SP

Ingressou na Receita Federal do Brasil em 1993. Auditor-Fiscal na Alfândega do Porto de Santos desde 1997, de 2006 a 2011, integrou o núcleo de repressão atlântico. Atualmente, chefe substituto da equipe de conferência de importação.

Sob o sol da primavera
Tu surgiste altaneira
E essa luz que em ti se encerra
Luz a pátria brasileira

Hoje és menina-moça
Alcunhada de leão
Mas o símbolo que esboças
Bem parece um coração



Por batismo, tornaste Receita
Tua força, arrecadação
Com justiça, vigor e clareza
Tecnologia e simplificação

Tu com tua inteligência
Espantas a sonegação
Facilitas o bom comércio
E assolas a corrupção

Contrabando, o mau caminho
Da tua lança, não vê compaixão
E as drogas silentes no limbo
Tu alcanças pela repressão

Dos teus feitos muito justos
Fez-se tua fama, tua erudição
De teus braços vêm os recursos
Que sustentam a nossa nação

Foge a teu ofício de carteira
A milenar e honrada medicina
Mas zelar pela saúde financeira
Do Brasil é tua sina



No teu jubileu dourado
Abençoado com estridência
Possam teus quadros honrados
Cada um segundo sua crença

Renovarem, hoje, os seus votos
Por amor e também consciência
À Receita Federal do Brasil
Pelos 50 anos de excelência!

Nota do autor

Dada à luz no dia 20 de novembro, a RFB teve como vizinho de berçário o famigerado AI-5, no final de 1968.

Sobreviveu a adversidades, mudou de casa e até trocou de nome, mas permaneceu intacta em sua missão institucional.

Faz-se aqui uma sutil homenagem, expressa em 50 linhas (título + poema + nota do autor), a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, colaboraram para a criação e consolidação da RFB como um dos mais respeitáveis órgãos do Estado Brasileiro.

Na estação da democracia consolidada, com os raios da juventude prodigiosa entrando pelas frestas da casa, a RFB suscita uma nova fase da sua incipiente e exitosa história:

Receita Federal do Brasil - 50 anos!!!



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Receita para ser feliz

João Batista da Silva Machado
Assistente Técnico-Administrativo - DRF/Boa Vista-RR

Ingressou na Receita Federal do Brasil em junho de 2015 em Boa Vista, Roraima. Trabalhou na Sacat e agora desempenha suas funções na Saort.

Ingredientes do trabalho:

Garra, paz, dedicação, respeito ao cidadão

Cobertura:

Compreensão, doçura, ternura

Recheio:

Visão estratégica, compromisso, nobre missão

Temperos adicionais:

Senso de humor, amor (nunca é demais)



Modo de preparar:

Pegue os ingredientes

Esquente no coração:

Garra, paz e respeito

Tudo com dedicação.

Para a cobertura

Compreenda, aconchegue

Polvilhe alguma doçura

Compreenda o contribuinte

Trate-o com ternura.

O recheio é nossa meta:

Objetivos principais

Temos uma visão completa

Do trabalho e muito mais.

O tempero é opcional

Para todo o servidor

Há um que é mais racional

E outro, cheio de amor.

Um é a seriedade total,

E outro, repleto de humor.



Sirva sempre, mas após 50 anos...
Fica melhor!
Serve milhões de porções
Para todos os brasileiros.

Deus abençoe a Receita Federal!



Vida de atendente

Raimundo Nonato Gregório da Costa

Analista Tributário da Receita Federal do Brasil - DRF/Juazeiro do Norte-CE

Ingressou na IRF/Guajará-Mirim/RO, tendo trabalhado em diversas unidades em caráter temporário, DRJ/Juazeiro do Norte-CE e Agente na ARF/Pau dos Ferros-RN.

Não tem jeito, tá danado
Parece mesmo uma praga
O tempo tá estourado
Ligeiro, avisa o Saga

Tempo médio, de serviço
Tempo na fila, de espera
É o maior rebuliço
Contribuinte uma fera



Não adianta esperneio
Tem que usar paciência
Mesmo sendo o caso feio
É só mais uma pendência

A culpa é de quem atende
No máximo, é do sistema
E no fim, o que se vende
Quem atende é o problema

Não adianta dizer
Erro do digitador
Ele vai lhe responder
A culpa é do contador

Contribuinte não erra
Aprenda desde agora
É a Receita que emperra
Ele grita e vai embora

A maioria respeita
Mas tem sempre um abusado
Quem atende pensa: eita!
Esse aí tá enfezado



Se brincar a gente apanha
Então, atenda com jeito
Tem que levar bem na manha
Sempre com muito respeito

Coitado do Atendente
A começar da Triagem
E o que dizer do Gerente?
Sem poder contar vantagem?

Enfim, o dia termina
Recomeça amanhã
Sete, oito da matina
O verão em Campanhã

E assim a vida segue
E pergunto pra essa gente
Há aí alguém que negue
Que essa é a vida de atendente?



— |

| —

— |

| —